

# MOVIMENTO

**ESPECIAL**

8 páginas

**Os religiosos  
ameaçados pela lei  
dos estrangeiros**

*H. Aquino e esquema publicitário  
de Delfim Netto derrubam o  
Secretário das Comunicações*

# Cai mais um: «gang» degola Saïd Farhat



*Serpa agrava crise política*

**General Serpa  
volta a atacar  
o entreguismo**

P.4

***Economia:  
sai o pacote  
da recessão  
que o FMI  
vinha pedindo***

P.5



*A família do operário morto*

**Justiça condena  
torturadores de  
Manuel Fiel Fº**

P.6



FOTOS DE L. HUMBERTO E RICARDO MALTA - AGENCIA 14

# Quer dizer, Amazonas, que somos excelentes contra-revolucionários?

**J**oão Amazonas, um dos dirigentes históricos do Partido Comunista do Brasil, afirmou num debate na Casa do Estudante Universitário do Rio de Janeiro, no dia 1.º de dezembro passado, que o jornal **Movimento**, recentemente, vem realizando "um excelente trabalho, sim, mas um excelente trabalho contra-revolucionário". Trata-se de uma acusação muito séria. Seria de se esperar que um dirigente político com as responsabilidades de Amazonas não a formulasse sem exame atento, larga comprovação. Quais foram, então, as provas que Amazonas apresentou para fundamentar seu grave libelo?

Segundo os depoimentos coincidentes de pessoas que presenciaram o debate, Amazonas centrou sua argumentação no fato de **Movimento**, "de uns tempos para cá", vir dando espaço a opiniões e idéias que Amazonas considera erradas e nocivas. Seria isso suficiente para se caracterizar como "contra-revolucionário" um jornal democrático, popular e combativo como **Movimento**?

Recorde-se, para começo de conversa, que **Movimento** não divulga apenas opiniões e idéias. Todas as semanas, na medida de seus recursos humanos e materiais, realiza reportagens e entrevistas. Cuida também, dentro de sua limitação, de defender as posições unitárias do movimento democrático e popular. Só como aspecto subordinado é que tem se empenhado em promover o debate das posições divergentes no seio do movimento democrático e popular, com o sentido de contribuir para a superação de debilidade e erros e para a educação política viva dos leitores. Um jornal com essas características pode ser considerado "contra-revolucionário"? A vida, a que tanto Amazonas aprecia referir-se, tem mostrado o contrário: por persistir numa linha político-editorial benéfica aos interesses democráticos e populares, o jornal tem sido alvo de perseguições constantes do regime, policiais e econômicas, e ainda recentemente foi também contra ele que se voltaram os atentados terroristas dos verdadeiros contra-revolucionários do país.

Por outro lado, não é verdade que só "de uns tempos para cá" **Movimento** venha abrindo suas páginas ao debate. Desde o começo, o jornal se preocupou em manter e aprofundar o estudo e a controvérsia de temas candentes, como a dominação estrangeira e a luta antiimperialista; a questão agrária e a aliança operário-camponesa; o problema feminino e o juvenil; a situação especial de negros e índios; e outros numerosos temas culturais.

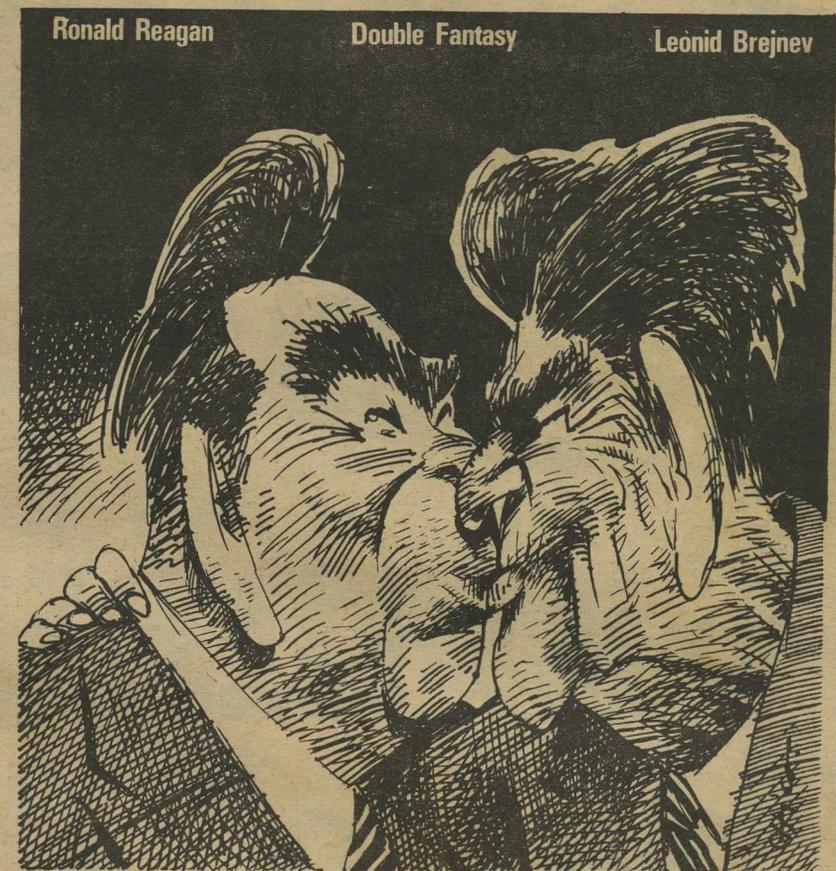
Se "hoje" o debate é mais intenso e

explícito, é porque, em primeiro lugar, já se conquistou uma margem maior de liberdade de expressão e as correntes políticas e ideológicas podem defrontar-se mais abertamente, e isto é bom; e em segundo lugar, porque os erros cometidos e as derrotas sofridas pelo movimento operário e popular, no Brasil e no mundo, exigem uma avaliação urgente e rigorosa das experiências positivas e negativas que se acumularam. E aqui cabe indagar: existe, para os marxistas, alguma outra via de acesso à verdade que não seja a avaliação cuidadosa das experiências práticas através da pesquisa científica escrupulosa e do confronto sério de opiniões? É compatível com a teoria materialista-dialética do conhecimento a idéia de que um grupo pequeno de "iluminados" tenha uma via isolada de acesso à verdade, a qual depois "revelariam" aos demais, obrigados a recebê-la de forma passiva e respeitosa, como nas "lições" carrancudas dos piores mestres-escola?

**H**á outro aspecto a considerar. **Movimento** não divulga quaisquer idéias; não difunde opiniões nitidamente reacionárias. É sempre que publica algum artigo mais controverso, logo se preocupa em trazer outro ponto de vista para que os leitores, comparando-os, possam formar seu próprio juízo. Além disso, nenhum setor ou personalidade do movimento democrático e popular pode queixar-se de que **Movimento** já se recusou a publicar alguma opinião relevante sobre temas em debate, que lhe tenha sido enviada. Assim, se opiniões transcritas no jornal não agradaram a Amazonas e seus companheiros, seu dever era entrar na luta ideológica aberta e encaminhar opiniões contrárias. Não é isso que têm feito. Ao contrário, recentemente, na impossibilidade de conseguir um artigo ou entrevista de Amazonas, até tivemos de transcrever as declarações que prestou a um jornal português, para não deixar de registrar seu ponto de vista sobre a situação nacional.

Portanto, Amazonas não critica **Movimento** por divulgar certas opiniões e discriminar outras. Ele se insurge é contra a própria existência do debate nas páginas do jornal. Isto é chocante. Amazonas se declara a favor das liberdades democráticas, inclusive da liberdade de expressão. Esta bandeira é desfraldada, hoje, por todas as correntes de oposição. Ainda na semana passada, ao ser recebido em Maceió, o novo presidente da UNE, Aldo Rebelo, reiterava que a entidade nacional dos estudantes defende "o livre debate de idéias". Por que

## Chico



— É o que eu sempre disse, Ronald: se duas pessoas projetam na cabeça a mesma fantasia, ao mesmo tempo...

então quando **Movimento** se esforça para criar os meios da efetiva discussão e circulação de idéias no seio do movimento democrático e popular é tachado, irresponsavelmente, sob aplausos de estudantes, de "contra-revolucionário"?

**O**s dois exemplos citados por Amazonas comprovam a total improcedência de sua acusação. Uma de suas queixas é que **Movimento** tem publicado opiniões críticas acerca da guerrilha do Araguaia (entre as quais, recorde-se, a carta de outro dirigente histórico do PC do Brasil, o falecido Pedro Pomar). Isto constitui um ato contra-revolucionário? **Movimento** foi o jornal que mais contribuiu para divulgar o heróico movimento guerrilheiro do Araguaia. Sempre cobriu os acontecimentos do sul do Pará com muito respeito e consideração. E é por ter a guerrilha do Araguaia em elevada conta, como experiência de luta de nosso povo, que julga indispensável que ela seja avaliada e debatida. Onde estaria o erro político ou jornalístico de tal conduta? **Movimento** não tem uma opinião editorial própria sobre os acertos e erros da guerrilha do Araguaia, como de outras experiências de resistência democrática ao regime. Mas está aberto e interessado em divulgar todas as opiniões sérias e relevantes sobre o assunto, sobre o qual já tentou entrevistar Amazonas mais de uma vez. Mas Amazonas não segue, no caso, o exemplo de Lênin: não facilita o debate, dentro e fora do PC do Brasil, da relevante experiência, como também não expõe publicamente, com nitidez e destemor, sua própria avaliação.

Amazonas também se queixa de que **Movimento** tem divulgado críticas a seu partido. Isto representa, em si, um comportamento contra-revolucionário? Mesmo que Amazonas esteja certo e que o PC do Brasil seja o partido de vanguarda da classe operária, isto não significa que não cometa erros, que não possa ser criticado, ou que o único critério para julgar o comportamento político de indivíduos e instituições seja sua atitude em face do PC do Brasil; mais importante é sua atitude em face do regime burguês-latifundiário e do movimento popular de massas. Por outro lado, o leque político não pode ser reduzido de maneira tão esquemática a "contra-revolucionários" e "revolucionários proletários consequen-

tes". Onde ficam os revolucionários não-proletários? Onde ficam os reformistas, que não podem ser identificados singelamente com os contra-revolucionários? Considere-se, além do mais, que muitas das críticas que Amazonas menciona, foram feitas por militantes do próprio PC do Brasil. Pode Amazonas identificar o campo da revolução com o PC do Brasil, o PC do Brasil com o Comitê Central e o Comitê Central com ele mesmo, de tal modo que divergir dele seria, em última análise, resvalar para o campo da contra-revolução? O que restaria do materialismo dialético e histórico nessa inversão idealista e religiosa de valores?

**A** atitude de Amazonas é ainda mais censurável porque ele vem insistindo, ultimamente, na necessidade de formar uma ampla frente antiditatorial, de "unidade democrática e popular". Desse jeito? Quem fala seriamente em "unidade democrática e popular", tem que reconhecer, ao lado dos objetivos democráticos comuns de ação, a inevitável diversidade de interesses e opiniões; como então considerar "contra-revolucionário" um jornal justamente porque espelha uma parcela dessa diversidade? Seria desastroso que a "unidade popular" fosse entendida como a unidade dos que acatam sem restrições as posições e os métodos atuais, já nem se pode dizer do PC do Brasil, mas sim da ala do PC do Brasil encabeçada por Amazonas.

Um dos perigos da acusação subjetiva de Amazonas é que ela pode induzir a um tratamento sectário dele mesmo. Recentemente, a opinião política progressista foi despertada para alguns erros e limitações de Amazonas. Isso não pode fazer esquecer sua vida dedicada à libertação da classe operária e de nosso povo, seus esforços para assimilar e difundir o socialismo científico em nosso país, sua coragem em combater importantes deformações da doutrina do proletariado. São esses traços de sua personalidade política que podem nos fazer esperar que ele ainda tenha a firmeza de reconhecer e reparar os erros de presunção e sectarismo que vem cometendo no relacionamento com outras forças do movimento popular e democrático.

Duarte Pereira

MOVIMENTO

SERVICIOS INTERNACIONAIS *Le Monde*

---

**Conselho de Direção**

Agostinho Gizé, Aley Linhares, Álvaro A. Caropreso, Antonio Carlos Ferreira, Antonio Carlos Queiroz, Armando Boito Jr., Armando Sartori, Célia R. de Souza, Conrado Júnior, Delzir A. Mathias, Duarte Pereira, Flávio Carvalho, Igor Fuser, Jacira Venâncio, José Calixto de Alencar, José Crisóstomo de Souza, Lia Ribeiro Dias, Luiz Bernardes, Luiz Carlos Antero, Luiz Mackloulf de Carvalho, Luiz Pedro, Márcio Bueno, Marcos Gomes, Murilo Carvalho, Paulo Koza, Perseu Abramo, Raimundo Rodrigues Pereira, Roberto Martins, Roldão Oliveira, Tibério Canuto e Washington Oliveira.

**Diretoria de Edição S/A**

Raimundo Rodrigues Pereira (presidente), Antonio Carlos Ferreira (diretor-editorial), Paulo Koza (diretor de operações), Perseu Abramo, Duarte Pereira, Célia Regina de Souza e Roldão Oliveira (diretores adjuntos).

---

Movimento é uma publicação de Edição S.A. - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Administração e redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo, Brasil. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Belo Horizonte: Av. Amazonas, 135, sala 509 - Edifício Codó - Minas, Tel. 224-7605. Salvador: Rua Caetano Moura, 16, Tel. 245-2861. Federação. Distribuição: Abril S.A. - Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575, Tel. 65-5115. Impresso nas oficinas da Cia. Jorúés, Rua Gastão da Cunha, 49, Tel. 531-8900, São Paulo. Material via Varig.

---

**Conselho Editorial de Movimento**

Alencar Furtado, André Forster, Audálio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Orlando Vilas Boas, Hermilio Borba Filho (1912-1976).

# Mais um, mais um, mais um...

Vão-se os "liberais" do governo: Rischbieter, Portela, Farhat... A abertura estagnou e a gang expelle quem discorda.

O ministro Said Farhat da Secom — Secretaria de Comunicações — estava, há longo tempo, em conflito com o restrito grupo que controla o governo, a chamada "gang do planalto". Há notícias de que, logo nas primeiras semanas do governo Figueiredo, ele teria tido um atrito sério com a "gang"; já, então, sua demissão era tida como "imminente". Mas Farhat conseguiu sobreviver por quase 2 anos no Ministério. Por que Farhat sobreviveu todo este tempo? E quais as razões de sua queda?

É difícil determinar o que ocorre dentro de uma "gang" tão restrita. Mesmo assim, é certo que são dois os episódios recentes que fizeram transbordar a incompatibilidade entre Said Farhat e a "gang": dois conflitos abertos com dois dos mais eminentes membros da "gang": Delfim e Heitor Aquino.

1) O desentendimento de Farhat com Delfim não é recente: (desde o ano passado sabe-se que Delfim promovia reuniões com jornalistas em seu gabinete nas quais só não eram aceitos os profissionais da Empresa Brasileira de Notícias, subordinada à Secom). Os problemas, porém se agravaram quando, ao voltar da recente viagem ao Japão, Delfim reuniu-se com os dirigentes das maiores empresas de publicidade do país para o lançamento de uma campanha publicitária (envolvendo a quantia de Cr\$ 1,5 bilhão), destinada a tornar simpáticas as medidas econômicas recessivas que serão adotadas pelo governo. Farhat — que deveria ter sido consultado, e não foi — teve conhecimento da campanha em andamento, e conseguiu abortá-la, obtendo o apoio do general Figueiredo. (**Movimento** foi o único jornal a anunciar o fato e inclusive previu a queda de Farhat).

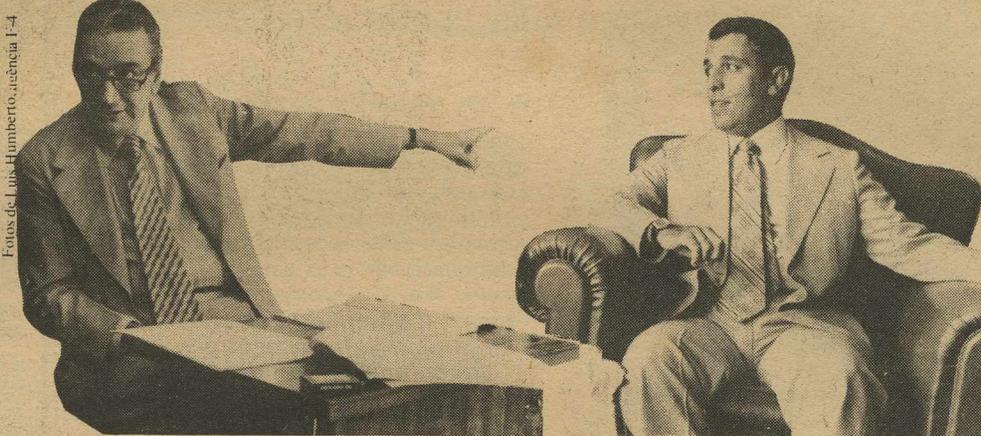
## As duas gotas d'água: uma campanha milionária e uma briga com Aquino

Delfim, contudo, não desistiu da idéia. Há poucas semanas, a campanha foi aprovada, agora com uma verba de Cr\$ 4,5 bilhões e distribuída às 8 principais agências de publicidade do país (DPZ, CBB&A, Almap, Norton, Standard, Mauro Salles Interamericana, McCann e MDM Casa Branca). Já conhecida como a "campanha da poupança" ela será lançada em janeiro próximo.

A "campanha da poupança" é tão poderosa, envolvendo tantos recursos, que os publicitários Geraldo Alonso Filho, da Norton, e Alex Perissinotto, da Almap, chegaram a trocar socos e pontapés enquanto aguardavam uma reunião com o ministro chefe da Seplan.)

2) A outra briga decisiva de Farhat foi com o major Heitor de Aquino, o todo-poderoso secretário particular do general Figueiredo. Aquino é o principal articulador da candidatura do deputado Nelson Marchezan à presidência da Câmara Federal; ele disse, numa entrevista recente, que o governo entende como "provocação" a candidatura dissidente do pedessista Djalma Marinho, apoiado pelos partidos de oposição. Por isso, os deputados governistas que votassem em Marinho poderiam ser punidos. Aquino ainda acusou Marinho de ser "o candidato do Arraes". Em resposta, Marinho comparou o secretário particular do presidente ao ditador Anastácio Somoza, que considerava a Nicarágua uma fazenda de sua propriedade.

Na última segunda-feira, dia 15, Said Farhat comentou a briga com um repórter, dizendo — numa clara referência a Aquino:



Fotos de Luis Humberto, agência [4]

### Farhat (à esquerda) acusa Aquino: ele foi o maior inimigo da Secom

"me custa crer que pessoas educadas tenham feito algumas declarações que beiram à grosseria". Nessa mesma entrevista garantiu que uma vitória de Djalma Marinho seria absorvida pelo Palácio, que garantiria a posse do eleito. Num momento em que o governo joga pesado e bruto contra todos os dissidentes e vacilantes de seu partido, frequentemente através de Aquino, a declaração de Farhat tornou-se claramente destoante (\*).

As causas mais profundas da saída de Farhat estão ligadas, porém, às idéias sobre comunicação dos militares e à estagnação do processo de abertura política. Para os militares, a informação é um fator estratégico que não deve ficar nas mãos de um civil. Além disso, quando a Secom foi criada — em maio de 1979 — ela recebeu funções que seriam da competência do SNI. Segundo o decreto, ela deveria "fazer pesquisas de opinião pública e outras, necessárias à avaliação

das aspirações nacionais e da receptividade, pelo público, dos atos, programas e atividades do governo". Não é de estranhar que tenha sido o general Medeiros, do SNI, quem comunicou a Farhat que Figueiredo pretendia fazer modificações profundas na Secom, fato que levou Farhat a demitir-se.

### Ele confiou no "amigo" Figueiredo, contra a "má vontade" da gang

O pleno cumprimento das funções que foram atribuídas a Farhat — melhorar a informação ao público, realizar campanhas institucionais de motivação e a coordenação do sistema de comunicação do governo através da articulação dos ministérios — dariam a ele uma apreciável parcela de poder político. Além disso, o titular da

Secom era um ministro com relativa independência dentro do governo, que se reportava diretamente ao general Figueiredo, ao contrário de seus antecessores na função, como o atual general Ludwig, ex-porta-voz do governo Geisel e intimamente ligado à "gang do planalto".

Farhat tem ainda uma fama de liberal e se diz ardoroso defensor da "abertura" do regime. Amigos íntimos de Farhat consideram-no um ingênuo, que quis aderir à idéia de que "seu amigo", o general Figueiredo, levaria o projeto de "abertura" à frente, apesar da "má vontade" de seus assessores. Ao que parece, no entanto, Farhat teria sido um bom servidor do regime apenas na fase de anunciação da "abertura".

Quando, durante este ano, os problemas se acumularam, e o projeto de "abertura" entrou claramente em fase de estagnação, Farhat ficou sem função. E, aproveitando a necessidade de economizar no orçamento, diante da recessão, (a verba da Secom seria de quase Cr\$ 3 bilhões), Figueiredo decidiu cortar a Secom, cortando assim também o homem que já estava prejudicando a unidade da equipe do Planalto.

(\*). Outro fator de desgaste de Farhat junto à "gang" foi a demissão do porta-voz da presidência, Alexandre Garcia, pretendidamente por uma entrevista que deu a uma revista masculina onde fazia revelações a respeito de sua vida íntima. A verdadeira razão da demissão do porta-voz teria sido o fato de que, prevendo a queda próxima de Farhat, Garcia — espertamente — passou-se para o grupo comandado por Golbery. Tanto que, mesmo demitido de suas funções e contratado por uma revista de grande circulação, Garcia continua freqüentando a intimidade do Palácio.

## A ilusão do último liberal do governo?

Rischbieter, Portela e Farhat eram os três liberais do governo (Murilo Macedo, do grupo dos "empresários cristãos" de São Paulo, seria um quarto integrante do grupo, muito desgastado após seu desempenho na greve do ABC). Até nas suas famílias e amigos se diferenciavam da "gang" do Planalto. Farhat, disse o colunista Sebastião Nery, tem um irmão que é secretário do PC libanês, Albert Farhat. Sua mulher, Raimunda, é conhecida por suas idéias liberais e tinha influência na revista **Visão**, quando esta última assumia posição crítica diante do governo, ente 72 e 75.

Todos os três não foram assimilados pela "gang" e saem com queixas amargas em relação a ela. Eduardo Portela disse ao sair que "o poder se enclausura num palácio de espelhos; ele não vê, apenas se vê". Rischbieter, após sua queda, dissera algo semelhante: "Vivemos como se estivéssemos num **Titanic**, moderno e confortável, mas cercado por mar imenso e frio, que vai nos engolir". O poder vive isolado em Brasília e desconhece o país, disse ainda.

Farhat sai com queixas parecidas: no início chegou a fazer parte do grupo, ao participar das reuniões das 9 da manhã, com Golbery, Heitor Aquino, o chefe do SNI, da Casa Militar e o presidente. Já no início deste ano, porém, no dia 16 de março lhe avisaram que ele não continha mais da lista dos integrantes da reunião. Passou então a encontrar-se para despa-

chos com Figueiredo às 11,45h. Depois disso, há seis meses, seu horário foi jogado para às 17,45h, ou seja, encontrava-se com Figueiredo quando tudo já estava decidido. E, pior que isso, Heitor Aquino passou a ser o homem que informava diretamente os jornalistas de sua preferência, escondido sob o título de "alta fonte palaciana", e pelas costas de Farhat. "O maior inimigo da Secom sempre foi Aquino", disse Farhat.

Foi Aquino que anunciou a venda da Light ao governo de São Paulo, a decisão de abrir concorrência para canais de televisão e o nome do substituto de Eduardo Portela. Farhat ficou por fora disso tudo. E, estranhamente, para a fama de liberal que tem, passou a se esmerar no controle dos vazamentos de informação do governo; segundo contou ao **Jornal do Brasil**, dava informações erradas a assessores suspeitos, para, no caso de vazamento, ter como verificar sua procedência.

"Do meu pessoal nunca vazou nada. Ao único assessor que identifiquei como fonte de vazamento, deixei de dar informação".

Farhat sai também tentando acreditar que Figueiredo é bonzinho; apenas os que o cercam, como Heitor Aquino, é que são perversos. Não vê, por exemplo, que, sendo ministro, não tinha sentido sabêr das críticas à Secom através de Octávio Medeiros, do SNI, seu colega de ministério.

É claro que foi o próprio Figueiredo que incumbiu Medeiros da tarefa de empurrar Farhat para fora. Assim Farhat acabou sendo vítima da ilusão que tentou criar; tentou vender a imagem do presidente João, do homem simpático, natural, explosivo, popular, brasileiro, tentando ignorar o sistema que o manobra e no qual Figueiredo está integrado.

## Quem pode cair no ministério

Atenção para as próximas demissões do ministério Figueiredo: devem sair brevemente o ministro Amaury Stabile, da Agricultura, e Camilo Penna, da Indústria e Comércio. De outro lado, o ex-ministro e atual embaixador do Brasil em Londres, Roberto Campos, está sendo chamado com urgência em Brasília. Campos, como se sabe, é pretendente ao cargo de orientador da política econômica do país e é o homem que tem as melhores relações com os grandes banqueiros internacionais, que hoje estão muito preocupados com a dívida externa brasileira. Independentemente da permanência ou não do ministro Delfim Netto no seu atual cargo, fala-se que Campos deverá assumir um cargo com amplos poderes.

Esses são os boatos que correram com insistência em Brasília na semana passada.

# O general "nacionalista" briga com o Planalto

Gal. Serpa, afastado por seus discursos, volta a falar contra o governo

Tibério Canuto

"Não há mais quem tenha coragem de defender a revolução de 1964", com essa frase curta e grossa, o general de exército Antônio Carlos de Andrada Serpa voltou a abrir suas baterias contra os seus desafetos que ocupam o Palácio do Planalto, aproveitando, desta vez, a oportunidade que lhe concedeu o Instituto de Engenharia de São Paulo ao prestar-lhe uma homenagem na semana passada. Mais uma vez, Serpa não teve papas na língua e deitou o verbo, apontando a "grave crise social", e como causas da "grave crise econômica, a dependência tecnológica, a dependência do petróleo e as exportações a qualquer preço".

Ao sair do seu retiro na fazenda Borda do Campo, Minas Gerais — (onde se exilou desde que foi colocado na inédita situação de general em disponibilidade por ser demitido da chefia do Departamento de Material Bélico do Exército em decorrência de outro discurso truculento), o general Serpa não expressou apenas o seu ponto de vista. Sem sombra de dúvidas, suas palavras sintetizam a opinião da verdadeira romaria de militares que o visita constantemente na sua fazenda e revela suas preocupações. Segundo o bem informado colunista Evandro Paranaguá, esses militares têm colocado para Serpa que a "nacionalidade está se derretendo como sorvete em dia de verão". A nova catilinária do general teria decorrido da necessidade de se passar à ofensiva em virtude de, na prática, o governo já vir efetivando uma política econômica coerente com os ditames impostos pelo FMI.

Um sintoma claro de que a palestra de Serpa no Instituto de Engenharia — (que segundo uma fonte tem o seu conselho controlado pelas grandes empreiteiras mas cuja homenagem ao general foi uma iniciativa de seu presidente) — não é um fato isolado são os manifestos que estão correndo nos meios militares e civis e que guardam uma profunda identidade com o discurso de Serpa. No Rio, corre um manifesto apócrifo que fala nos riscos da dissolução da "nacionalidade", critica o apelo ao FMI e reclama contra "o adiamento das eleições municipais de novembro e o alheamento das Forças Armadas dos debates suprapartidários dos problemas nacionais". Esse manifesto é atribuído a "dissidentes do Serpa" que se colocam à sua direita. Já em São Paulo corre outro manifesto, que teria o aval do general em disponibilidade.

## Nacionalismo "puro"

De qualquer maneira é certo que elementos ligados a Serpa articulam o lançamento de um "Movimento de Defesa Nacional" e para isto corre um documento que será assinado por civis e militares da reserva (os da ativa não assinarão para não serem punidos) cujo teor toca nas questões abordadas pelo discurso do general. Face a esse quadro, o governo, ao que tudo indica, não irá punir o general-dissidente, pois suas idéias contam, segundo Evandro Paranaguá, com um forte respaldo na oficialidade. Em vista disso, a tendência é de o governo engolir a seco o discurso de Serpa, até porque as punições a militares dissidentes vêm provocando desgastes



Gal. Serpa: um nacionalista?

do governo no interior das Forças Armadas (ver matéria nesta mesma página).

## A favor do 477

O general Antônio Carlos de Andrada Serpa galgou a celebridade pelos seus discursos, nos quais dois componentes sempre aparecem: o nacionalismo e o

anticomunismo. Quando estava no III Exército, fez nada menos do que 11 discursos, um dos quais defendendo a continuidade do AI-5 e do decreto 477. Em abril deste ano, abriu fogo contra as multinacionais e o controle da natalidade. Ao considerar "crime de lesa-pátria" a entrega do Proálcool ao capital estrangeiro, foi punido e demitido do Departamento de Material Bélico. Desde então, ele não tem nenhuma função e não está na reserva.

No seu mais recente discurso falou do "desencanto e frustração dos militares diante da injustiça de sua imagem". "Vemos, acrescentou, menosprezado o seu sacrifício cruento na luta legítima contra o terrorismo. Os militares nunca concordaram com os excessos irresponsáveis da repressão".

## Crime de lesa-pátria

Em seguida deitou a falação no seu tema predileto, a desnacionalização da economia: "na atual conjuntura advertimos que é suicídio a atitude de buscar, a qualquer preço, capital externo. A isso corresponderá a total desnacionalização da economia brasileira". Criticou a dependência do petróleo, apontando as fontes de energia oriunda da biomassa como a grande alternativa, mostrou o equívoco da dependência tecnológica em relação ao exterior, particularmente no setor de bens de capital e criticou "a política de se exportar a qualquer preço, em detrimento do fortalecimento do mercado interno". Reivindicou também uma distribuição da renda, "pois não se pode falar em democracia sem justiça social".

## A política dos generais

Contrariando as palavras de Figueiredo de que "com o processo de abertura as Forças Armadas voltam ao desempenho exclusivo e cada vez mais fecundo do papel que lhes incumbe nos quartéis", diversos militares de alta patente fizeram incursões em pronunciamentos políticos na semana passada. E, diga-se de passagem, o único que fugiu do tom monocórdio de defesa da revolução de 1964 e da política imposta pelos governos militares foi o do general Antônio Carlos de Andrada Serpa (ver matéria nesta página). Eis alguns trechos dos principais pronunciamentos dos militares:

"Nossos homens não falharão, como não falharam em todas as guerras em que o Brasil foi levado a participar e em todas as crises em que a nação os chamou a colaborar na defesa dos interesses maiores do povo brasileiro, como ocorreu em 1964, uma contribuição revolucionária de que só podemos nos orgulhar..." — palavras do general de exército Alacir Frederico Werner, ao tomar posse na Chefia do Departamento de Pessoal do Ministério do Exército.

O Ministro interino do Exército, Ernani Airosa, também não deixou por menos. Ao ser homenageado por generais lotados em Brasília fez o seguinte pronunciamento: "1981 será um ano muito difícil... o presidente Figueiredo tem lutado ferrenhamente para colocar

em prática os princípios da Revolução de 1964. A revolução não está desacreditada e seus princípios estão sendo colocados em prática. Nada mudou no Exército." E: "o comunismo, todo mundo sabe, está tentando se infiltrar permanentemente. Isso não é de hoje, mas desde 1935".

Na mesma esteira também foi o discurso do general de divisão Mário de Mello Mattos ao saudar os novos generais de brigada: "somos bons, mas não podemos ser ingênuos. Somos amantes da Paz, mas não podemos ficar desarmados. Cultivamos a liberdade, mas não podemos tolerar a anarquia... é preocupante e estarrecedor como uma parte de nossos compatriotas trabalha para aplinar o caminho comunista na nossa pátria".

E falando em nome dos novos generais de brigada, o general Waltencir Costa fez incursões na área econômica, destoando do tom "nacionalista" do discurso do general Serpa: "As nossas fronteiras amazônicas precisam ser revivificadas. Não concordo com as denúncias de que a Amazônia está sendo entregue a empresas multinacionais". E fez o seguinte comentário sobre o projeto Jari: "É um empreendimento particular e não multinacional. Um bonito projeto que apenas requer alguns cuidados."

## Exclusivo O Exército põe panos quentes e volta atrás

À exceção do tenente-coronel Kurt Pessek, que teve confirmada sua transferência do Estado Maior do Exército, em Brasília, para a Circunscrição do Serviço Militar (SCM) de Ilhéus, na Bahia, foram canceladas as portarias do dia 30 de outubro que transfeririam, "por necessidade de serviço", os coronéis Jorge da Silva Castro (do DGP, em Brasília, para João Pessoa, PB) e Luís Paulo Macedo Carvalho (da Escola de Instrução Especializada (ESIE), em Realengo (RJ), para a SCM de Santa Maria, RS) e os tenentes coronéis Sadi Nunes e Athos Eichler, este, de Brasília para Manaus.



Kurt Pessek

Quais as razões do cancelamento? Antes de partir para os Estados Unidos, para se submeter à operação cardíaca, o Ministro do Exército, Walter Pires, solicitou ao Chefe do Centro de Informações do Exército (CIE), general Braga, que apurasse as responsabilidades da suposta "conspiração militar" na qual se baseou para punir os oficiais. Pires estava bastante preocupado com as repercussões negativas que seu ato causou nas fileiras do Exército.

Ao final de seu trabalho, o general Braga chegou à óbvia conclusão de que não tinha havido nenhuma conspiração. Na verdade, os serviços de informação do Exército haviam detectado subversão num animado jantar que o tenente coronel Athos Eichler ofereceu ao tenente coronel Kurt Pessek, que reuniu militares e civis, acompanhados de suas esposas. Evidentemente não se faz conspiração durante um jantar tão aberto, numa quadra residencial habitada exclusivamente por militares, facilmente controlada pelos órgãos de informação.

Na verdade, todo o episódio girou em torno do tenente coronel Kurt Pessek, tido e havido pela comunidade de informações e pelo Palácio do Planalto como um dissidente irreversível, desde que ele se tornou um dos principais articuladores da candidatura Euler Bentes Monteiro. Pessek, por sinal, acabou sendo o único a ter confirmada a sua transferência. O general Braga, na sua sindicância, ouviu todos os oficiais, menos o Kurt. Braga fez perguntas sobre as idéias de Kurt e sobre o seu círculo de relacionamento.

Técnicamente a punição não pode ser classificada de punição. Afinal, na carreira militar sempre um oficial pode ser transferido por "necessidade de serviço". Esta justificação só não colou para o caso do coronel Luís Paulo Macedo Carvalho, que aliás entrou com um pedido de justificação junto aos seus superiores. Macedo, que serve na Escola de Comando do Estado Maior do I Exército, no Rio de Janeiro, havia sido designado há meses para comandar a Escola de Instrução Especializada (a sargentos e oficiais) (ESIE), na Escola Militar do Realengo. Ao ser transferido para Santa Maria, ele consequentemente perdeu este comando (também o oficial a quem ele substituiria em Santa Maria ficou sem entender a sua própria transferência, já que havia chegado na cidade há apenas três meses).

O pecado cometido por Macedo foi ter convidado o tenente coronel Kurt Pessek para servir sob seu comando na ESIE, convite que foi recusado. Num telefonema, Macedo disse que o tenente coronel Sadi Nunes, atualmente servindo no 1º GECAN-90, (Grupo de Canhões-90), no Rio de Janeiro — que conhece Pessek mas não o vê desde 1970 — já havia aceito o convite para ocupar o cargo de fiscal administrativo da ESIE.

Este telefonema sem dúvida nenhuma foi grampeado pelo CIE e daí houve a punição de Sadi Nunes.

(Antonio Carlos Queiroz)

# O Brasil está rigorosamente de calças curtas

Com suas contas externas completamente deficitárias e caminhando velozmente para uma situação de insolvência no mercado internacional, o Brasil está também sendo duramente atingido pelas altas recordes experimentadas pelas principais taxas de juros no mercado internacional de capitais. Essas taxas têm tido um comportamento extremamente instável devido, sobretudo, à mudança da política monetária dos Estados Unidos.

Cada vez que o **Federal Reserve System** (o Banco Central dos EUA) resolve endurecer sua política monetária, a dívida externa do Brasil e de outros países dependentes aumenta em muitos milhões de dólares. O mecanismo, simplificado, funciona assim: o FRS norte-americano, procurando conter a inflação dos EUA, adotou medidas de controle da expansão dos meios de pagamento dentro dos EUA, o que provoca escassez do dinheiro no mercado americano e uma imediata alta das taxas de juros; essa alta atinge, por extensão, o chamado mercado de eurodólar, onde os países dependentes contraem a maior parte de seus empréstimos em moeda.

Nesses últimos dias, a taxa básica do mercado do eurodólar, a chamada "Libor" (**London Interbank Offered Rate**) alcançou o patamar recorde de 20% ao ano. Essa alta atingiu não somente os novos empréstimos que o Brasil precisará tomar no mercado de eurodólar, mas também os empréstimos que já foram contraídos e que, por cláusulas de contrato, estão sujeitos às variações da Libor. Ao final do ano passado, a dívida externa bruta do Brasil era de Cr\$ 49,9 bilhões, calculando-se que cerca de 70% desse total foram constituídos de empréstimos em moeda, sujeitos às variações da Libor. Por isso é que, a grosso modo, calcula-se que hoje o aumento de 1 (um) ponto percentual na Libor faz a dívida externa brasileira aumentar em mais de US\$ 300 milhões.

Compreende-se, portanto, porque cada vez mais o governo e os grandes homens de negócios acom-

panham com sofreguidão a evolução da Libor. Na verdade, ela costuma ter maior impacto na economia brasileira do que a tão atacada OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ou do que as Bolsas de "Commodities" de Chicago ou Londres, que dão a palavra final sobre as cotações de produtos exportados pelo Brasil, como a soja, café, açúcar e cacau.

Com uma nova alta de taxas de juros ocorrida no mercado internacional, complica-se mais ainda as perspectivas das contas externas do Brasil em 1981.

O Brasil está, rigorosamente, de calças curtas: tem uma enorme dívida externa (que chegaria, ao final deste ano, em US\$ 57 bilhões), não tem dinheiro (só em 1980, o governo queimou quase US\$ 4 bilhões de reservas em função das dificuldades que encontrou para captar novos empréstimos) e necessita, portanto, de tomar novos empréstimos para pagar os que estão vencendo (em 1980, o pagamento de juros e amortizações da dívida externa superou os US\$ 13 bilhões — portanto, muito mais do que os gastos com o petróleo). E, ainda por cima, vê-se diante de uma alta geral de taxas de juros cobradas pelos grandes bancos internacionais, e da urgência de seus credores, que aumentam também o chamado "spread" (taxa de risco) em suas operações com o Brasil.

Hoje, esse "spread" já está acima de 2% ao ano. E dentro desse quadro que o ministro Delfim Netto (que sempre defendeu o endividamento externo na época do dinheiro fácil) terá de trabalhar para levantar, em 1981, cerca de US\$ 20 bilhões, para cobrir, numa hipótese otimista, as seguintes contas: US\$ 1 bilhão na balança comercial (este ano, o déficit da balança comercial não ficará abaixo de US\$ 3 bilhões), cerca de US\$ 11 bilhões na balança de serviços e mais US\$ 8 bilhões de amortizações. Quando se vê estes gigantescos números, fruto da suicida política entreguista do regime militar, é que se compreende o tamanho da farsa pregada pelo ministro Delfim ao dizer que o Brasil não se submeterá à política do Fundo Monetário Internacional (FMI). **Marcos Gomes**

## MINISTROS

### Delfim e Simonsen: caneladas entre colegas

O ministro do Planejamento Antonio Delfim Netto resolveu levar ao extremo a teoria de que o otimismo vai salvar essa nação. Agora está tratando tudo como se fosse uma grande piada. Na quarta-feira da semana passada, entre copos de uísque e salgadinhos, numa festa de confraternização no Palácio do Planalto, o ministro Delfim disparou farpas de otimismo irônico contra vários aliados e ex-colaboradores. Perguntado sobre as declarações do presidente da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luiz Eulálio Bueno Vidigal, segundo as quais "o Estado é forte e a sociedade é fraca no Brasil", Delfim assumiu ares de ator, com expressão de espanto e ironia e disse: "não me

diga! Que observação profunda essa! Só contaram para ele?"

Mas as críticas mais debochadas foram dirigidas contra o ex-ministro Mario Henrique Simonsen, numa troca de caneladas que já vem há dias. Recentemente, Delfim comentara um trabalho acadêmico de Simonsen sobre a inflação nos seguintes termos: "quem sabe faz, quem não sabe ensina". Agora Simonsen está no ataque. Irritado com as ironias de Delfim ele está criticando abertamente o novo orçamento (ver matéria nesta página): "se forem cumpridas as hipóteses heróicas (do Orçamento)", diz Simonsen, no próximo ano teremos uma forte recessão, ao contrário do que vem afirmando Delfim.

# Recessão oficializada no Orçamento

Não chegou a causar surpresa o "pacote" do Conselho Monetário Nacional, decidido na semana passada na mais longa reunião desse órgão. É um orçamento nitidamente de recessão, apesar desse termo ainda ser abertamente evitado pelos planejadores.

Em conversas reservadas, assistentes de Delfim admitem que o orçamento é recessivo, mas alegam que essa era a opção: "ou explodiríamos pelo lado do orçamento monetário ou então pelo lado do balanço de pagamentos". Controlando o orçamento — a disponibilidade de créditos, investimentos e subsídios oficiais — será possível, pelo menos na cabeça dos planejadores, conter a expansão que necessita de importação e, conseqüentemente, agrava o balanço de pagamentos. Também o consumo deverá ser desaquecido, para evitar compras externas de insumos, acessórios e tecnologias.

Os mecanismos de desincentivo ao consumo serão a redução dos créditos e a melhora das condições para a poupança. O estímulo à poupança servirá também a outros designios: 100 bilhões de cruzeiros

da poupança da Caixa Econômica Federal, antes destinados somente à construção de casas próprias, serão desviados para incentivar as exportações. Diz o governo que esse desvio não vai alterar o programa de construção de casas populares, atingindo principalmente as construções de casas para a classe média e ricos. (Resta ver, no entanto, que a própria construção de casas populares está contida desde agosto).

A prova de que a dívida externa é que comanda o orçamento é o fato de os créditos para exportação estarem praticamente liberados; eles deverão crescer, segundo fixou o CMN, em 131,5%, enquanto a agricultura, que era a menina dos olhos do governo, deverá aceitar uma expansão de apenas 53,7% dos créditos oficiais — (existe ainda uma parte de créditos privados) o que, com a inflação de três dígitos, significa retrocesso na política em vigor.

Os juros para os empréstimos agrícolas também serão elevados: este ano eles foram, em média, de 22% aa; em 81, deverão ser de 45%. Também os financiamentos para a compra de máquinas e

insumos agrícolas serão reduzidos significativamente, em especial para os grandes produtores.

O controle de gastos também atingirá duramente as despesas públicas, e indiretamente, portanto, cortará encomendas e limitará a expansão no setor privado, já que o governo é o maior comprador. O orçamento das estatais será de seis trilhões de cruzeiros. Mas representa, em termos absolutos, um crescimento de apenas 66% em relação ao ano passado; com inflação acima de 100%, a realidade é que os orçamentos das estatais serão fortemente cortados, se não reduzidos.

O CMN decidiu também conter o consumo da classe média limitando os cheques especiais (mediante os quais o cliente pode sacar acima do que tem depositado) ao teto de 50 mil cruzeiros para cada cliente em todas as contas futuras. A proposta era cortar até nas contas atuais, mas membros do CMN, como Jorge Hilário Gouveia, presidente da Comissão de Valores Mobiliários, protestaram, dizendo que ele mesmo tinha 4 cheques especiais acima de 100 mil cada.

## Gringos querem banco

Para se fazer bons negócios é preciso se ter bons bancos por trás. Seguindo esse raciocínio, o Brasil e os árabes donos de petróleo prepararam-se para a criação de bancos particulares e estatais com participação mútua. Somente nas duas últimas semanas, foram anunciadas as seguintes negociações entre árabes e brasileiros:

- o governo brasileiro e o governo do Iraque, numa surpreendente lua de mel já há algum tempo, resolveram criar um banco binacional com sede no Brasil e filiais em países do mundo árabe. O banco será integrado por capital do Banco do Brasil e do Raifain Bank, em uma proporção de 50% cada;

- brevemente deverá entrar em operação no Brasil, provavelmente no Rio de Janeiro, um banco de investimentos com participação majoritária do Kuwait. Não se sabe ainda quem serão os sócios brasileiros do banco, mas o Kuwait já recebeu um grande estímulo: sua participação acionária poderá ultrapassar a marca dos 30%, até agora o limite máximo de participação de capitais estrangeiros em instituições financeiras;

- o pequeno e obscuro Banco do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro deixou o anonimato para ser comprado majoritariamente por um grupo nacional — Indústrias Reunidas São Jorge, do Grupo Chammas, tradicional no ramo da farinha de trigo e que, por sinal, já foi acusado no passado de especular com o produto — e por um poderoso grupo árabe: o Bank of Credit and Commerce International, controlado por ricas famílias reais no Golfo Pérsico e com um capital de nada menos de 4 bilhões de dólares.

Assim, aos poucos, o setor financeiro que até hoje se mantém majoritariamente, e quase exclusivamente, nas mãos dos grandes grupos nacionais vai sofrendo o mesmo processo por que passou o resto da economia brasileira: a desnacionalização crescente.

## Semestral ameaçado

Os sindicatos devem ficar atentos porque mais uma vez pretende-se mudar a política salarial... para pior. A advertência é do economista João Manoel Cardoso de Melo (Unicamp-SP), em palestra que fez na semana passada no I Seminário Nacional sobre a Qualidade da Vida, em Aracaju. Ele disse que o reajuste semestral poderá ser extinto, voltando-se à antiga forma de reajustes apenas de ano em ano. Cardoso de Melo acha que a elimina-

ção do reajuste semestral é a última exigência do Fundo Monetário Internacional ao Brasil para enquadrar a economia do país nas duras regras dos banqueiros internacionais. Tal medida seria um tremendo golpe no orçamento dos assalariados, que, ao contrário, já vêm reivindicando o reajuste trimestral para fazer frente à inflação galopante. De fato, o reajuste semestral (conquistado pelos trabalhadores após muitas lutas e greves no período de 1978/79) representou um pequeno alívio para o assalariado. O economista João Saboia (Universidade Federal - RJ) fez estudos mostrando os benefícios do reajuste semestral e a necessidade de se passar agora para os reajustes trimestrais. Segundo seus estudos (veja **Movimento** edição nº 282), em setembro do ano passado, com a inflação anual na casa dos 60%, e com reajustes anuais, o assalariado perdia 2,6 salários ao longo do ano, devido à desvalorização que os salários sofriam no extenso período em que permaneciam fixos. Com 60% de inflação e reajustes semestrais, o prejuízo dos trabalhadores decrescia para 1,5 salário. Agora, com a inflação de mais de 100%, a perda passou a ser 2,1 salários por ano. Daí a necessidade dos reajustes trimestrais, para diminuir novamente as perdas dos assalariados.

## Jogo anti-Petrobrás

Desde que foi criada, na década de 50, a Petrobrás, tem sido alvo de críticas, difamações, campanhas mesmo, contra a sua existência como empresa estatal por parte dos grandes grupos econômicos e seus representantes. Na semana passada, o próprio ministro das Minas e Energia, o político cearense César Cals, assestou suas baterias em direção à Petrobrás e lançou diversos abusos. Um deles: a Petrobrás estaria manipulando grandes estoques de óleo com finalidades especulativas (a atual reserva de petróleo, suficiente para o consumo nacional de 110 dias, seria alto demais, segundo o ministro; bastaria manter o suficiente para o consumo de 90 dias). Além disso, o ministro está brigando com a empresa a propósito dos gastos do país com petróleo importado em 1981: para o ministro, serão precisos nove bilhões de dólares, mas técnicos da empresa acham que serão precisos de 11 a 13 bilhões — uma diferença nada desprezível de dois a quatro bilhões de dólares!

Por trás disso, ainda há o veto do ministro que impede que a Petrobrás se transforme em uma grande empresa de energia, cuidando não só do petróleo, mas de todas as fontes alternativas de

energia. O ministro quer que a Petrobrás exerça uma função "exclusivamente técnica". Ou seja: que se limite a comprar petróleo. Nesta última briga, o ministro é ajudado pelo jornal **O Estado de S. Paulo**, que em editorial no último dia 17 lança críticas por não ter a Petrobrás achado mais óleo no território nacional, em seus mais de 20 anos de existência. Mas o editorialista não achou relevante recordar aos leitores que foi na gestão do general Ernesto Geisel na presidência da empresa (1969-1973) que a Petrobrás diminuiu o seu esforço na procura do petróleo (veja tabela abaixo). Na época, só a imprensa democrática e popular (particularmente o jornal **Opinião**) denunciava a calamitosa gestão de Geisel — o **Estadão** silenciava-se.

A direção da Petrobrás respondeu às acusações sem muita convicção. É que apesar de contar em seu corpo técnico com alguns especialistas que defendem o monopólio estatal do petróleo, a direção da empresa tem ficado nos últimos anos nas mãos de críticos do monopólio (entre eles o atual presidente Shigeaki Ueki, que é apadrinhado por Geisel). Assim, a oposição nacionalista fica sempre em uma posição desconfortável para defender a empresa por não poder defender a sua direção. Mesmo assim, o sindicato dos petroleiros de Paulínia - SP, dirigido por Jacó Bittar do PT, lançou nota oficial na semana passada, acusando o ministro César Cals de "tentar jogar a opinião pública contra a Petrobrás".

## Investimentos da Petrobrás em exploração e pesquisa como porcentagem do total dos investimentos da empresa.

ANO	%	
1965	34,47	
1966	29,63	
1967	33,49	
1968	37,51	
1969	37,75	
1970	29,68	gestão
1971	18,08	
1972	21,80	Geisel
1973	29,50	
1974	27,05	

Fonte: "Petróleo: Contratos de Risco e Dependência", vários autores, coordenação de Bernardo Kucinski, Ed. Brasiliense/1977.

# Torturadores perdem na Justiça

A Justiça destrói as versões de "suicídio" de presos políticos no Doi-Codi e condena a União

Carlos Espadilha

É a segunda grande derrota dos torturadores na Justiça: tal como no processo vencido pela família do jornalista Vladimir Herzog, em 1978, na semana passada a Justiça Federal em São Paulo comprovou que o operário Manoel Fiel Filho foi morto sob torturas no Doi-Codi do II Exército. Na época — Herzog em 75, Fiel em 76 — o então comandante do II Exército, general Ednardo D'Avila Mello, alegou que ambos se suicidaram. Herzog com um cinto, Fiel com as próprias meias.

O juiz Jorge Scartezzini, da 4.ª Vara Federal em São Paulo, contudo, numa sentença de 149 laudas, destruiu a versão do suicídio de Fiel. Admitiu que o Doi era um centro de torturas e ao final concedeu as reivindicações da viúva do operário, Tereza de Lourdes. Ela vai receber todos os salários do marido, da data da morte até o fim da vida provável de 65 anos (hoje o operário Fiel estaria ganhando Cr\$ 40 mil mensais). E mais 500 salários mínimos (Cr\$ 2,8 milhões) por indenização moral.

## A espera da decisão

"Em verdade a dor não tem preço, a dor não se mede. Contudo, mesmo que se admita a impossibilidade de compensar-se a dor com dinheiro, injusto seria deixar sem reparação o dano moral, pelo que ele em si representa" — concluiu o juiz Scartezzini, 43 anos, um homem de hábitos áusteros e aversão à publicidade. Ao ser procurado pelos jornalistas, negou entrevistas. "Juiz não fala sobre qualquer caso. O que ele tem a dizer diz na sentença".

A decisão de Scartezzini subirá agora para o Tribunal Federal de Recursos, em Brasília praxe a ser seguida toda vez em que um magistrado toma uma decisão contra a União. Só se o TFR confirmá-la é que a sentença terá validade e a viúva receberá as indenizações. E isso pode demorar, a julgar pelo tempo que a sentença em favor da família Herzog repousa no TFR. Enviado a Brasília no início do ano passado, o processo já passou por três relatores e hoje está com o ministro Hermilo Galant, que nem precisa se preocupar com problemas de indenização. O processo da família Herzog destinou-se a provar que ele foi assassinado no Doi.

"É um absurdo", constata o advogado Samuel McDowell Figueiredo, 31 anos, que patrocinou as duas causas. McDowell lembra que os recursos que sobem ao TFR não exigem diligências nem intimações. O Tribunal deve apenas apreciar a correção técnica da sentença e para isso, no caso do processo de Herzog, "dois anos é muitíssimo tempo".

## Recurso ao AI-5

De qualquer forma, McDowell não teme alterações na decisão em favor da família de Fiel Filho. "A sentença é uma peça técnica muito bem estruturada que jamais poderá ser reformada". O que o advogado mais destaca na sentença, porém, é o efeito político. "Ela mostra que não são situações políticas que devem determinar se alguns direi-



A família do Manoel Fiel Filho terá de esperar agora a confirmação da sentença, como espera Clárisse Herzog (ao lado, com d. Tereza Fiel)



tos devem ou não ser respeitados. Esses direitos devem sempre ser respeitados, e este é um valor muito acima das conveniências políticas de pessoas do poder, que por nenhuma razão devem prevalecer sobre o respeito das garantias constitucionais".

A União (leia-se governo federal) achava-se imune às leis. O procurador federal, que nestes casos atua como defensor político do regime, alegou durante o processo Fiel que todos os atos praticados pelos agentes do Doi-Codi eram amparados pelo AI-5.

Logo, não poderiam ser examinados pelo Poder Judiciário. Os advogados destruíram esta alegação lembrando que por mais arbitrário que fosse o AI-5 não autorizava agentes do Exército a prender, torturar, assassinar ou desaparecer com presos políticos. O juiz Scartezzini endossou o raciocínio e perguntou ao procurador se ele podia apresentar algum documento, com base no AI-5, que autorizasse tais arbitrariedades.

Outra decisão do juiz foi lembrar ao procurador que, comprovadas as arbitrariedades, pode ser aberto um processo criminal contra os policiais e militares que torturaram Fiel. O principal suspeito do assassinato era o torturador Luis Shinji Akaboshi. Intimado a depor no processo, ele não apareceu. Depois, o II Exército informou que

Akaboshi estava morto, conforme um boletim militar de 1978. Mas não foi apresentado o atestado de óbito.

Ainda assim o processo criminal pode ser aberto contra os chefes militares da época:

1) tenente-coronel Audir Santos Maciel (hoje coronel atuando no Centro de Informações do Exército, em Brasília), que chefiava o Doi-Codi; 2) general Nogueira da Paz, chefe da 2ª Seção do Estado Maior do II Exército, responsável pelo Doi; 3) general Antonio Ferreira Marques (recém-nomeado para o comando do III Exército, em Porto Alegre), que chefiava o Estado Maior; e 4) general Ednardo D'Avila Mello, que comandava o II Exército.

Em seu comando, o Doi-Codi, instalado nos fundos de uma delegacia de Polícia, na rua Tutóia, matou vários presos políticos.

## E os culpados?

Só o processo que se montou a partir de 75 contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) produziu quatro mortes: além de Herzog e Fiel, dois oficiais da Polícia Militar acusados de criar uma célula comunista na corporação. Os quatro casos foram explicados pelos chefes militares como suicídios. Pelo menos dois, contudo, a Justiça já mostrou que foram homicídios. Só falta agora prender os culpados.

## A dignidade recuperada para a Justiça

Alvo constante das investidas dos golpistas de 1964, que reduziram a quase nada suas prerrogativas, o Poder Judiciário está lentamente voltando a ensaiar a conquista de sua independência. A firme atitude do juiz Jorge Flaquer Scartezzini, da 5ª Vara da Justiça Federal de São Paulo, que na semana passada, responsabilizou a União pela morte do operário Manoel Fiel Filho, nas dependências do II Exército, não é inédita.

O caso mais conhecido anteriormente era o do juiz Marcio José de Moraes, 32 anos, que, em outubro de 1978, decidiu responsabilizar a União pela prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog, também nas dependências do Doi-Codi do II Exército.

Ficou famoso, por exemplo, o episódio que envolveu o juiz Carlos David Aarão Reis, do Rio de Janeiro, 38 anos, em junho deste ano. Para garantir a aplicação de uma liminar que havia concedido em defesa do prédio da União Nacional dos Estudantes, Aarão chegou a empunhar um revólver e ameaçar os responsáveis pela demolição do prédio.

Este mesmo juiz foi quem responsabilizou, mais recentemente, os ex-presidentes Ernesto Geisel e Garrastazu Médici pelos prejuízos provocados pela censura ao jornal *Tribuna da Imprensa*, do Rio.

O juiz Luiz Rondon Teixeira Magal, da 1ª Vara de Justiça de São Paulo, adotou atitude semelhante ao de seu colega carioca quando condenou a União pela censura exercida contra o jornal *O Estado de S. Paulo*, em agosto deste ano.

No mês de outubro, o juiz Getúlio Evaristo dos Santos Neto, também da 1ª Vara de São Paulo, decidiu responsabilizar o Estado pela invasão ocorrida na Pontifícia Universidade Católica, há três anos, quando vários estudantes saíram gravemente feridos.

Ainda em outubro, o juiz Caetano Sorrentino, corregedor de Polícia e Presídios de Santo André, cidade do ABC paulista, visitou sem aviso prévio o 4º Distrito Policial da cidade para investigar denúncias de tortura e acabou descobrindo máquinas de dar choques e um pau-de-arara.

Finalmente, na semana passada, um dia antes de ser promulgada a sentença do juiz Scartezzini, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul decidiu confirmar a condenação do policial Orandir Portassi Lucas, o "Didi Pedalada", como envolvido no seqüestro de Lilian Celiberti, ocorrido em novembro de 1978. Além disso, o Tribunal decidiu enviar peças de depoimentos de quatro agentes do DOPS ao Ministério Público, para que sejam processados por inverdade e perjúrio: eles mentiram ao afirmar que Didi Pedalada estava na Escola de Polícia, na hora do seqüestro.

# O bote contra os funcionários públicos

Armando Boito

Os funcionários públicos e autárquicos devem permanecer vigilantes: a estrutura sindical fascista prepara o bote para apará-los! Sob o pretexto de se lhes conceder o direito de sindicalização, está-se preparando uma armadilha para se liquidar com o trabalho de organização sindical independente que a categoria logrou construir ao longo dos últimos anos. Referimo-nos ao projeto de lei apresentado pelo senador Franco Montoro no Senado Federal, a pedido de correntes pelegas do funcionalismo, de aliados dessas correntes e de um ou outro sindicalista equivocado. O mencionado projeto revoga o artigo 566 da CLT que impede os servidores do Estado e os das instituições paraestatais de se sindicalizarem. Aparentemente, trata-se de uma proposta democrática, que revogaria uma odiosa discriminação da qual é vítima uma numerosa categoria de trabalhadores. Na verdade, na medida em que o referido projeto mantém todos os artigos da CLT que atrelam os sindicatos ao Estado, trata-se de uma iniciativa que objetiva atrelar as inúmeras entidades sindicais independentes dos funcionários ao Estado (concretamente: à ditadura militar). O que se pretende é corrigir o furo que se abriu na estrutura sindical fascista devido à organização autônoma do funcionalismo público: é

necessário enquadrar esse corpo estranho à estrutura sindical de Estado.

Ao longo dos últimos anos, o funcionalismo tem dado mostras de uma capacidade de luta e de organização que contrasta com a relativa inatividade dessa categoria de trabalhadores no decorrer de período anterior ao golpe de 1964. Principalmente após as greves e a campanha salarial de 1979, os funcionários públicos e autárquicos conquistaram uma série de vitórias no plano organizativo. Com base nas suas associações civis, organizaram, em São Paulo, a **Coordenação Geral Permanente (CGP)**, que unificou os diferentes setores do funcionalismo (municipal, estadual e federal) existentes no Estado de São Paulo. Em Minas Gerais, na área dos trabalhadores em educação, os funcionários públicos organizaram a **União dos Trabalhadores em Educação (UTE)**, que dirigiu a grande greve de abril-maio deste ano em todo o Estado de Minas Gerais. Em todos os estados do país, os docentes das universidades públicas organizaram entidades civis, independentes do Estado, que vêm dirigindo a luta sindical da categoria. Essas **Associações de Docentes** das universidades públicas já lograram criar um organismo nacional que dirigiu as duas

únicas greves nacionais de trabalhadores ocorridas no Brasil desde 1964. Toda essa demonstração de força e de independência organizativa tem preocupado sobremaneira o regime militar, os pelegos e os seus aliados. **Como obter o controle do movimento dos funcionários públicos?** Essa passou a ser a grande preocupação dos pelegos. Daí terem tirado da cartola, sem nenhuma consulta sistemática às entidades que efetivamente têm dirigido a luta da categoria, esse projeto que concede ao funcionalismo o direito de sindicalização, ou melhor, que pretende obrigá-lo a se enquadrar na estrutura sindical fascista de Estado.

Em primeiro lugar, é necessário esclarecer que **os funcionários públicos e autárquicos, a despeito da legislação em vigor proibi-lo, já possuem vários sindicatos.** Dezenas e dezenas de associações civis do funcionalismo são entidades

objetivo de fazê-las dependentes e de controlar os seus movimentos.

Em segundo lugar, **os sindicatos dos funcionários públicos e autárquicos são sindicatos independentes do Estado.** Hoje, são os próprios funcionários que criam e que organizam as suas entidades, bastando, para tanto, se julgarem conveniente, registrá-las num cartório civil. Não necessitam de autorização do Ministério do Trabalho do Poder Judiciário ou de qualquer outro ramo do aparelho de Estado para organizarem as suas entidades. Nos sindicatos dos funcionários, são os próprios associados que, por decisão majoritária e democrática, definem os estatutos de sua entidades, o modo do seu funcionamento e o seu programa de luta. Esses sindicatos não se submetem, portanto, ao estatuto padrão que pesa sobre os sindicatos oficiais (atrelados), não têm um agente do regime militar a policiar as suas eleições e a decidir, no lugar dos trabalhadores, qual é a chapa vencedora. Nos sindicatos dos funcionários, as finanças são provenientes da contribuição voluntária e consciente dos trabalhadores e estão, em função disso, fora do controle do Ministério do Trabalho que, através do famigerado imposto sindical, arrecada, distribui e determina o uso dos fundos financeiros dos sindicatos oficiais. Essa situação de independência jurídica, organizativa e financeira tem dado às entidades do funcionalismo condições de ir superando a prática predominantemente assistencialista que existe em várias delas e de assumir o caráter de autênticos organismos de luta dos trabalhadores. Tudo isso incomoda os pelegos e os seus aliados. Eles querem fazer crer que o funcionalismo encontra-se em desvantagem por não se achar atrelado à estrutura sindical fascista, quando, na verdade, os funcionários desfrutam de uma situação pela qual se têm batido as classes trabalhadoras, no Brasil, há cerca de cinquenta anos: os funcionários desfrutam da autonomia de organização sindical.

*Sob o pretexto de conceder direito de sindicalização para os funcionários públicos se esconde a tentativa de enquadrá-los na estrutura sindical oficial, atrelada, do Estado fascista.*

sindicais, **são sindicatos:** têm organizado a luta de resistência econômica da sua categoria e são reconhecidas pelos trabalhadores como suas entidades representativas. O fato de o Estado não lhes conceder o título de sindicato indica apenas uma coisa: essas entidades são **sindicatos independentes.** Uma vez que os trabalhadores reconhecem-nas como organismos legítimos para dirigirem a sua luta sindical, essas entidades devem proclamar abertamente o seu caráter sindical e tirar disso todas as conseqüências práticas. Devem voltar-se contra a pretensão do Estado (da ditadura militar) de designar qual entidade é ou não é uma entidade sindical: quem deve decidir isso são os próprios trabalhadores, e não o Estado que é a máquina de guerra dos patrões contra as classes trabalhadoras e, no caso do funcionalismo, o próprio patrão da categoria. Se essas entidades mantiverem sua representatividade junto aos trabalhadores, elas continuarão obrigando o Estado a sentar-se com elas na mesa de negociações, como aconteceu nos últimos dias durante a negociação entre o ministro da Educação do regime militar e as Associações de Docentes que dirigiam a greve nacional dos professores das universidades federais, para ficarem apenas no exemplo mais recente. O grande trunfo das associações sindicais do funcionalismo público e autárquico reside justamente no fato da sua força ser função exclusiva da sua capacidade de se organizar e de se legitimar perante a categoria e não de uma carta sindical outorgada pelo Estado com o único

No entanto, se os sindicatos dos funcionários são organismos autônomos, e não apêndice do aparelho de Estado como é o caso da estrutura sindical oficial, esses organismos encontram-se frente a um conjunto de obstáculos que impede o livre desenvolvimento de suas atividades sindicais. **É contra esses obstáculos que essas entidades sindicais autônomas necessitam lutar.**

É preciso conquistar o pleno direito de greve, a irrestrita liberdade de organização sindical para todas as categorias de trabalhadores, a total liberdade de expressão e de organização política. O objetivo é manter a autonomia e caminhar para a frente na luta pela liberdade junto com todos os trabalhadores, e, não, caminhar para trás, atrelando aquilo que é independente. Inúmeros setores das classes trabalhadoras necessitam passar pela luta dentro do sindicato oficial para combater a estrutura sindical, mas esse não é o caso dos funcionários que já se encontram organizados fora dessa estrutura.

O projeto que concede o direito de sindicalização ao funcionalismo é, na verdade, o projeto do atrelamento. Se os pelegos, juntamente com os seus aliados, e, por acaso, em conjunto com alguns sindicalistas equivocados iniciarem uma campanha para obter do governo a criação de um sindicato oficial (atrelado) dos



## Informação sem Inflação

**Assine agora (\*) e receba Movimento em todo 81 (ao preço de 80!)**

(\*) Você ainda receberá grátis o livro "ABC do Entreguismo"

ANUAL — Cr\$ 2.100,00       BIANUAL — Cr\$ 3.500,00

Nome \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_ Idade \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Estou enviando o cheque nº 000.000.000, pagável em São Paulo, em nome de Edição S. A. Editora de Livros, Jornais e Revistas, Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Preço da assinatura no exterior: anual - US\$100; bianual - US\$200. Para a América Latina: anual - US\$85; bianual - US\$170. Se a assinatura for feita na Europa, enviar para Conta Postal CCP: 778-46 S.M.

Simões Villaschi ou M. Torres - Paris, France.

# O "aparelho" quer ganhar no "tapetão"

Maurício Azedo

**T**al como fazem os grandes clubes de futebol, a direção do Partido Comunista Brasileiro pretende decidir as divergências com Prestes e outras correntes da organização antes mesmo de se iniciar a partida — isto é, através de normas e disposições que eliminem qualquer risco de derrota. Assim como o tapetão — os corredores e gabinetes das federações — decide as paradas em favor dos clubes que detêm o poder no futebol, o aparelho comandado por Giocondo Dias já se previne contra os riscos de um confronto com Prestes, que, à parte qualquer argumento sobre questões estratégicas e táticas, conta a seu favor com dois grandes trunfos: seu inegável carisma e a solidariedade do homem mais admirado pelos militantes do PCB, o ex-deputado Gregório Bezerra.

O ensaio das disposições do aparelho está sendo oferecido na preliminar da disputa principal, a chamada Conferência Extraordinária de Fusão, na qual o chamado Coletivo de Dirigentes Comunistas pretende atualizar a estrutura geográfica do partido à realidade político-administrativa do País. Quase seis anos depois da fusão Guanabara-Estado do Rio, promovida no começo do Governo Geisel, em 1975, o PCB conseguiu finalmente acomodar as divergências entre as duas direções estaduais, a da antiga Guanabara e a do antigo Estado do Rio, que travaram uma guerra nada leninista pelo poder, e assim encaminharam a unificação da organização no âmbito do território fluminense.

Pelas normas baixadas pelo Coletivo de Dirigentes Comunistas, porém, a Conferência da Fusão será como certas orgias do reino animal descritas no rico folclore mineiro: em festa de nhambu jacu não entra. Pelo item 3 do título **Das Assembleias das Organizações de Base**, estabeleceu o Coletivo que "qualquer organização ou militante que estejam envolvidos em atividades fracionistas não participarão das assembleias de base" para eleição dos delegados à Conferência. Através desse dispositivo, o aparelho se investe do poder de vetar delegados inconvenientes a partir das próprias bases, pois a definição de "atividades fracionistas" é deliberadamente confiada a critérios subjetivos da direção, a qual poderá fazer a competente triagem a seu arbítrio, bastando-lhe dizer, antes mesmo da eleição dos delegados em qualquer nível de organização: "Esse não. Esse é fracionista". Palavra do Grande Irmão.

**N**o processo de eleição para a Conferência de Fusão — que por sua vez poderá eleger delegados ao esperado VII Congresso, foro em que deveria decidir-se a divergência com a numerosa corrente de Prestes —, o aparelho se investe de outros poderes de manipulação, risco aliás já pressentido pelo legendário Gregório Bezerra, que, ao tomar posição ao lado do deposto secretário geral, advertiu que o VII Congresso só será expressivo da vontade do conjunto do partido se sua organização for democrática. Pelo item 1 do mesmo título **Das Assembleias**, só poderão ser eleitos nas assembleias de base "os militantes que na data de sua realização tenham no mínimo 90 dias de militância na OB", e não no partido. Como as direções têm o poder de remanejar os militantes pelas diferentes bases, para tornar qualquer um inegável basta-lhe transferi-lo de base. Se o militante recusar, ferro nele: é fracionista. Jacu não vai.

Além desses dispositivos, inúmeros outros aspectos estão sendo contestados pelas bases, como a proporcionalidade na eleição de delegados às conferências estaduais (a da antiga Guanabara e a do antigo Estado do Rio), que precederão à Conferência da Fusão, concebida como um clube fechadíssimo, cujos integrantes serão eleitos não pelas bases e conferências intermediárias, mas por um plenário já purificado. Para as conferências estaduais, a proporcionalidade será maior que a da Conferência da Fusão. Isto

significa que as conferências estaduais elegerão mais delegados à Conferência da Fusão do que os eleitos para cada conferência estadual pelo conjunto da organização, a partir das assembleias de base e das conferências distritais, municipais, de setor ou de grande empresa. Em suma: haverá delegados na Conferência da Fusão não eleitos nas organizações intermediárias, o que significa que muitos caciques poderão pontificar sobre a revolução brasileira, patati, patatá, sem ter um mísero índio atrás deles.

**A**s normas contêm ainda um dispositivo que representa uma grosseira violação do estatuto do próprio partido. Seu item 2, no tal título **Das Assembleias**, dispõe que "não poderão ser eleitos delegados nem integrar os órgãos de direção partidária" os militantes que foram presos e não se comportaram "conforme as normas do partido", ainda que estejam participando em suas organizações. Trata-se de uma sanção genérica, que viola os direitos dos militantes (artigo 4.º e amplia as penas previstas no artigo 7.º, que individualiza as sanções disciplinares e estabelece tempo determinado para a sua aplicação, precedida sempre do direito de defesa.

No conjunto das normas, porém, isso é o de menos, pois não se pode esperar respeito aos direitos individuais quando os direitos do próprio conjunto são postergados pelo propósito de legitimar o poder dos ectoplasmas que povoam as regiões de sombra da organização.

*O Coletivo dos Dirigentes Comunistas baixou uma resolução: em festa de nhambu, jacu não entra. No final a Convenção vai ter muito cacique pontificando sobre a revolução e nenhum índio por trás...*

FOTOS: ABRIL PRESS E AGENCIA E4



funcionários públicos e autárquicos, se isso ocorrer, as entidades sindicais independentes do funcionalismo precisam desmascarar essas manobras que vêm fantasiadas de luta pelo direito de sindicalização, isolar essa campanha e isolar o próprio sindicato oficial caso ele seja criado. Não devem cair no culto abstrato da unidade, desviar-se do trabalho de organização sindical autônoma e ingressar no sindicato oficial, onde o Estado garante a posição dos pelegos e dos conciliadores. Necessitam redobrar o esforço pelo seu fortalecimento organizativo, político e financeiro e desenvolver uma campanha de esclarecimento junto à categoria, explicando o caráter nocivo do sindicato atrelado. Devem mostrar à categoria que ela já possui um sindicato; que o que está em jogo não é a criação de sindicatos, mas sim a manutenção ou a liquidação dos sindicatos autônomos do funcionalismo.

De modo algum se pode sacrificar a independência do movimento sindical frente ao aparelho de Estado, sob o pretexto de se combater os pelegos. A estratégia de se obter o sindicato oficial do funcionalismo para nós, antes que os pelegos obtenham-no para eles, é uma estratégia suicida. Essa estratégia apenas logrará criar, no interior do funcionalismo, as condições ideais para o fortalecimento do peleguismo: o fim das entidades sindicais independentes e a criação e fortalecimento do sindicato atrelado dos funcionários. Nem as vantagens imediatas, parciais e, na realidade, enganosas que possuem os sindicatos oficiais justificam que se abra mão da autonomia. Sacrificar esse objetivo maior seria prova de consumado oportunismo. Se se criar o sindicato oficial e os pelegos ficarem com o dinheiro proveniente do imposto sindical e com o monopólio legal da representação da categoria, o que se deve fazer é reforçar a luta contra o imposto sindical e contra a necessidade dos sindicatos serem reconhecidos pelo Estado. A não ser que se entenda que o regime militar está aí para financiar e para fortalecer a organização e a luta das entidades sindicais que defendem os interesses do proletariado e das demais classes trabalhadoras.

# DOCUMENTO

*Movimento conta as lutas e a vida dos padres estrangeiros que estão sendo ameaçados de expulsão, em diversas regiões do país*

# Porque caçam estes padres



*Acima, o bispo Pedro Casaldáliga. À esquerda, Bernardo Hoyos (alto) e João Beukeboom, de Belém. À direita, Afonso Tebaldini (de óculos), entre posseiros, Vito Miracapillo e Aristides Camio*

*Por que quase 20 missionários estrangeiros que hoje atuam no Brasil estão sendo ameaçados de expulsão, como o padre Vito Miracapillo, e até mesmo de morte?*

*Os repórteres de Movimento, que foram ver como vivem e como lutam estes missionários, em diversos cantos do país, revelam em seus relatos, publicados nesta edição, que o pecado mortal destes padres, para o regime militar, foi terem decidido ficar ao lado dos pobres e oprimidos.*

*É assim em Rondônia, onde um padre italiano, o "João Caboclo", ficou ao lado dos posseiros que pegaram em armas para defender seus lotes. É assim na periferia de São Paulo, onde uma dona-de-casa conta como os padres a ensinaram a "choferar" sua vida. Ou em Mato Grosso, onde três mil posseiros assinam um manifesto em favor do bispo-poeta, Pedro Casaldáliga. Ou em Campo-Erê, no extremo-oeste de Santa Catarina, onde o padre Tebaldini, italiano, está jurado de morte porque apoiou a ocupação de terras abandonadas. Ou em Belém, no Pará, onde um padre holandês enfrenta a fúria de um comandante da Aeronáutica. Ou em Propriá, Sergipe, onde as "beatas" — man-*

*dadas por latifundiários — escrevem à Polícia Federal inventando aventuras amorosas de um padre belga com as freiras.*

*O fato destes padres serem estrangeiros é apenas um pretexto para o regime, cujo objetivo principal é atingir a Igreja progressista e suas comunidades de base, que chegam a quase 100 mil em todo o país.*

*A questão dos padres estrangeiros — calculados em torno de sete mil, num total de 12 mil sacerdotes, além de quase cinco mil freiras — é a pequena ponta visível de um enorme iceberg, que é a luta do grande capital e do latifúndio contra a Igreja Progressista.*

*As reportagens são de Murilo Carvalho (São Félix do Araguaia, Mato Grosso), Eloy Peixoto (Campo-Erê, Santa Catarina), Fred Navarro (Ribeirão, Pernambuco), José Andrade (Sergipe), Luis Maklouf (Belém), Montezuma Cruz (Rondônia), Otto José (Salvador), Roldão Oliveira e José Wilson (São Paulo).*

*A coordenação é de Roldão Oliveira, que também é o autor do texto de abertura, nas páginas 10 e 11.*

Porque  
caçam estes  
padres

# Os reais e falsos

A perseguição aos estrangeiros é a tática que o governo adotou para atingir a igreja progressista.

Lá no interior do Mato Grosso, nos povoados da Prelazia de São Félix do Araguaia, os lavradores dizem: "Se vierem buscar o bispo Pedro, nós esconde ele nas matas e nunca mais que o governo acha".

Lá, bem no coração do país, quando os trabalhadores rurais souberam dos boatos da expulsão de seu bispo, o espanhol Pedro Casaldáliga, escreveram uma carta ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pedindo-lhe que a encaminhasse ao presidente da república. Já no primeiro parágrafo, os lavradores dizem que seu objetivo é "mostrar que não estamos gostando dessa conversa".

Três mil pessoas assinaram a carta. Em seguida, um grupo viajou até Brasília para entregá-la à CNBB, seguindo depois para São Paulo, onde participou de um ato público contra a nova lei dos estrangeiros, no último dia 10.

Viajaram quatro dias para cumprir as tarefas que tinham. Mas, segundo José Gonzales, um jovem posseiro de Porto Alegre do Norte, membro do diretório do PMDB local, valeu a pena: "Viemos mostrar nossa idéia qual é. Para nós em primeiro lugar estão os poderes de Deus, em segundo nossa união e em terceiro o bispo e os padres nossos amigos. Mexer com cada um de nós, com a terra de um, com o sindicato, com o bispo ou os padres, é mexer com todos".

Tanto o abaixo-assinado dos camponeses do Araguaia, quanto o ato realizado no Instituto Dom Bosco, em São Paulo, fazem parte da tentativa da Igreja, particularmente das comunidades de base e das diversas pastorais (da juventude, universitária, operária) de articular uma reação mais organizada contra o novo Estatuto dos Estrangeiros, aprovado por decurso de prazo em agosto último.

Para a Igreja são preocupantes as ameaças da lei contra os latino-americanos (calcula-se que são quase 300 mil só em São Paulo) que se encontram no Brasil para escapar às perseguições dos regimes ditatoriais dos países do cone sul. Mas o que preocupa particularmente é a situação em que o novo estatuto coloca milhares de padres e freiras estrangeiras que atuam no Brasil. Afinal, foi de seus quadros que saiu a primeira grande vítima: o padre Miracapillo. E é de seus quadros que ainda poderão sair outras vítimas. Políticos do PDS e latifundiários, animados com o sucesso no caso do padre Vito e, em alguns casos, contando com o apoio ou a conivência de bispos conservadores ou mais reacionários (veja o caso de Belém, na página 15), estão exigindo a expulsão de outros missionários.

## Os estrangeiros são quase a metade de todos os padres

A Igreja não sabe dizer com exatidão quantos missionários estrangeiros existem atualmente no Brasil. De acordo com o último levantamento do Centro de Estatísticas Religiosas e Informação Social, realizado em 1978, existiam no Brasil exatamente 5.021 padres estrangeiros e 4.021 religiosos. Fala-se que hoje existiriam uns 6 mil padres, para um total de 12 mil.

Em sua maioria são provenientes de países europeus, cabendo à Itália a liderança (é curioso que a Polônia, um país do chamado bloco socialista, esteja entre os dez



RICARDO MALTA / AGENCIA F4

EZEQUIEL TISKOSKI



Os padres no enterro do operário Santo, em São Paulo, e na missa dos posseiros, em Santa Catarina

países que mais fornecem missionários ao Brasil).

Atualmente, quase todos os padres que chegam vão para as regiões consideradas missionárias, nas prelazias do Amazonas, Pará e Goiás, depois de passarem por vários cursos da CNBB (veja reportagem sobre o Cenfi — Centro de Informação Intercultural). Apesar disso, porém, a maioria deles está concentrada em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde se dedicam a atividades relacionadas com educação, saúde e principalmente às chamadas pastorais, ou animação de comunidades de base.

As pressões contra os missionários progressistas — que adotam as deliberações das conferências de Medellín e Puebla, preconizando uma Igreja que caminhe ao lado dos oprimidos — são variadas. Incluem desde intrigas de "beatas", desgostosas com a "política" nos sermões até grandes manobras diplomáticas como as realizadas pelo Itamaraty, em Brasília, que, junto ao Ministério da Justiça, está dificultando a permanência de missionários no Brasil e mesmo a entrada de novos.

A perseguição aos religiosos estrangeiros, porém, é a pequena parte visível de um grande iceberg, que é a luta de uma Igreja progressista contra um regime reacionário. Nesta luta, o regime resolveu atacar por um lado que considera frágil, o dos estrangeiros. Mas os seus objetivos finais são outros.

Para entender melhor os lances desta briga, é importante destacar alguns pontos:

1) O motivo alegado para a expulsão do padre Vito Miracapillo — recusou-se a rezar missa no dia 7 de setembro — não é nenhuma novidade. Centenas de padres

espalhados pelo Brasil — estrangeiros ou não — há anos se recusam a participar de cerimônias semelhantes. Em algumas dioceses há proibições expressas dos bispos neste sentido. Em Propriá, Sergipe, os religiosos não rezam missa no aniversário da "revolução" de 1964, no 7 de setembro, em qualquer inauguração de obra do governo e nem mesmo em formaturas, desde 1978 (veja reportagem de José Andrade, na página 16). Na prelazia de São Félix, no Mato Grosso, os padres vão mais longe: não batizam ou ministram qualquer outro sacramento a latifundiários ou parentes seus, além de políticos situacionistas, há muitos anos.

## Miracapillo caiu, mas não era o alvo principal do regime

Assim, do motivo alegado para expulsar o italiano Miracapillo pode-se dizer que não passa de uma desculpa das mais esfarrapadas.

2) Não era exatamente o padre Vito que o governo queria expulsar do país. Afinal, declarações politicamente muito mais contundentes e ousadas que as suas já foram feitas por outros padres e bispos estrangeiros, centenas de vezes. Vito foi expulso para servir de exemplo, para pairar como ameaça sobre as cabeças daqueles que o governo realmente gostaria de expulsar, como dom Pedro Casaldáliga, o padre Afonso Tebaldini, o padre Aristides Camio e outros. Golpeando-os com ameaças, o governo pretende golpear a Igreja progressista, pois está convencido

de que os estrangeiros constituem um de seus mais fortes sustentáculos.

A escolha de Miracapillo como bode expiatório pode estar ligada a duas questões: em primeiro lugar, houve certa coincidência entre o episódio que o envolveu, lá no interior da Zona da Mata de Pernambuco, e um acirramento de lutas entre posseiros e latifundiários em vários outros cantos do país, com expressivas conquistas dos primeiros (era preciso exemplar alguém para conter a extrema direita furiosa com esses avanços); e, em segundo lugar, porque, em Ribeirão, a organização popular não era tão forte quanto em outras regiões (e nem é hoje), como revela a reportagem de Fred Navarro (página 15). Um exemplo disso é que a ameaça de expulsão do padre Tebaldini, em Santa Catarina, semanas atrás, mobilizou quase três mil trabalhadores rurais, muitos dos quais chegaram a andar uma noite inteira para participar do ato de solidariedade a ele (veja reportagem de Eloy Peixoto, na página 14). Outro exemplo é o abaixo-assinado da Prelazia de São Félix, onde há mais de um diretório do PMDB organizado e inteiramente em mãos de trabalhadores rurais.

3) Um terceiro fato que merece destaque é o seguinte: boa parte dos padres ameaçados de expulsão está atuando em áreas onde os setores populares conseguiram conquistas importantes, o que tem servido como poderosos estímulos para continuarem a lutar. Em Propriá, Campo-Erê e na região do Baixo Araguaia, por exemplo, o governo acabou intervindo nos conflitos pela posse da terra, desapropriando áreas em litígio para entregá-las aos posseiros.

Este último aspecto é o principal dos três.

As comunidades eclesiais de base, que vêm sendo implantadas no país desde que aqui aportaram as idéias renovadoras do Concílio Vaticano II, por volta de 1965, estão dando frutos cada vez mais vistosos e com maior frequência.

Calcula-se em torno de 100 mil o número destas comunidades, espalhadas principalmente entre as camadas mais pobres da população. Desde as matas do longínquo município de Pimenta Bueno, em Rondônia, onde posseiros resistem de armas na mão à ganância dos grileiros, às agitadas cidades do ABC paulista, coração industrial do país, onde operários reúnem-se em capelas e igrejas para planejar suas lutas.

Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, líder camponês na região do Baixo Ara-



ENNIO BRAUNS



ROLDÃO OLIVEIRA

Gonzales, posseiro, dona Pedrina, dona-de-casa, ao lado da Igreja

# motivos da caçada

Ensinar o povo a "choferar" sua história, como fazem as comunidades de base, irrita os poderosos



Na missa pelo Gringo, camponês assassinado, e reivindicando terras no Ceará: sempre os oprimidos

guaia, assassinado por jagunços a mando de latifundiários, em maio deste ano, pertencia a uma dessas comunidades de base. O operário Santo Dias da Silva, líder metalúrgico da zona Sul de São Paulo, assassinado em outubro do ano passado pela Polícia Militar, a serviço dos grandes capitalistas, também pertencia.

Não é particularmente alguns estrangeiros que o governo visa mas as comunidades onde atuam. Mesmo que não obedecem a um comando central, seguindo orientações que variam de acordo com a linha do bispo da diocese onde se localizam, o importante é que em sua maioria seguem uma linha progressista, onde o principal objetivo é fazer com que o povo tome sua história em suas próprias mãos. É fazer com que o povo levante a frente e defenda como puder seus direitos. Como na história do posseiro de Porto Alegre do Norte, povoado da região de São Félix, que matou um boi e fez um churrasco.

## Ópio do povo? Os sandinistas dizem o contrário

O boi, de uma grande fazenda, a Piraguaçu, entrou na terra do posseiro e estragou boa parte de seu milho. Descontente com aquilo, o posseiro matou o boi e fez um churrasco, para o qual convidou os

amigos. Quando o gerente da Piraguaçu chegou para apresentar uma conta de 60 mil cruzeiros (preço do boi), encontrou dezenas de lavradores que lhe responderam: pagariam os 60 mil, desde que ele pagasse os 500 mil cruzeiros de prejuízos causados pelo tal boi e muitos outros, nos últimos tempos. O gerente quis deixar uma coisa pela outra e encerrar a conta. Mas os posseiros estão exigindo os 440 mil cruzeiros de saldo a que têm direito.

Tais coisas incomodam os latifundiários, e o regime que os representa. Aliada a outras organizações, como partidos políticos, a Igreja pode jogar importante papel num processo de transformação social, como ficou demonstrado na revolução da Nicarágua, ocorrida no começo do ano passado. A direção nacional da Frente Sandinista chegou a discutir, num comunicado oficial sobre a religião, de forma indireta, a famosa afirmativa de Marx que qualificou a religião como "ópio do povo". Diz o comunicado sandinista a certa altura: "Alguns autores afirmam que a religião é um mecanismo de alienação dos homens, que serve para justificar a exploração de uma classe sobre outra. Esta afirmação tem um valor histórico na medida em que diferentes épocas históricas tiveram a religião como um suporte teórico à dominação política. No entanto, nós, os sandinistas, afirmamos que a nossa experiência demonstra que

quando os cristãos, apoiando-se na sua fé, são capazes de responder às necessidades do povo e da história, seus próprios credos os impulsionam à militância revolucionária".

Esta Igreja que pegou em armas na Nicarágua não está muito longe da Igreja de dom Pedro Casaldáliga. Não foi por acaso que dom Pedro foi homenageado com a roupa de um guerrilheiro sandinista, no ano passado; não foi impensadamente que ele disse sentir-se paramentado com aquela roupa; e também não é por acaso que a reacionária TFP utiliza o fato para atacá-lo.

O trabalho nas comunidades de base é entusiasmante para o povo. Este entusiasmo é demonstrado por uma senhora de 50 anos, da Vila Remo, bairro operário da zona Sul de São Paulo. Esposa de operário, dona Pedrina ainda não perdeu de todo o jeito de ex-trabalhadora rural da região de Dracena, interior de São Paulo, onde seu pai era "meeiro", apesar dos 13 anos de capital. Ela faz parte de uma das 17 comunidades existentes na paróquia do padre Luís, um italiano, assessorado em seu trabalho por três missionárias estrangeiras. Diz dona Pedrina: "Eu acho que estes padres de agora têm uma visão nova do Evangelho. Interpretam o Evangelho de acordo com a vida de hoje. Isso é uma Igreja renovada, que trata não só da salvação da alma, mas também do corpo.

Temos que salvar o filho que está com fome, que está sem escola, sem remédio... Vamos esperar que Deus venha tirar a gente do sufoco? A gente tem de agir também!"

Dona Pedrina não acha que esta Igreja "renovada" faça diminuir a fé de seus seguidores, como dizem os mais conservadores: "Pelo contrário: a fé aumenta. Antes a gente só pensava na gente e na família da gente. Hoje se preocupa até com gente que não conhece, que nunca viu. Antes a gente era muito egoísta. Hoje, quando chegam aqui dizendo que vão despejar os favelados lá de não sei onde, que a gente nunca viu, e que eles precisam de ajuda, a gente sai correndo, pra ajudar do jeito que puder.

Dona Odete, 40 anos, também moradora da Vila Remo, acredita agora, depois de participar cinco anos numa das CBÊs, que está conseguindo "choferar" o seu destino e não sendo vítima dele, em todos os sentidos, inclusive nos problemas mais pessoais. Um exemplo disso? A maneira como enfrentou a separação do marido, há menos de um ano: "Foi embora e me deixou sozinha com cinco filhos. Os motivos? Ele devia ter algum, mesmo que não estivesse pensando certo. Mas o que aconteceu quando ele foi embora? Pensa que eu fiquei chorando na cama, perguntando a Deus o que seria de mim, como acontece com quase toda mulher aqui da vila que fica numa situação dessas? Nada disso. Continuei lutando, choforando a vida, cuidando do meu destino."

A explicação de dona Odete sobre os fatores que influíram na mudança de sua vida deveria servir para eliminar qualquer vacilação dos setores democrático-populares em relação à luta contra o Estatuto dos Estrangeiros e pela permanência dos missionários no país. Ela explica: "A gente não muda sozinha. A gente muda devagar, cada vez que vai nas reuniões, que fica ouvindo o que as outras mulheres do clube de mães têm para dizer, fica descobrindo os problemas iguais. Aí é que a gente muda. E a gente muda também com os padres, que começaram estas reuniões, que ajudam muito e a quem eu agradeço do fundo do coração. Por isso é que eu não posso concordar com a idéia do governo de expulsar estes padres. A luta é nossa, eu sei, mas eles nos apóiam muito. Nós precisamos deles".

## Aqui começam a conhecer o país

As siglas Cenfi (Centro de Formação Intercultural) e SCAI (Serviço de Colaboração Apostólica Internacional) já são conhecidas no mundo inteiro pelos religiosos que abraçaram as idéias de renovação do Concílio Vaticano II.

Criado há 20 anos, o Cenfi é um órgão anexo à CNBB desde 1974, está localizado em Brasília desde 1978 e sua finalidade principal é ensinar língua portuguesa aos missionários que chegam para trabalhar no Brasil, além de traçar-lhes um panorama geral da realidade brasileira. O SCAI também foi criado na década de 60 e é através dele que a CNBB solicita ao Itamaraty os vistos de permanência no país para os religiosos estrangeiros. (1)

O padre João Valentin Righi, 51 anos, gaúcho, é o diretor executivo do Cenfi-SCAI há quatro meses, durante os quais já trabalhou com pessoas de quase todas as partes do mundo. Segundo Righi, "a maioria destes religiosos estrangeiros optou por uma Igreja de evangelização a partir e com os pobres, tarefa que muitas

vezes não têm oportunidade de cumprir em seus países de origem".

Durante os quatro meses de curso, os alunos são divididos em turmas de, no máximo, cinco pessoas. Pela manhã recebem quatro horas de aula de português e à tarde e à noite estudam a geografia, a história, a política, a economia e a cultura do Brasil, além da história da Igreja na América Latina e a própria Teologia da Libertação.

No Cenfi a teoria é logo testada pela prática. Já na segunda semana do curso os alunos — que foram quase 600 entre 1974 e 1980 — saem à rua para o primeiro contato com a população. Geralmente visitam uma cidade satélite de Brasília, onde tratam de manter conversações nas filas de ônibus, bares, com a obrigação de recolher dez palavras novas para enriquecer o vocabulário. Na terceira semana o exercício é mais duro: é preciso saber como vive uma família brasileira pobre.

Nesta ocasião, os cenfistas recebem uma lista de gêneros necessários à manu-

tenção de uma família, devendo ir a um supermercado comprar os tais produtos, ou então fazer uma listagem de seus preços. É quando descobrem que os assalariados brasileiros sobrevivem por "milagre". Esse tipo de observação direta ocorre até o final do curso.

Por razões óbvias, a campanha desencadeada contra religiosos estrangeiros preocupa bastante o pessoal do Cenfi-SCAI. O padre Vito, aliás, conseguiu seu visto de permanência (definitiva) através do SCAI, mas não fez o curso do Cenfi. E o mais famoso aluno do Cenfi, D. Pedro Casaldáliga, que chegou ao Brasil como padre, é um dos alvos dessa campanha.

Segundo o padre Righi, por enquanto a Lei dos Estrangeiros não afetou a concessão dos vistos solicitados ao Itamaraty. Nos quatro meses de sua gestão, o padre Righi já conseguiu a liberação de 100 processos até o dia 13 de novembro, e aguarda a resposta para mais 57, 17 dos quais foram entregues nas duas últimas semanas. Mas, se ainda não ocorrem

problemas como o de 1978/79, quando mais de 300 processos ficaram engavetados quase 10 meses, já se verifica um endurecimento, que, para o padre Righi, não é da iniciativa do Itamaraty, mas resultado de "pressões de outros organismos".

Um exemplo: sem qualquer critério aparente, os vistos de permanência para os missionários leigos, que normalmente eram de três anos, vêm sendo reduzidos para dois e até um ano. Recentemente, nove agentes pastorais leigos tiveram que esperar durante 95 dias a liberação de seus passaportes pela Polícia Federal, que os havia retido para reduzir o visto de permanência (já concedido) de três para dois anos.

(1) Nem todos os religiosos estrangeiros que vêm para o Brasil obtêm sua documentação através do SCAI, pois existem outros canais, como a própria congregação do missionário ou um simples advogado. Por outro lado, nem todos os alunos do Cenfi entraram no Brasil pelo SCAI.

**Porque  
caçam estes  
padres**

As chuvas caem em todo o norte de Goiás, enchem o Tocantins, o Araguaia, transformam as estradas em imensos lamaçais, tomam a Ilha do Bananal e se espraiam pelo Mato Grosso, pelo Sul do Pará. Até o final de março vai ser difícil transitar por toda a região. Há alguns anos as chuvas traziam um tempo de espera, de calma, de longas conversas nos barcos e nas aldeias. Atualmente tudo mudou. Em plena estação das chuvas milhares de garimpeiros tomaram Conceição do Araguaia, atrás do ouro e da cassiterita que estão sendo descobertos pela região e começou a faltar alimentos e alojamentos. Apesar da água e do barro, recrudescem as pressões sobre posseiros e índios.

Essa área de tanta tensão não é de surpreender que exatamente a Igreja e suas comunidades de base sejam as mais atacadas por políticos, policiais e fazendeiros. E é também exatamente nessa área que atuam bispos e padres que mais polêmicas têm causado entre governo e Igreja. Em São Félix do Araguaia estão D. Pedro Casaldáliga e dezenas de agentes pastorais que em outros tempos já foram presos, torturados e metidos em prisões e agora continuam ameaçados. Em Conceição do Araguaia, padres estrangeiros, freiras, agentes pastorais leigos enfrentam um dia-a-dia assustador com cerca de 52 conflitos de terra graves, assassinatos, tiroteios e posseiros que se defendem heroicamente. Na área de Marabá as lutas crescem ao longo da PA-150 e uma das únicas vozes a defender posseiros e peões pobres é a da Igreja, do Bispo D. Alano Pena e de dezenas de padres e freiras vivendo nos povoados miseráveis nas beiras do Tocantins. Pelo norte de Goiás, na conflituosa região conhecida como o "Bico do Papagaio", bem junto ao Pará e ao Maranhão, as prisões e assassinatos viraram uma dura rotina, envolvendo trabalhadores como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, morto em Araguaia, padres e freiras, com o seqüestro dos padres Henrique des Roziers e Nicola Arponi, processos contra D. Celso Ferreira, Bispo de Porto Nacional e ameaças constantes contra todos os que trabalham na região. Como se vê, o tempo das águas promete ser muito violento em toda a região do GETAT — Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins.

Percorrendo a região, o repórter Murilo Carvalho conversou longamente com D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix, pela quinta vez ameaçado de expulsão, que conta, em seu depoimento, um pouco de sua vida e das razões que levaram o governo a considerá-lo "indesejável".

**“** Sou de família da Catalunha, tipicamente rural, especialmente "tratante", que cuida de gado e ovelhas. Nasci na fazenda Casaldáliga (Fazenda da Água) em Balsareny. E minha família

é católica e sempre viveu ali desde o século IX. Uma família tipicamente de direita, do catolicismo mais tradicional.

Minha vida foi principalmente marcada pela Guerra Civil Espanhola, que foi guerra, revolução, "cruzada", foi um ensaio multinacional de guerra. A gente vivia num intenso clima sócio-religioso e que fazia os jovens amadurecerem de modo prematuro.

"Los sentidos sin paz recien despiertos la guerra me besó con su locura oces, flechas, banderas, himnos, muertes.

E Dios, con su llamada prematura"

Eu presenciei então muita violência, muito heroísmo, muito sangue. Uma grande parte do meu povo se exilou e um tio meu, Luiz, foi morto por anarquistas, por ser sacerdote. Foi logo depois da guerra que rompeu minha vocação sacerdotal. Quis ser missionário, uma opção da qual nunca me desviei. Entrei no seminário dos Claretianos — a congregação que teve mais mártires durante a guerra e como toda a Igreja muito ligada ao poder. Fui sagrado sacerdote aos 24 anos no estádio de Montjuich em 1952. Meu trabalho foi iniciado num colégio, como professor, animador de associações de jovens. Mais tarde comecei a trabalhar também com favelados em Sebadil. Nesse

## Ameaçado de expulsão 5 vezes, o bispo resiste

contato com imigrantes das regiões mais pobres comecei a sentir também uma nova face do povo.

Então, eu, padre novo descobri os Cursilhos da Cristandade, também novíssimos, que eram considerados subversivos, o diabo. Trabalhar em cursilho era coisa arriscada. Mas era uma religiosidade muito viva: ex-malandros, ex-ateus, homens que buscavam o sentido primitivo da religião. Por volta de 1970 fui à África levar os cursilhos, na Guiné Equatorial. Aí que eu senti o apelo queimante do 3º mundo. A África estava estourando, figuras como Patrice Lumumba tornavam-se importantes, percebia-se até mesmo na Guiné os anseios de independência.

Naquela hora desposi a causa negra. Percebi como os negros pediam uma Igreja mais africana. Nessa época escrevi "África de Cores". Voltei depois à Espanha e fui dirigir um seminário enquanto dirigia também a revista "Iris". Viviam-se então um clima "subversivo" na Espanha de Franco, com a Igreja extremamente tradicionalista, vinculada ao poder. Se bem que o "baixo clero" era uma outra Igreja, mais ligada aos problemas do povo. Surgiram então a JOC, a JUC (Juventudes Operária e Universitária) e outros movimentos semelhantes possibilitando outras transformações na Espanha. Havia acontecido o Concílio Vaticano II, que marcou a vida de toda a Igreja e para mim foi mais do que uma janela aberta, foi um portão que se abriu, quando afirmei junto a meus superiores meu desejo de vir para o terceiro mundo. Como tenho contado e tem escandalizado muito, eu tinha muita paixão por Che Guevara, pelas lutas travadas na América. E a gente, por espanhol, percebia a realidade da América. Para nós, Camilo Torres era assunto proibido. Todo o fascínio e o desafio da América eu encontrei então em 1968, quando cheguei, em janeiro. Depois de um curso no CENFI (Centro de Formação Intercultural) em Petrópolis, fui,

# Este é o inimigo

*D. Pedro Casaldáliga é o grande alvo da campanha contra*



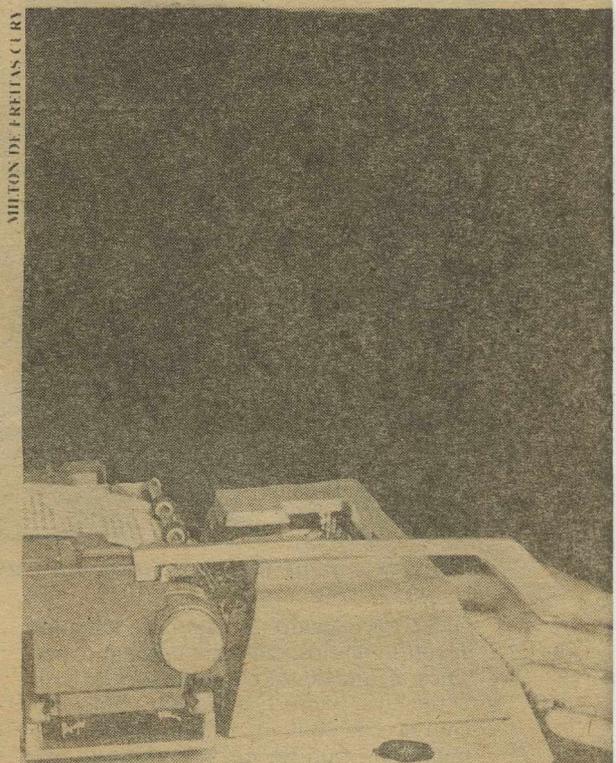
Posseiros: a dura luta pela terra

juntamente com outro espanhol, Pe. Manoel, para o Araguaia: 7 dias de caminhão passando pela estrada poeirenta de Barra do Garça a São Félix. Uma prelação com cerca de 150 mil km<sup>2</sup>, uma região que foi a porta do grande latifúndio agropecuário. Aí chegou então o mundo novo, necessitando de tudo, sem estruturas, nem eclesiásticas, nem administrativas, nem sociais. Deu para perceber, naquelas primeiras viagens a cavalo, na voadeira, que estávamos entre uma população retirante, a procura de terra e sossego. Depois da palavra evangelho, a palavra terra é que me acompanhou no Brasil. E além de sentir esse povo retirante senti o conflito posseiro-fazendeiro e fazendeiro-peão. Aí surgiu essa vocação definitiva de enfrentar as injustiças, de lutar pela libertação, de não fugir das lutas do povo, de não se dobrar diante de nenhum poder. E mesmo sentindo a força do latifúndio a gente reafirmou, pela graça de Deus, a opção pelos pobres. Começaram então a chegar a São Félix e depois a desenvolver seus trabalhos nos povoados os agentes pastorais, esplêndidos jovens, leigos e religiosos, brasileiros e estrangeiros e que sofreram muito em seu trabalho: prisões, torturas, ameaças.

Mas nosso trabalho prosseguia, debaixo das estrelas do Araguaia e em 1971 chegou a data da minha sagração a Bispo. Nessa ocasião lançamos a carta pastoral — Uma Igreja da Amazônia em conflito com a marginalização social. Nunca foi contestada por nenhum poder e pode-se dizer que foi o primeiro grito de alerta para a Igreja. Alguns latifundiários reagiram mais agressivamente, com ameaças. Desde aquele momento a equipe pastoral teve a preocupação de documentar as lutas dos posseiros, procurar assessorias. Isso fez com que nossa caminhada se baseasse no social, no político. Isso é que não querem entender muitos interessados. Se falássemos em problemas apenas sociais e não atingíssemos os problemas econômicos, seríamos até tolerados, considerados uns caridosos missionários, simpáticos e inofensivos.

## A perseguição sofrida nestes anos purificou a igreja

A partir dessa vida, a equipe e eu fomos sentindo que éramos já parte da Amazônia, que éramos possivelmente o início de uma grande queimada de fé e libertação que um dia iria se espalhar mais. E sentimos que os problemas de terra vinham de fora da Amazônia, trazidos pelos fazendeiros ricos que chegavam do Sul, pelas empresas agropecuárias. E depois, mais



D. Pedro Casaldáliga, bispo e poeta



Na mata rica, abandono e opressão

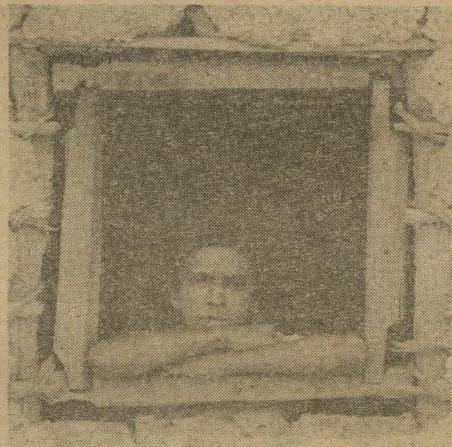
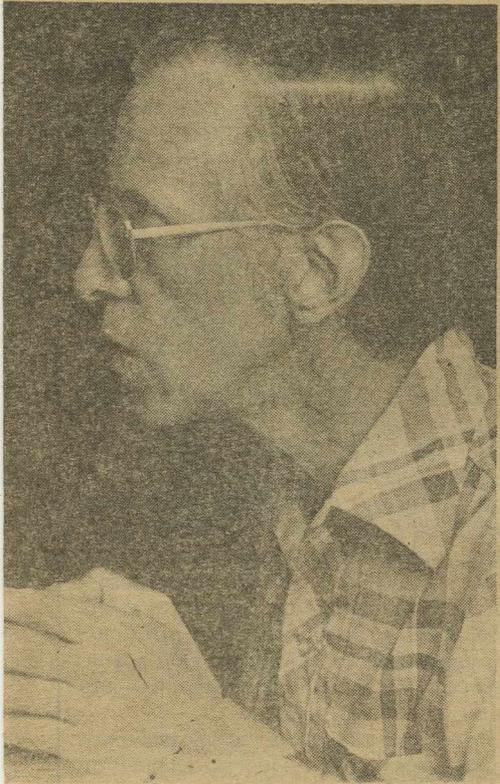
tarde começaram a aparecer as multinacionais. Aí a gente fez questão de que a Igreja se voltasse para essa realidade. Começaram a surgir encontros com outras equipes pastorais, surgiram o CIMI, a CPT, uma luta mais clara pelo homem da terra, que quase toda a Igreja foi assumindo mais claramente.

Simultaneamente foi crescendo também para mim a causa indígena. Povo, Terra. Marginalização. Ainda mais convivendo com os Karajá e os Javaé, na miséria da Ilha do Bananal, tão próximos, explorados pelo turismo depredador e violentador.

A coisa foi avolumando e nesses anos todos os conflitos com fazendeiros, jagunços e políticos da "posição" tornaram-se uma luta diária. Organismos do governo

# igo n.º 1

os estrangeiros. Aqui, sua história.



Filho de posseiro: esperança.

seus líderes "cristãos" que criticavam tanto as comunidades de base, acusando-as de comunistas, estãrem agora fazendo uma tentativa para aproximar-se delas através do Mobral - Comunidade. É como afirma Sto. Agostinho: o diabo é o macaco de Deus. Gostaria de alertar alguns cristãos que estão caindo na cilada dos "serviços comunitários" do governo, que na verdade pretendem é realmente paralisar o verdadeiro trabalho comunitário, desinteressado e criador. O regime sente que é aí, nesse povo que ele encontrará o maior inimigo. Não enfrentará mais, como em outras ocasiões as "elites e vanguardas culturais", mas vai enfrentar o povo. E o povo não pode ser esmagado simplesmente por muito tempo.

Hoje, com essas ameaças de expulsão, com as prisões e seqüestros de padres, com as declarações de bispos, como D. Aluisio, fala-se das relações problemáticas entre Estado e Igreja. Mas não são essas o problema e sim a relação Estado-Povo. E quando o governo procura a Igreja para dialogar deveria mais era procurar dialogar com o povo, pois diálogo só merece esse nome sendo o principal interlocutor o povo. O governo deve escutar o povo e servi-lo em nome de uma democracia autêntica. Todo poder que vem de Deus passa pelo povo.

Querem me expulsar e não é de agora. Esta atual tentativa parece ser a 5ª ou 6ª vez. Já tentaram todas as formas, prisões, calúnias e até mesmo sedução. Até o Nuncio Apostólico já me pediu — com insistência — que eu aceitasse um cargo no exterior. Mas eu sempre recusei, pois para mim seria uma fuga, uma covardia. Outras vezes fui ameaçado mais diretamente, como quando — o momento talvez mais dramático da minha vida — mataram o Pe. João Bosco, ao meu lado, numa delegacia de polícia em Ribeirão Bonito, norte do Mato Grosso. Naquela ocasião, o povo, revoltado, invadiu a cadeia, incendiando-a e depois destruiu-a, não deixando pedra sobre pedra. E segundo eu soube, de boa fonte, o gal. Geisel teria dito que se ficasse provado qualquer envolvimento meu junto ao povo que destruiu a cadeia ninguém poderia me salvar da expulsão.

Mas o importante nisso-tudo é que eu não quero me considerar estrangeiro nesta terra. Há 13 anos cheguei aqui, com uma opção de vida numa terra que se tornou minha terra, com um pouco que é o meu povo. Eu nunca mais serei expulso daqui, mesmo que me mandem embora, porque meu coração ficará certamente com o povo humilhado e oprimido. "Casei-me com esta terra Moema de Santa Cruz e ganhei dela uma filha que se chama Liberdade.



## A violência no Bico do Papagaio

Pe. Henrique des Roziers na mira dos grileiros

Há uma calma muito grande no pequeno sítio onde funciona o Centro de Treinamento da diocese de Porto Nacional, em Gurupi, no norte de Goiás. Uma chuva miúda cai insistentemente, fazendo brilhar as folhas dos cajueiros e espalhando um cheiro gostoso de manga madura pelo ar.

Uma música sacra é cantada por vozes fortes e chegam distorcidas até o pequeno recanto de Betânia — um largo caramanchão de palha, onde há algumas cadeiras de plástico e uns arranjos de flores plantadas em pneus. Começou há dois dias o retiro dos padres dominicanos que trabalham na região, e é um tempo de oração e meditação. Estão todos ali, padres e bispos, com suas roupas surradas, seus automóveis enlameados, chegando das vilas mais distantes, onde a luta pela terra é o centro das preocupações de todo o povo pobre.

São muitos os estrangeiros ali. Padres que falam um belo português recheado de expressões caipiras, mas que se atrapalham ainda um pouco com os esses e erres. Queimados de sol, as mesmas sandálias de plástico que todo o povo usa, a barba meio crescida, podem ser confundidos facilmente com um nortista errante, posseiro ou vendedor de remédios.

— Minha chegada ao Brasil foi uma opção consciente por uma Igreja viva.

Padre Henrique — Henri des Roziers — francês, 50 anos, tem os olhos azuis brilhantes, num contraste com a pele queimada pelo sol de Goiás. Seqüestrado com outro padre, o italiano Nicola Arponi, por soldados do exército, Henrique é hoje um dos espinhos nos pés de muito latifundiário.

— Eu nasci em Paris e tive uma certa formação jurídica que me fez dedicar quase 10 anos do meu trabalho assistindo um pouco trabalhadores estrangeiros na França: árabes, portugueses, turcos, um povo que tem muito em comum com o povo pobre daqui. Poucos direitos e muita arbitrariedade. Minha vinda para o Brasil foi então apenas uma continuação do trabalho que já fazia na França, onde podia perceber claramente, através dos trabalhadores estrangeiros, a opressão dos países ricos sobre os países pobres. Acho que o que influenciou também minha vida, foi o contato com Dominicanos brasileiros e peruanos que se exilaram na França. E nas nossas conversas nasceu um desejo de vários dominicanos da minha geração de viver mais próximo do povo, num compromisso mais concreto. Decidi então vir para o 3º mundo, onde poderia encontrar essa Igreja viva, próxima do ideal criação dos primeiros tempos. Mas para obter o visto de entrada no Brasil levei dois anos.

Lá, pelo "Bico do Papagaio", trabalham também o Chico — Padre Francisco

Glory e Emílio — Emile Des Tombes. São Padres seculares ligados a uma organização missionária francesa. Antes de chegar ao Brasil tiveram uma longa trajetória missionária. Trabalharam muitos anos no Laos e no Camboja — principalmente Emílio, que esteve no Camboja por 16 anos — e quando o sistema de governo se tornou comunista foram expulsos. Não por serem padres, mas por serem estrangeiros.

— Escolher o Brasil foi escolher a Teologia da Libertação. Uma Teologia que é uma resposta a uma situação bem concreta que é difícil compreender sem viver dentro da realidade do 3º Mundo. É uma Teologia diferente, porque não se aprende estudando, mas sim através da prática com o povo. A ligação entre a fé e o povo — com as injustiças — têm uma resposta, uma visão que se encontra até mesmo na Bíblia. É uma leitura do povo e sua vida.

Como Chico, que vê com clareza o papel que deve desempenhar neste Norte violento, Emílio, afirma.

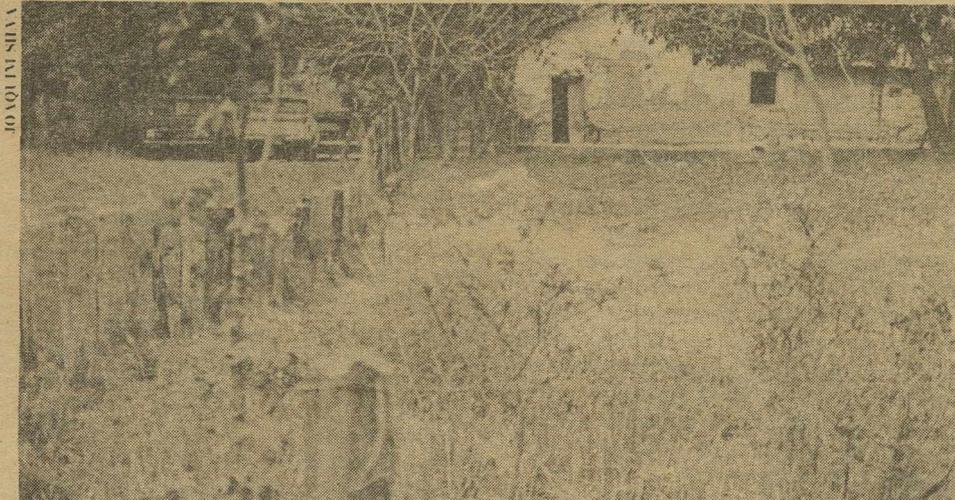
— A Igreja deve ficar dentro da corrente da História e deve ser uma força ao lado de um povo que caminha para sua libertação.

Mas dos três, Padre Henrique é o que está se tornando mais conhecido pela importância que o próprio governo está dando ao seu trabalho a ponto de desejar claramente expulsá-lo, embora ainda não haja nenhum processo formal. Preso no dia 10 de setembro em Arixá, foi levado para Araguaína, onde ficou aguardando a chegada do Cel. Aníbal Carvalho, secretário da Segurança de Goiás, acompanhado de oficiais do Exército e delegados da Polícia Federal.

O diálogo de Padre Henrique com as autoridades foi extremamente agressivo, pois o Padre insistiu nas denúncias contra os grandes grileiros da região que já haviam matado trabalhadores, ameaçado, torturado, e roubado.

— De repente o Coronel Aníbal me injuriou historicamente, gritando, me acusando de comunista, de não ser verdadeiramente padre. Eu saí e eles continuaram a gritar por muito tempo. Um dos oficiais do exército gritava: é preciso quebrar a cara deles, acabar com eles.

Mas os padres continuam enquanto as lutas recrudescem e os posseiros também começam a reagir. Alguns pistoleiros já foram mortos nas últimas semanas e certamente tentarão fazer alguma ligação dos padres com essas mortes, embora eles nem estivessem na região. Principalmente quando se sabe que uma moça, disfarçada de estudante, andava visitando todas as comunidades onde havia conflitos mais sérios e um jornalista pôde reconhecê-la como agente da Polícia Federal.



Norte de Goiás: uma região cobiçada e repartida por grileiros

### Santo Agostinho: O diabo é o macaco de Deus

tocará a sexta-feira da paixão, mas a Páscoa chegará um dia.

Hoje as comunidades de base são, no Brasil, a Igreja de Jesus Cristo tentando ser uma Igreja encarnada na vida e nas esperanças do povo. Onde não haja autoridade de poder, mas autoridade de serviço. É interessante ver o regime na boca de

Porque  
caçam estes  
padres



FOTOS DE EZEQUIEL TISKOSKI

O italiano Tebaldini (no cavalo), ao lado dos posseiros do Sul

## As 14 cruzes de "João Caboclo"

Rondônia: padre ameaçado por causa da "via-sacra"

Em nove meses de trabalho no município de Pimenta Bueno, a 500 quilômetros de Porto Velho, na BR-364, o padre Giovanni Zanotto, conhecido também por "João Caboclo", conseguiu conquistar enorme confiança de centenas de famílias sem terra, que lutam pela sobrevivência nesta longínqua região territorial. Ao mesmo tempo, porém, esse sacerdote de 50 anos, nascido na província de Verona, Itália, conquistou o ódio dos fazendeiros da região. Pior que isso: chegou a ser denunciado por estes fazendeiros e pelo prefeito local aos órgãos de segurança.

A notícia correu Rondônia há quase 15 dias: o padre está sendo perseguido e teve sua expulsão cogitada pelo prefeito e pelos latifundiários, por seus sermões e rezas que ameaçam o império da grilagem e da má distribuição de terra no território.

Com 50 anos, 21 dos quais passados no Brasil, padre João dedica-se ao trabalho missionário desde sua ordenação, já tendo atuado em São Gabriel da Palha e Ibiracú, no Espírito Santo. Seus dois irmãos, Agostinho e Luiz, também são religiosos, pertencem à mesma congregação que ele, dos Combonianos (à qual também pertence o padre Tebaldini, de Campo-Erê), e atuam no México e Uganda.

Por falar a mesma linguagem dos posseiros e moradores de Pimenta Bueno e por identificar-se com seus dramas, padre João foi tão bem recebido por eles quanto o seu antecessor, padre José Cavalleri, também italiano, transferido para Tangará da Serra, Mato Grosso.

E foi também por essa grande identificação, que os moradores receberam com indisfarçável descontentamento a notícia de que um delegado especial fora designado para enquadrar o padre em vários artigos do Código Penal, acusado, entre outras coisas, de deslocar sinais divisórios para apropriar-se de propriedade alheia e incitar publicamente ao crime.

Mais especificamente, padre João foi acusado de "incentivar um grupo de

posseiros a invadir a fazenda São Felipe, em Pimenta Bueno". Os jornais da capital rondoniense, municiados pela Secretaria da Segurança, dizem que o sacerdote colocou várias cruzes numa estrada, indicando locais para os posseiros invadirem terras alheias. Ironicamente, apelidaram-no de "o padre da via-sacra". É mais: os órgãos de segurança aproveitaram o embalo para responsabilizar o padre pelo fato de oito pessoas terem saído feridas num tiroteio na Fazenda São Felipe, no início do mês de dezembro.

A defesa do padre foi assumida pela prelazia de Ji-Paraná, à qual está ligada a paróquia de Pimenta Bueno. Dom José Martins da Silva, prelado de Ji-Paraná, depois de reunir-se durante quase 10 horas com todos os sacerdotes estrangeiros que atuam na área da BR-364, igualmente ameaçados no seu trabalho evangelizador, reagiu em defesa do padre perguntando: "Por que fazer do caso de Pimenta Bueno um caso especial, quando problemas de terra existem em todo o território nacional e a linha de atuação da Igreja é a mesma? Por que mais um caso contra um padre estrangeiro? Por que não punir os verdadeiros responsáveis por estas situações de conflito?"

Esclareceu ainda que o padre nem se encontrava na região quando houve o tiroteio, onde os dois únicos feridos eram posseiros que garantiam seus direitos a dois pequenos lotes, enfrentando jagunços a bala. E sobre a via-sacra tão citada no inquérito policial, que os fazendeiros e o prefeito pretendem usar para pedir a expulsão do padre João do país, o prelado explicou. "Realmente, ele fez a procissão. Só que ela teve caráter religioso e aconteceu fora da fazenda. As 14 cruzes marcadas à beira do caminho pelo padre correspondem às 14 estações da via-sacra, cuja procissão foi seguida de orações acompanhadas pelos fiéis que dela tomaram parte. Quem marca a terra é o INCRA — acrescentou.

Ou pelo menos é isso que deveria fazer.

## Três mil na praça, apoiando o padre

Os poderosos recuam em Campo-Erê, Santa Catarina

Quando amanheceu, no dia 9 de novembro último, um domingo, na estrada que liga Campo-Erê, em Santa Catarina, à Fazenda Burro Branco, ainda havia famílias de posseiros caminhando em direção às suas casas. Iam silenciosos, mas fortalecidos. No dia anterior, à noite, haviam participado, juntamente com outros três mil camponeses de toda a região, de uma grande celebração religiosa — e também política — em Campo-Erê, extremo oeste de Santa Catarina. Haviam ido demonstrar sua solidariedade ao padre Afonso Tebaldini, um italiano, natural de Brescia, há meses jurado de morte pelos latifundiários da região.

A história começou em abril deste ano, quando quase 300 famílias de agricultores decidiram invadir as terras da Fazenda Burro Branco, abandonada há 27 anos pelos herdeiros da família Tabor da Ribas.

Temerosos de que o exemplo pudesse ser seguido pelos milhares de camponeses sem terra da região, os latifundiários contrataram pistoleiros e acionaram a Polícia Militar para intimidar os posseiros. À frente da operação estava o líder do PDS local, Francisco Assis Dal Piva, filho de imigrantes italianos, madeireiro, dono de muitas terras.

Padre Afonso Tebaldini, há cinco anos na região, ficou ao lado dos lavradores, dos posseiros que, ao invés da madeira e da soja de exportação, preferem plantar feijão e milho.

Esta postura do padre, que passou a levar alimentos para os posseiros isolados nas matas, transportar doentes e confortar famílias, foi suficiente para desencadear contra ele a fúria daqueles que dominam em Campo-Erê — uma cidade com quase 40 mil habitantes, localizados principalmente na zona rural, a quase 900 quilômetros de Florianópolis. Um lugar a quase mil metros de altitude, onde chove muito e a terra é vermelha e pegajosa.

Apesar da fúria, padre Tebaldini não se intimidou. Já sabia como agem os poderosos da terra. Ele recorda que, no Maranhão, recém-chegado da Itália, enfrentou situação semelhante, numa área onde milhares de trabalhadores sem terra eram

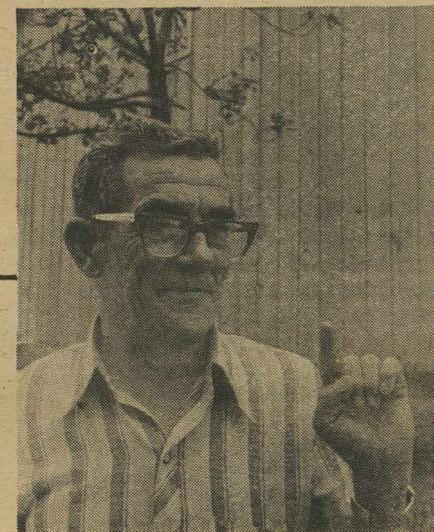
explorados até a última gota de sangue. Tentou fazer uma escola para alfabetizar camponeses, mas os fazendeiros ameaçaram quem fosse às aulas e tocaram seus jagunços para cima do padre, obrigando-o a abandonar sua paróquia.

Só que agora, em Campo-Erê, ele não deverá sair correndo. Porque a mobilização dos trabalhadores e o apoio recebido de seus superiores fizeram com que os latifundiários recuassem. A missa do dia 8, convocada pela diocese de Chapecó, foi concelebrada por 36 padres (a diocese tem 41 paróquias), que lá foram dar apoio ao companheiro ameaçado também de expulsão. Quem presidiu a cerimônia foi o bispo de Chapecó, D. José Gomes.

O bispo foi estrondosamente aplaudido por quase três mil camponeses, quase todos vindos de muito longe para apoiar o padre. Como José Gabriel, sua esposa e um filho de colo, que esperaram o dia inteiro em Campo-Erê, sem almoçar, porque o dinheiro não dava. Deu apenas para comprar um pacote de bolachas para matar a fome do pequeno.

Pouco dias depois da manifestação dos camponeses o governo federal determinou a desapropriação de toda a área ocupada (cerca de três mil hectares), onde o INCRA pretende instalar apenas 160 famílias. Os demais posseiros serão transferidos para áreas urbanas.

Os posseiros, porém, não estão dispostos a aceitar docilmente tais decisões. Alguns afirmam que só mortos saem da Fazenda Burro Branco. Discute-se o problema de alguns terem sido contemplados enquanto outros serão novamente obrigados a vagar em busca de terra. A disposição de lutar é grande. E contam para isto com o apoio do padre Afonso.



## O bispo de Chapecó: "Sem recuo"

— O Caso do padre Vito, o caso do padre Afonso, as ameaças feitas a dom Pedro Casaldáliga não são fatos isolados, como querem fazer crer. O que está em jogo neste momento é a ação da Igreja no Brasil, é o seu trabalho de Justiça, que é a essência do Evangelho.

Quem fala é o bispo de Chapecó, oeste de Santa Catarina dom José Gomes. Natural de Erechim, Rio Grande do Sul, ele está há onze anos à frente desta diocese, onde é grande o número de camponeses sem terra. No início de 1977, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, havia mais de 20 mil agricultores sem terra. Embora não tenha dados exatos, dom José acredita que esse número dobrou de lá para cá.

— Antes de Puebla e da visita do papa ao Brasil, muitos padres não se preocupavam com o problema dos camponeses. Agora vários vigários vêm me ver e falam espantados que em suas paróquias mais de 50% dos fiéis não têm mais um pedacinho de chão para plantar.

Dom José sempre esteve ao lado dos

Dom José: "É uma campanha

oprimidos, dos sem terra. E sempre soube que isso desagradava aos poderosos:

— Essa grita geral da burguesia, dos latifundiários e seus representantes no Executivo e no Legislativo se dá porque a Igreja está com os pobres e contra os exploradores. Mas a linha de ação definida pelos bispos brasileiros e pelo próprio papa será mantida.

Ele acredita que está em curso uma forte campanha contra a Igreja, desencadeada por aqueles que a querem nos moldes antigos:

— Os poderosos querem banir os discursos que o papa João Paulo II fez no Brasil. Eles têm uma visão muito estreita do que é religião. Não vêem ou não querem ver que religião é essencialmente Justiça e Fraternidade. Deus usado apenas em atos religiosos não é Deus. É um ídolo que se forma para confirmar as estruturas de injustiça existentes.

Porque  
caçam estes  
padres

## Em Belém, quem ameaça é o bispo

*O povo defende os três estrangeiros ameaçados*

Em Belém, três padres estrangeiros, da linha progressista, estão sofrendo ameaças e pressões: Savino Mombelli, Bernardo Hoyos e João Beukeboom.

Os dois primeiros estão sendo atacados pela própria cúpula da Igreja local, que tem à sua frente o conservador arcebispo dom Alberto Ramos. Foi em função dessas pressões que a direção do Instituto Pastoral Regional (Ipar) decidiu recentemente não renovar o contrato dos dois como professores do Curso de Teologia, alegando que transmitem aos alunos interpretações marxistas e subversivas da teologia.

Contra tal decisão, desde o momento em que foi tomada, e mesmo antes, vários setores democráticos estão reagindo. Inicialmente os alunos do Ipar entraram em greve, até conseguirem uma promessa de que a medida seria reavaliada pela direção. Por outro lado, os moradores dos bairros onde os padres exercem sua missão pastoral se mobilizaram contra o arcebispo. No último dia 12, sexta-feira, mais de uma centena de moradores de bairros, principalmente do Coqueiro, onde atua Bernardo, quase invadiram o prédio do arcebispo para entregar a dom Alberto uma carta de protesto e de solidariedade. Na segunda-feira, dia 15, eles voltaram à sede do arcebispo, quando foram informados sobre o afastamento do padre Bernardo também de sua paróquia, no Coqueiro. Neste dia, dom Alberto chegou a chamar a polícia para protegê-lo da manifestação pacífica.

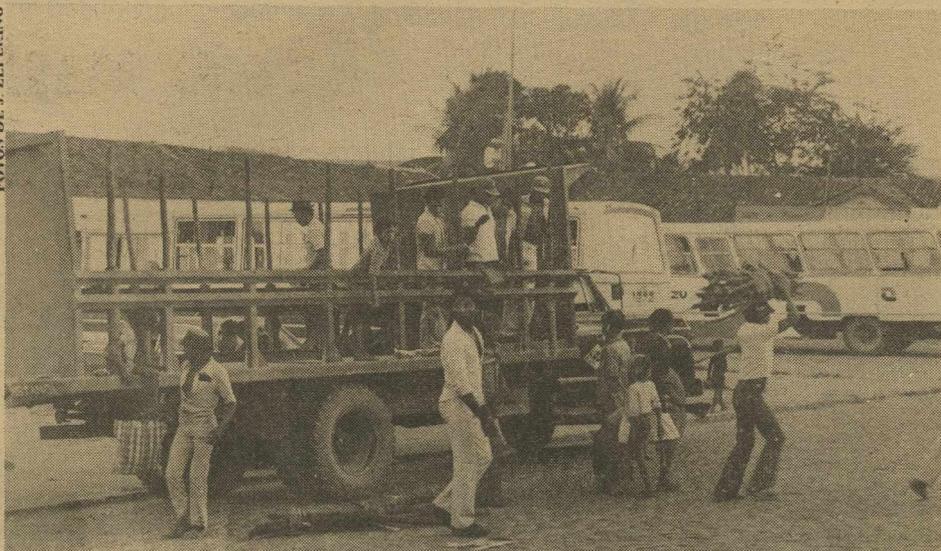
Padre Bernardo nasceu em Medellín, Colômbia, e pertence à Ordem dos Salesianos. Estudou filosofia em São Paulo e Minas Gerais, sociologia e pedagogia em Minas Gerais, e teologia em Bogotá. Sua primeira experiência mais marcante na linha da Teologia da Libertação foi quando trabalhou na localidade de Manicoré, às margens do Rio Madeira.

Padre Savino Mombelli, como a maioria dos missionários estrangeiros que atuam no Brasil, é italiano. Também é professor universitário e trabalha na periferia de Belém. Mais discreto que Bernardo, apareceu com destaque em público durante um ato ecumênico, em março deste ano, quando disse o seguinte, em seu discurso: "Para o poder são bons aqueles que o apóiam e ruins aqueles que devem ser dominados."

João Beukeboom, padre holandês, também trabalha num bairro pobre, nas baixadas de Belém, o da Sacramento. Ultimamente, a luta dos moradores deste bairro pelo direito de morar acirrou-se extremamente. Brigam com o Ministério da Aeronáutica, que insiste em dizer-se proprietário das terras onde vivem. Nesta luta, o apoio do padre João tem sido forte.

Recentemente, padre João foi denunciado pelo verador do PDS, Adelino Simão, que chegou ao ponto de ir até a Polícia Federal apresentar como "subversivo" um simples calendário, preparado pela paróquia de Sacramento, pedindo à PF que abrisse inquérito para expulsar o padre do país.

FOTOS DE J. ZEFERINO



Padre Vito (E) e Emanuel, envolvidos na mesma miséria de Ribeirão



## O castigo do céu cai sobre Ribeirão?

*O povo diz que sim. Prova? A desgraça do prefeito*

Ribeirão, pequeno município a 90 quilômetros de Recife, com 30 mil habitantes, tem o mesmo jeito feio e triste de todas as pequenas cidades da zona-da-mata pernambucana.

A cana-de-açúcar, única riqueza da região, não gera divisas para a cidade. Todo o lucro da agroindústria açucareira é investido nas próprias usinas ou engenhos, ou então, na capital, Recife.

A sujeira predomina na cidade, onde a população semi-analfabeta e faminta ronda a feira. Ronda apenas, sem poder comprar o feijão a Cr\$ 130 o quilo, o café a Cr\$ 190 e, ironia das ironias, o próprio açúcar, fruto de seu trabalho, tabelado a Cr\$ 110 o quilo, nas barracas.

A vida política local é dominada pelo PDS, que tem o prefeito e a maioria absoluta da Câmara de Vereadores. A oposição tenta existir, mas encontra dificuldades de toda ordem. O PMDB e o PDT têm diretórios aqui em Ribeirão, mas não fazem parte do dia-a-dia político, existindo de fato apenas em época de eleições.

O poder econômico dos usineiros e latifundiários transforma-se em poder político, usando-se todos os meios para amedrontar e intimidar o sentimento oposicionista da população, que existe, é patente, está no ar, nos olhares das pessoas.

O grande partido de oposição em Ribeirão é a Igreja Católica. É ela que tem penetração popular, que adquiriu a confiança da população andrajosa. E foi dos quadros da Igreja que surgiu e cresceu o mais popular e admirado combatente da causa popular da pequena Ribeirão: o Padre Vito Miracapillo, italiano, expulso há um mês do país por ter se recusado a celebrar uma missa encomendada pelo prefeito para "comemorar" a independência nacional, no dia 7 de setembro.

Nas ruas de Ribeirão, na feira, todos são taxativos: Vito foi expulso porque defendia os pobres.

Amaro Leão, 54 anos, tipógrafo, diz: "o povo continua revoltado. O padre Vito, o que ele fazia era em benefício do povo. Quando a Prefeitura negava condução, o padre Vito dava, colocava o carro da

Igreja à disposição de todo mundo. Dizem que telefonaram um dia da Itália, do Vaticano, para que ele vendesse o carro. E ele disse que não, que o carro não era nem dele nem da Igreja, era do povo."

Emanuel Raimundo, comerciante aposentado, católico fervoroso, 68 anos, dizia na semana passada: "O que o governo fez jamais sairá do pensamento do povo. A gente sente não é só a falta do padre, mas, principalmente, o desrespeito à Igreja Católica. E, o pior, a gente tem que aguentar calado, sem poder fazer nada."

Os depoimentos se repetem. Maria Justina, balconista, 28 anos: "Se a gente procurar em Ribeirão dez pessoas que não gostavam do padre Vito a gente não encontra. Talvez só o prefeito e a raça dele".

Toda a raiva e sentimento de impotência diante da expulsão do padre são canalizados contra o prefeito de Ribeirão, Salomão Brasil, um pobre de espírito, como se diz, testa-de-ferro dos usineiros.

É difícil encontrar Salomão Brasil em Ribeirão, apesar de ser o prefeito. É provável que ande recolhido nalgum lugar tranquilo, meditando sobre seu futuro político, ameaçado pelo desgaste que sofreu com o caso do padre. E, mais grave que seu futuro político, deve estar tentando uma saída para a surpreendente e bem fundamentada acusação de dupla identidade e bigamia que estão movendo contra ele na cidade. Pode, por isso, perder o cargo e ir parar na cadeia.

Salomão é carta fora do baralho. Os usineiros tratam agora apenas de encontrar uma boa maneira de se livrar dele. E ele sabe disso. Na cidade correm boatos de que foi abandonado até pelo deputado Severino Cavalcanti — PDS, é claro — que denunciou publicamente o padre Vito. Comenta-se nas ruas sujas de Ribeirão que ele teria dito até que se arrependeu por ter colaborado para a expulsão do padre.

A situação do prefeito — e do governo que ele representa aqui — não é boa. Tem gente que diz que é o resultado da sua incompetência política. O povo da cidade diz que é castigo dos céus.

## De Boston para a vila da Muriçoca

*Um dia com padre Walsh, nos bairros de Salvador*

Quando chega ao topo do morro está ofegante. O corpo desconjuntado enfiado numa calça larga e uma camisa branca de mangas curtas é como uma marca registrada no padre Walsh. Mesmo de longe é possível saber que o missionário americano está chegando. Seu jeito de "gringo" é inconfundível para os moradores do alto da favela na Vasco da Gama, em Salvador.

Todo mundo já está acostumado com aquela visita matinal. Há quatro anos é assim. Desde quando chegou ao Brasil para ser vigário da paróquia local não deixa de subir um só dia ao morro.

Discute problemas pessoais com uns, dá orientação espiritual a outros e assim vai desenvolvendo, a sua maneira, "a consciência do povo sobre os motivos da opressão e miséria em que vive".

Embora sua atuação não possa ser caracterizada sequer numa linha socialista cristã (ao contrário, é um defensor do "capitalismo liberal-humanitário"), o padre João ficou comprometido com a luta dos moradores do bairro. O envolvimento aconteceu espontaneamente, diante da ameaça de expulsão de algumas famílias. A área desapropriada pela Prefeitura e o governo estadual (que construiu um reservatório de água no local) teve de ser desocupada, mas os moradores, com a ajuda do padre, resistiram quase um ano. E quando saíram receberam indenizações bem maiores e alguns até ganharam lotes da Prefeitura.

O diálogo com os moradores é rápido. Neste dia tem uma visita especial: vai à casa de Manoel, um trabalhador demitido de um supermercado porque não quis denunciar o companheiro que estava furtando mercadorias da loja. Com sotaque bastante carregado e dificuldades para se expressar, padre João procura mostrar ao trabalhador que agiu certo. Mas sai da casa meio atordoado — difícil compreender a situação de Manoel com quatro filhos e desempregado.

A descida é mais fácil e num instante já está de volta à capela, onde prepara o sermão para a missa da noite. Sempre é difícil falar para este povo oprimido, segundo Walsh.

Dali sai para o bairro da Muriçoca, que agora também corre o perigo de uma desapropriação. Na Muriçoca a população se preveniu. Com a experiência dos que foram expulsos do alto da favela, trataram logo de se organizar.

A partir da discussão de cada problema o padre foi aprendendo. Entender o drama da pobreza não como um resultado da vontade divina e sim como consequência de uma estrutura social e política faz parte do trabalho pastoral.

Quatro anos de Brasil foram suficientes para que o missionário repita, como boa parte dos padres: "A situação em que vive o povo brasileiro é um estado de pecado. Um país rico e a população muito pobre".

As luzes da capela estão acesas. Aos poucos chegam os fiéis, pessoas simples, a maioria negra. Lá no altar a figura branca do padre sobressai e apesar do sotaque enrolado sempre é possível compreender alguma coisa, principalmente na hora do sermão, quando ele diz: "No meu país a religião predominante é a protestante. E mesmo assim o pobre é respeitado e amparado. No Brasil a maioria é católica, inclusive os governantes. Mas, por ironia, a opressão é muito mais violenta. Determinação de Deus? Não. De homens, de alguns poucos..."

Porque caçam estes padres

## No Araguaia, expulso do Laos

Ele atua no mesmo local da guerrilha

Padre Aristides Camio, francês, 40 anos, quase não anda mais sozinho pelas matas da região do Baixo Araguaia, no Pará. São tantas as ameaças de morte que pairam sobre ele, feitas por grileiros e fazendeiros, que os posseiros da região preferem acompanhá-lo por onde anda.

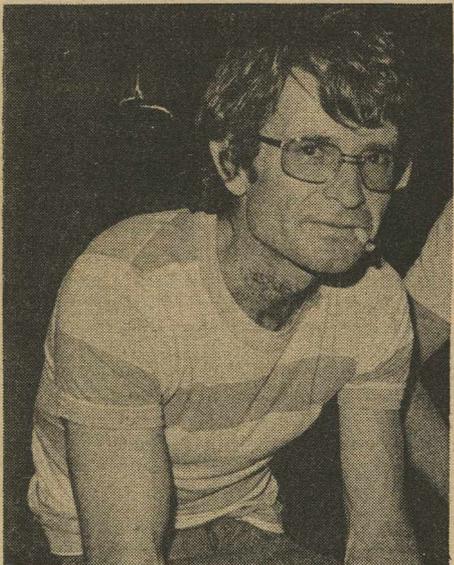
Camio, da Congregação Missionários Estrangeiros de Paris, atua na diocese de Conceição do Araguaia. Antes de vir para o Brasil trabalhou no sudeste asiático, em plena guerra do Vietnã, sendo expulso do Laos pelos comunistas, em 1976. Disse-ram-lhe que não poderiam mais garantir a sua segurança naquele país: "Mas a verdade é que não nos queriam mais lá. Eu acho que quando um país faz uma revolução não precisa e não quer testemunhas, principalmente estrangeiras".

Depois da expulsão ele veio ao Brasil, em 1977. Hoje trabalha numa região que foi centro das atividades militares na época da guerrilha do Araguaia: São Geraldo, Caiano, Itaipava etc.

O Baixo Araguaia talvez seja a única área em que o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (órgão criado especialmente pelo governo para intervir nos conflitos da região), uma área de 80 por 70 quilômetros, esteja demarcando as terras conforme o desejo dos posseiros, sem nenhuma discordância. Aristides tem muito orgulho desse fato.

A luta pela terra no Baixo Araguaia já deixou muitos mortos em seu rastro. Do lado dos "tubarões", como se diz, morreram pistoleiros e até mesmo fazendeiros. Do lado do povo caíram posseiros, ou seus representantes, como Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, que era muito amigo do padre Aristides.

Em todo esse movimento, o trabalho de Camio está ligado à criação de comunidades de base. Seu trabalho, segundo diz, nada mais é do que "fazer com que o povo tome conta de sua história, em todos os sentidos". E o povo assumirá a sua história, com ou sem os padres estrangeiros, segundo Camio: "O erro do governo é pensar que a Igreja está insuflando o povo, quando o que de fato faz o povo lutar é o custo de vida, a fome, a pobreza, a situação objetiva".



Camio: "Não somos o problema"



Os muros pichados em Propriá: sinais de uma grave crise cujo fim ninguém consegue prever

# Propriá: as beatas fabricam intrigas

Os fazendeiros jogam tudo contra os missionários, inclusive as beatas

Na região do Baixo São Francisco, em Sergipe, a miséria cresce a cada dia, quase na mesma proporção que as plantações de capim dos grandes pecuaristas. É nesta região que está a diocese de Propriá. E é aqui que está localizado um dos casos mais graves de conflitos entre Igreja e Estado existentes no país.

Há 13 padres atuando na diocese, dos quais nove são estrangeiros: sete belgas, um francês e um português. Os desentendimentos entre estes religiosos e os prefeitos e fazendeiros são antigos; e uma de suas causas originais foi o apoio que a diocese resolveu dar aos caboclos descendentes dos índios Xocó na disputa que mantinham com a família do prefeito de Propriá, Antonio Brito. Disputavam a posse da ilha de São Pedro, no rio São Francisco, sede do antigo aldeamento da tribo.

O prefeito, bastante influente no Estado, quando soube que o bispo apoiava os caboclos resolveu cortar suas ligações com ele, acusando-o junto à Polícia Federal de insuflar camponeses a invadir propriedades particulares.

Mas as agressões e perseguições à Igreja cresceram depois que o bispo dom José Brandão de Castro, em reunião realizada dois meses antes das eleições de 1978, com padres, freiras e cristãos da diocese, decidiu proibir a celebração de missas por ocasião de acontecimentos políticos (7 de setembro, aniversários do golpe de 1964 e inaugurações), posses ou aniversários de políticos e ainda por ocasião de formaturas.

A proibição da diocese funcionou como um "sinal verde" para os prefeitos e fazendeiros, convencidos de que as ações da Igreja na região não passavam de "coisas de comunistas".

Logo após as eleições de 1978, no último domingo de novembro, João Brito, irmão do prefeito Antonio Brito, interrompeu uma das missas da catedral de Propriá, bradando ofensas contra o agente pastoral Fabio Alves dos Santos, que, durante a pregação do Evangelho pediu auxílio para os caboclos, descendentes dos Xocó, dizendo que passavam fome. Segundo testemunhas, João Brito e alguns amigos investiram contra o altar, acusando os padres de comunistas e tentando tomar o microfone das mãos do

agente pastoral e do padre belga Etienne Lemaire, que celebrava a missa.

No domingo seguinte a diocese promoveu uma missa de desagravo, à qual compareceram cerca de mil pessoas lotando a catedral, que foi rebenzida pelo bispo, dom José Brandão, pois, segundo os padres, havia sido profanada.

Ainda no ano passado, o governador Augusto Franco decidiu intervir na questão da posse da Ilha de São Pedro, a 200 quilômetros de Aracaju, depois que 34 famílias de caboclos invadiram as terras, dispostos a enfrentar até a força policial, caso fosse enviada. O governador desapropriou a Ilha, pagando 2,4 milhões de cruzeiros à família Brito por 250 hectares de terra e garantindo assim a permanência dos Xocó.

A Igreja comemorou com os caboclos, a família Brito deu-se por satisfeita, mas os ânimos continuaram exaltados no Baixo São Francisco.

Em julho deste ano, um grupo de 145 pessoas da cidade de Ilha das Flores (quase mil habitantes, localizada a 140 quilômetros de Aracaju) escreveu uma carta ao governador, afirmando que "a diocese de Propriá não parece mais se tratar de Igreja, e sim de partido político chefiado por Fidel Castro".

Tais acusações eram uma resposta dos latifundiários às denúncias feitas dias antes pelo bispo dom José, segundo as quais um grupo de jagunços, apoiados pela polícia e funcionários da Prefeitura de Ilha das Flores tentara impedir uma

procissão promovida pela Igreja na cidade, além de agredir fisicamente alguns fiéis. Denunciara também que as portas da igreja local e da casa paroquial de Ilha das Flores haviam sido arrombadas por beatas ligadas ao prefeito do município, que trocaram as fechaduras e praticamente expulsaram da cidade o vigário local, o padre belga Nestor Mathieu, ameaçando-o de morte.

O mesmo padre Mathieu, 45 anos, 16 dos quais na região, foi acusado, na carta assinada pelos 145 moradores e enviada também para a Polícia Federal e Exército, de manter relações amorosas com duas freiras e de negar o batismo a crianças, filhos e afilhados daqueles que não lhe eram gratos.

A réplica da Igreja não demorou: dom José divulgou um documento lembrando que "nos últimos anos, nove atentados contra padres de sua diocese foram realizados com a participação de prefeitos, latifundiários, polícia, oficiais de justiça e juizes de direito, sem que jamais as autoridades tomassem qualquer providência".

Em seguida anunciou para 17 de agosto a realização de outra missa de desagravo. Desta vez, a cerimônia contaria com a presença dos bispos Helder Câmara e Tiago Postma, de Pernambuco, José Maria Pires, da Paraíba, e Antonio Fragoso e Edmilson Cruz, do Ceará.

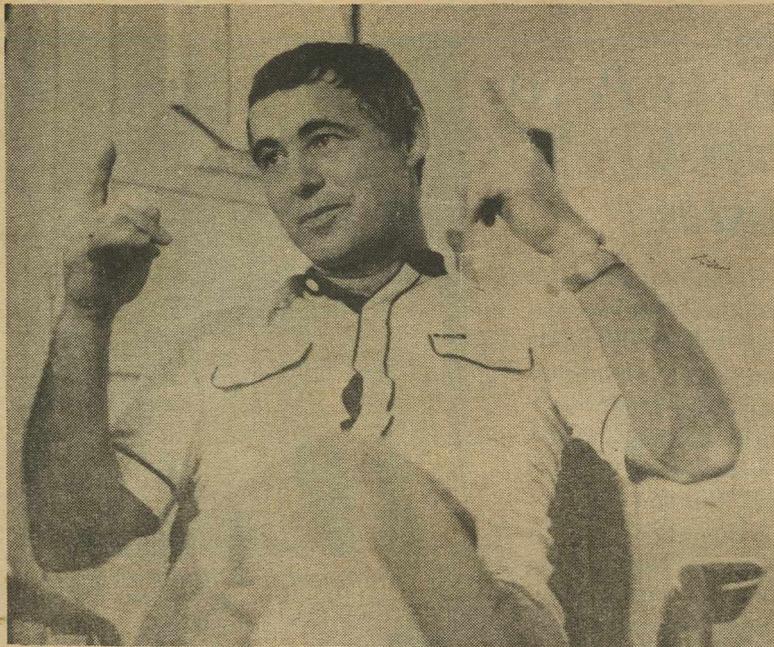
Antes da missa, porém, marcada para as 19 horas, na catedral de Propriá, a 100 quilômetros de Aracaju, cerca de 100 policiais sergipanos armados com revólveres, cassetetes, metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo, interditaram as três estradas de acesso à cidade, dificultando a chegada de pessoas para a cerimônia. Os policiais exigiam regularidade total na documentação dos motoristas dos ônibus e caminhões que se dirigiam a Propriá.

Ainda antes da missa, um grupo de policiais prendeu seis lavradores ligados à Igreja — entre os quais o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Pacatuba, Geraldo dos Santos.

Apesar da repressão, a missa foi realizada, com a participação dos seis bispos e arcebispos presentes e quase cinco mil pessoas, de toda a região.



Dom José: "E as autoridades?"



Pe. Geraldo fotografou os criminosos.

POLÍCIA

## O Esquadrão da Morte no banco dos réus

“Agora sim, o Esquadrão da Morte começará a se sentar no banco dos réus para ser julgado e receber a devida condenação”, previu o procurador Helio Bicudo, quando soube da estranha morte do delegado Sergio Paranhos Fleury, no dia 1º de maio de 1979. Na terça-feira, dia 16, doze anos após a execução a bala do marginal Antonio de Souza Campos, o **Nego Sete** o investigador de polícia Ademar Augusto de Oliveira, o **Fininho**, foi a júri em Guarulhos.

Os advogados do **Fininho** tentaram adiar o julgamento, alegando cerceamento de defesa. Isso porque eles tinham arrolado 5 testemunhas que não compareceram: o ex-governador Abreu Sodré, o ex-secretário da Segurança Pública, Heli Lopes Meirelles, o delegado Orlando Barretti, o PM Antonio José de Carvalho e o presidiário Valter Tavares — só este último esteve presente. Mas o promotor Pedro Franco de Campos impugnou o pedido, fazendo ver que “o processo se arrasta há 12 anos, para descrença total do Judiciário, perante a opinião pública”. O juiz acatou a argumentação do promotor, e o julgamento — que teve a duração de 22 horas seguidas — teve início.

Este processo sobre o **Nego Sete** é um dos que reúne mais provas contra o famoso bando liderado pelo fadado delegado Fleury. Seus integrantes foram fotografados do alto da torre de uma igreja pelo padre canadense Geraldo Monzerol. Para surpresa dos senhores jurados, o padre apareceu inesperadamente no tribunal, e reconheceu **Fininho** como um dos membros do Esquadrão da Morte que tinham ido executar o marginal **Nego Sete**. Embora nada nítidas, mas dando para perceber as figuras, através do uso de lentes, os filmes mostram os ocupantes de 2 peruas Veraneio e um Volks branco que foram fazer uma “investigação” na Vila Fátima naquela manhã de 23 de novembro de 1968. Depois, tanto o padre como os vizinhos do delinquente ouviram uma saraivada de tiros. Ainda hoje os corredores que dão acesso à casa de fundos onde morava **Nego Sete** conservam as marcas dos tiros.

O júri popular acabou condenando **Fininho** por 4 votos contra 3, acolhendo assim a tese do promotor que imputava ao réu “autoria de homicídio qualificado pelo emprego de meio cruel e uso de recurso que impossibilitou a defesa da vítima. E desta forma, o investigador foi condenado a cumprir mais 12 anos de prisão, como co-autor da morte de **Nego Sete**.”

Além de **Fininho**, que cumpre pena de 36 anos de reclusão em três processos de homicídio no presídio especial da Polícia Civil, figuram como réus que serão julgados separadamente, face à ausência de condições materiais no fórum de Guarulhos os delegados Ernesto Milton Dias e Alberto Barbour, os investigadores Valter Brasileiro Polim, João Bruno, Astorice Correa de Paula e Silva, o **Correinha**, Angelino Moliterno, o **Russinho**, Antonio Augusto de Oliveira, **Fininho 2** (seu irmão), Ednardo Xavier, Nataniel Gonçalves de Oliveira, Cleumines Antunes, o **Goiano**, João Carlos Tralli, o **Trailer**, José Campos Correa Filho, o **Campão** e Abílio Armando Alcarpi.

De todos os implicados na morte de **Nego Sete** ou outros atribuídos ao famigerado bando, **Fininho** é o único policial que está preso. Ele esteve pronunciado em 14 processos que envolveram o Esquadrão da Morte. Enquanto **Fininho** estava sendo julgado em Guarulhos, outro membro do Esquadrão paulista, o ex-policial Astorice Correa de Paula e Silva, o **Correinha**, dava alguns tiros para o ar, homenageando um investigador morto em entreviro com marginais, e ainda criticava a falta de policiamento na cidade.

**Fininho**, enquanto ouvia a decisão do júri confidenciava:

— Eles todos me colocaram nessa fria porque eu nunca participei da repressão política, como os meus colegas da polícia. Sempre fui amigo de muitos comunistas, e jamais entrei nessa de reprimir alguém pelas suas idéias. Meu negócio sempre foi marginal, tóxico, roubo, essas coisas.

(Rivaldo Chincin)

TERRORISMO

## Boi de piranha: o terrorista Waters foi o único culpado.

No final da semana passada foi decretada pela 2ª Auditoria do Exército a prisão preventiva de Ronald James Waters, indiciado no inquérito da Polícia Federal como único autor dos atentados a bomba contra a OAB e a Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, em agosto deste ano.

Ao justificar a decretação da prisão preventiva, o juiz auditor Helmo Sussekind afirmou que Waters é uma pessoa perigosa e que não tem emprego fixo. Waters utilizava uma mesa do bar do **Gouveia** como seu “escritório particular” à moda dos poetas simbolistas. E demonstrava ali, grande intimidade com várias personalidades do governo, civis e militares, de quem se afirmava “amigo íntimo”, capaz de receber favores e segui-los para seus “clientes”. Segundo o juiz, essas pessoas — autoridades civis e militares — deverão ser ouvidas pois “estariam sendo usadas por Waters”.

O inquérito, do ponto de vista processual foi “muito bem organizado” segundo o Juiz, pois suas 800 páginas contêm um índice remissivo perfeito, que facilita a consulta. Como prova concludente do crime de terrorismo, os autos apontam a utilização de uma máquina de escrever comprada por Waters de um comerciante que o reconheceu em juízo, embora a máquina ainda não tenha sido localizada.

Numa declaração semelhante à feita pelo Ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, o juiz Sussekind afirma: “é difícil a apuração de atos terroristas numa democracia, por meios democráticos”. E ressaltou, numa comparação com os processos contra grupos de esquerda, que estes, quando tinham cometido algum ato, “reivindicavam sua autoria diante do juiz, explicando claramente porque o fizeram. Isso facilitava a ação da justiça”.

Na justificativa da prisão de Waters o juiz ainda afirma: “sua prisão emerge da própria imputação da prática de ato de terrorismo, que denota a mais completa insensibilidade de seu autor ou autores, com relação às suas indefesas e inocentes vítimas.”

Diante de tanto aparente rigor e pompa, é importante notar algumas coisas: primeiro, o advogado designado pela OAB para acompanhar o processo não teve ainda acesso aos autos e só poderá fazê-lo após o dia 6 de janeiro, quando a justiça militar volta do recesso. E depois, a declaração de que Waters é o único culpado fere aos mais elementares raciocínios, indicando mais que ele não passa de um boi de piranha, atirado às águas para disfarçar os verdadeiros culpados, que sem dúvida estão em escalões mais altos e têm seus escritórios bem distantes do obscuro bar do **Gouveia**, muito mais próprio a sonhadores e cachaceiros.

### Católicas à beira da falência

As universidades católicas, que ensinam atualmente cerca de 200 mil alunos estão à beira da falência. Pelo menos é essa a colocação da comissão de reitores que apresentou um documento ao general Rubem Ludwig, Ministro da Educação, solicitando uma ajuda substancial do governo.

Os reitores pedem Cr\$ 720 milhões para resolver o problema imediato das universidades católicas e um projeto a longo prazo que possa garantir sua continuidade.

### Segurança Nacional nos muros

Parece que a “abertura” não chegou ainda em Poços de Caldas, no sul de Minas. No começo do mês foram presos quatro jovens (um deles com 16 anos) por pichação nos muros da cidade e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O advogado de defesa, Dr. Artur de Mendonça Chaves Filho impetrou mandado de segurança para libertá-los, mas eles continuam presos, pois o juiz considerou-se incompetente uma vez que estão sob alçada da Justiça Militar e Juiz de Fora.

Ivan Marju Filho (que já foi solto) José Roberto Mesquita, Fernando e Agnaldo Gonçalves foram presos por fazer pichações sobre o Partido dos Trabalhadores. Um delegado do DOPS chegou de Belo Horizonte para comandar o inquérito e interrogar os organizadores do PT na cidade.

### Tramóias do cabelereiro Khour

A sentença que absolveu o cabelereiro Georges Khour corre o risco de ser irremediavelmente modificada diante de novas evidências de corrupção funcional e tramóias diversas feitas por seus advogados com a finalidade de confundir os jurados.

Segundo o diretor da Polícia Técnica do Rio, del. Luiz Lafayette Stickler, o diretor do IML, Olympio Pereira da Silva entregou ao advogado de defesa um rascunho do laudo cadavérico de Cláudia Lessin Rodrigues, sem autorização oficial, que serviu para o advogado de Khour fazer uma grande confusão no julgamento e deixar indecisos os jurados, apontando o laudo oficial como “viciado” e “incoerente”. O médico já foi indiciado em inquérito administrativo.

### Biodegradáveis adiados

Há dois anos um decreto-lei determinou que todos os fabricantes de detergentes deveriam obrigatoriamente passar a fabricar apenas detergentes biodegradáveis, a fim de evitar a poluição dos rios e lagos, intensificada exatamente pelos detergentes.

Na época o prazo de dois anos foi considerado suficiente pelas próprias indústrias, que no entanto nada fizeram para adequar seus produtos às novas exigências

legais. Tanto que agora, quando expira o prazo, em janeiro, a associação dos fabricantes de produtos de limpeza recorreu ao governo pedindo mais dois anos de prazo para a fabricação de biodegradáveis. Os argumentos foram os mesmos de sempre: falta de matéria-prima, falta de estrutura e perigo do “desemprego” gerando grave problema social. O governo, como sempre, recuou e concedeu mais dois anos de prazo.

### Invasão em Pedra Branca

Dois mil lavradores e suas famílias invadiram a cidade de Pedra Branca, durante a semana passada, saqueando o comércio em busca de comida. O ataque foi muito rápido e a polícia local apenas fez alguns disparos para o ar, tentando intimidar os lavradores famintos.

Segundo o prefeito Aroldo Cavalcante, do PDS, o desespero tem aumentado na atual seca porque o governo que planejou um programa de emergência para os pequenos agricultores conseguiu atingir apenas 1.600 agricultores, deixando no desespero outras 4.000 famílias.

### TVs: Outro capítulo na novela

No capítulo da semana passada da novela da distribuição dos “novos” canais de televisão — na verdade uma redistribuição da massa falida dos Diários Associados e mais alguns outros canais que estavam fora de operação — um quase desfecho, que já permite entrever o final: a decisão final, sobre quem receberá os canais, será feita pelo general Figueiredo em pessoa.

Ou seja, resolveram acabar com a concorrência simulada entre os diversos candidatos e se revelou, claramente, que essa é uma questão de Segurança Nacional. As razões são óbvias, e podem ser ilustradas facilmente com o caso da rede dos Diários Associados. Quando Assis Chateaubriand arrendou seu primeiro jornal, o **Diário do Comércio**, ele não tinha um tostão. Quando chegou ao auge do poder se transformou numa espécie de eminência parda de qualquer governo depois de Getúlio Vargas. Hoje, com maiores e melhores recursos para facilitar a comunicação, grandes grupos empresariais do setor de comunicação querem disputar essa parcela de influência — uma vez que o mercado é monopolizado pela Globo, da Fundação Roberto Marinho. O grupo mais cotado para receber essa “doação” do governo é a **Abril**, de longe a maior empresa editorial do país. Outro bem cotado é o **Jornal do Brasil**, que tem também tradição jornalística. É bastante provável que esses dois sejam os ganhadores das duas novas redes que serão criadas. Em terceiro lugar, com um poderosíssimo esquema financeiro por trás, está a **Hidroservice**, do empresário Henry Makssoud, que edita também a revista **Visão**. Também a Bloch está no páreo, mas algumas cabeças atrás. Assim, dentro em breve, o telespectador brasileiro será brindado com novas opções. Todas, é claro, escolhidas de antemão pelo general Figueiredo.

## ADVOGADOS

### Advogados e estagiários ligados a lavradores brigam em Goiânia.

Três encontros nacionais não foram suficientes para unificar os advogados e estagiários de Direito ligados aos trabalhadores rurais e que vêm recebendo grandes pressões contra a realização de seu trabalho. O IV Encontro Nacional, realizado em Goiânia no início de dezembro, acabou não criando a esperada e necessária Associação Nacional de Advogados de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas. Em seu lugar foi criada a Associação Nacional dos advogados ligados aos trabalhadores na agricultura — ANATAG, endossada por cerca de 40 dos 120 participantes que haviam iniciado o encontro.

A diferença não é apenas de sigla, como ficou claro desde o primeiro dia quando se levantou a questão de quais os participantes que teriam direito a voto. Conforme os estagiários do núcleo jurídico da CPT - Comissão Pastoral da Terra de Belém, o esboço do estatuto lhes garantia, como a todos os estagiários, o direito de votar e ser votado. Mas um grupo ligado aos jornais "Hora do povo" e "Voz da Unidade" colocou-se absolutamente contrário ao voto dos estagiários. Por causa dessa questão houve vários tumultos, com os brigadistas do HP agredindo estagiários e os acusando de querer criar um "DCE rural". Vários advogados apoiaram as reivindicações, alegando que os estagiários fazem praticamente o mesmo trabalho, sofrem as mesmas dificuldades e ameaças e por isso têm todo o direito de votar.

A confusão aumentou quando a executiva decidiu não ouvir a plenária a respeito da questão e estagiários do Pará, Goiás e Ceará e partes das delegações de Pernambuco, Rio de Janeiro, Brasília e Campinas retiraram-se e fizeram uma reunião à parte, no mesmo prédio, para debater a questão e discutir seu encaminhamento futuro.

O advogado e escritor Benedito Monteiro, um dos maiores especialistas em direito agrário do país, retirou-se também do encontro em sinal de protesto. Outro advogado, membro da executiva, o experiente Tomaz Miguel Pressburger, da CPT do Rio de Janeiro, e um de seus idealizadores, retirou-se também, por não concordar com a carta de princípios aprovada sob inspiração dos "brigadistas" — na qual foi inserida uma questão que hoje se coloca de forma controversa e que caracteriza posicionamento político partidário exclusivista, arrastando o divisionismo para o seio de uma associação que mal se organiza". O advogado carioca referia-se à questão da Constituinte, inserida no texto da carta. Também apoiados por lavradores presentes no encontro começaram a discussão sobre a criação de outra entidade "que tenha democracia interna, plena, e amplo direito de participação real dos estagiários".

Provavelmente será uma associação nacional de advogados ligados aos movimentos populares.

Luiz Maklouf

### União faz a força

A Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de São Paulo e dos Trabalhadores na Agricultura do Est. de São Paulo divulgaram um documento conjunto contendo as decisões do seminário de Integração dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, realizado no começo de dezembro em Presidente Prudente.

Segundo o documento, "os sindicatos dos trabalhadores deverão iniciar uma sindicalização em massa além de promover atividades para integrar os trabalhadores, permitindo uma atuação consciente na solução dos problemas comuns.

Segundo Hugo Peres, da Federação das Indústrias Urbanas, em declaração aos jornais, uma bandeira como a reforma agrária, por exemplo, não deve ser uma reivindicação apenas dos trabalhadores rurais e nem deve ser levantada pelos trabalhadores urbanos apenas por solidariedade, mas sim porque se trata de uma questão de maior amplitude, que traz conseqüências para o mercado de trabalho nas cidades.

Uma das decisões tomadas também foi a realização conjunta das festividades do 1.º de Maio do próximo ano.

### A greve do boi morto

Os caminhões transportadores de gado voltaram a circular no final da semana passada, quando foi interrompida a greve decretada por motoristas autônomos da região de Araçatuba, no interior de São Paulo. Na região — uma das maiores produtoras de carne do país, há uma frota de cerca de 200 "expressos boiadeiros". O acordo celebrado entre camioneiros, empresas e frigoríficos é provisório e não atendeu a todas as reivindicações. Os transportadores passaram a receber 20,00 por quilômetro rodado e os motoristas autônomos Cr\$ 18,00, ficando os 2,00 para as empresas intermediárias. Não conseguiram também deixar de pagar a taxa do "boi morto durante a viagem".

### Fumicultores ameaçam parar

Os produtores de fumo, através da Afubra — Associação dos Fumicultores do Brasil — conseguiram audiências com os ministros da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento para expor suas reivindicações de um aumento imediato em torno de 170% a 223% do preço do fumo em folha, para poderem continuar produzindo.

Como as indústrias de cigarros — em geral multinacionais — alegam que não podem arcar com esses aumentos no preço da matéria prima, a solução apresentada pelo fumicultores é liberar o

preço do cigarro, transferindo ao consumidor o aumento de preço.

### Central: outro quebra-quebra

Outro quebra-quebra na Central do Brasil destruiu instalações das estações de Belford Roxo, Cintra Vidal, Cavalcanti e Engenheiro Real, na conturbada baixada fluminense. Várias composições foram depredadas e alguns choques da PM e guardas ferroviários foram mobilizados, reprimindo os trabalhadores.

### Quem se lembra deles?

Reunidos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, deficientes físicos do Brasil, Argentina e Uruguai, estudam projetos para apresentar aos governos e empresários para que lhes sejam dadas mais oportunidades de trabalho.

Somente no Brasil há cerca de 12 milhões de deficientes físicos, ou seja, 12% da população dos quais apenas uns 3% estão produzindo, segundo informações de Luiz Itamar Jaines, representante Latino-americano da Fraternidade Cristã de doentes e deficientes físicos.

As principais alegações dos paraplégicos e outros doentes é de que os governos e mesmo o empresário os olham com desconfiança e resistem empregá-los por preconceito, uma vez que boa parte deles se fizeram um curso de adaptação profissional — poderiam perfeitamente se integrar no mercado de trabalho.

### Lar, doce lar.

Funcionários do Banco Lar Brasileiro, na verdade o braço nacional do poderoso Chase Manhattan, de propriedade dos Rockefeller, patrocinaram um anúncio em jornais com sérias acusações à diretoria do Banco justamente no período da visita do "liberal" David Rockefeller ao Brasil.

Segundo a denúncia dos funcionários, o Lar Brasileiro demitiu e perseguiu todos os que participaram da confecção do jornal Paralelo 38, onde foi deflagrada uma campanha pelo ticket-restaurant. Além de não aceitar um delegado sindical, o Banco Lar Brasileiro mantém sempre a ameaça do desemprego contra seus funcionários "rebeldes".

O anúncio contém uma denúncia da prepotência do banco contra pequenos clientes, que não têm um saldo médio acima de 5 mil cruzeiros: o banco não aceita as contas, por não serem "operacionais". Esse esquema seletivo reduz o volume das operações sem diminuir o lucro, que no ano passado foi de 200 milhões, certamente engordando os cofres do Chase de Nova Iorque.

## IMPRENSA

### Hora do Povo tergiversa respostas

Quando Movimento publicou um documento que mostrava a manipulação de forças sindicais pelo regime, na eleição do sindicato dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, nosso correspondente no Rio de Janeiro, Márcio Bueno, foi acusado de ser "proxeneta" pelo jornal Hora do Povo.

Contra a autenticidade de tal documento, o jornal Hora do Povo só conseguiu contrapor uma adjetivação estéril que em nenhum momento contribuiu para avançar o debate político.

Movimento não quer criar uma polêmica bizantina em torno da autenticidade ou não do referido documento. Reinvestigando as fontes da denúncia, junto à revista Isto É, que primeiro publicou as denúncias, Movimento ouviu do jornalista Maurício Dias — que nunca foi do PT, como afirma o Hora do Povo — o seguinte desafio: "sugiro a quem duvida da autenticidade do documento que me processe. E a melhor forma de tirar a prova dos nove.

Além disso, Movimento considera ainda sem explicação satisfatória o fato — público e notório — do Prociindi ter sido assinado uma semana antes das eleições. Considera também público e notório o apóio recebido por Pimentel nas emissoras de TV, durante a campanha. Também não ouvimos do Hora do Povo nenhuma palavra que desmentisse o acordo feito entre as chapas e o ministério do Trabalho de que seria vitoriosa a chapa que tivesse 50% dos votos mais um dos 14.800 metalúrgicos em condições de votar. No entanto, o ministério quebrou esse acordo ao aclamar vitoriosa a chapa 4, quando esta obteve apenas 50% dos votos mais um dos votantes.

O relatório sobre o qual pesam dúvidas, portanto, apenas sacramenta o que já era conhecido.

Quanto à destituição do "Negão", é importante ler a matéria que ele escreveu para o Hora do Povo antes da assembléia ele escreveu de novo para o Hora do Povo atacando vários outros e dizendo que encheram a assembléia com uma curriola de policiais e de dedos-duros. De duas, uma: ou ele realmente se isolou dentro e fora da diretoria (os demais 12 diretores votaram contra ele) por conduzir incorretamente a entidade, ou então a diretoria é composta de policiais e pelegos, o que também depõe contra ele.



Os yanomani: um apelo urgente

## ÍNDIOS

### 10 mil pedem a criação do Parque Yanomani

Um abaixo-assinado contendo cerca de 10 mil assinaturas foi enviado no meio da semana ao General Figueiredo solicitando o cumprimento da promessa feita no início do ano, de criação do Parque Nacional Yanomani, em Roraima.

Encabeçado pelo ex-ministro Afonso Arinos e contendo também assinaturas de jornalistas, profissionais liberais, antropólogos, médicos, ecólogos, membros da Igreja e 106 entidades científicas particulares e defensores dos Direitos Humanos no Brasil e no exterior, o abaixo-assinado nasceu de uma decisão da Comissão Pro-Índio de São Paulo.

Juntamente com as assinaturas Figueiredo recebeu uma carta da antropóloga Cláudia Andujar em nome da Comissão Pró-parque Yanomani, onde afirmou que a criação do parque tem o apoio até mesmo de entidades internacionais, porque só o parque pode evitar a extinção e a desagregação dos quase 10 mil índios Yanomani de Roraima e do Amazonas.

O pedido é feito em caráter de urgência, pois as ameaças aos Yanomani tornam-se cada vez mais graves, com a chegada de madeiras e mineradoras.

## PROFESSORES

### Esta vitória põe o governo em maus lençóis

O Sindicato dos Professores de Londrina, Paraná, obteve uma vitória importante e que abre um precedente interessante ao receber um parecer favorável da Justiça do Trabalho à ação que move contra a Fundação da Universidade Estadual. Os professores reivindicam em juízo o cumprimento, por parte da universidade, da lei nº 6.708 que instituiu o reajuste semestral para os trabalhadores brasileiros.

Essa lei, que tem sido contestada amplamente, prevê o reajuste apenas para trabalhadores que não sejam funcionários públicos e regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O Sindicato baseou sua argumentação no fato de os professores da Universidade serem contratados através da CLT e até hoje não haver uma definição jurídica clara se a universidade é uma fundação privada, como entende a Junta de Conciliação e Julgamento do TRT ou se é uma fundação pública, como pretende a Procuradoria Geral do Estado do Paraná.

O Reitor da universidade, José Carlos Pinotti, decidiu recorrer da decisão do TRT, mas só o poderá fazer após o dia 6 de janeiro, pois até lá a justiça do trabalho estará em recesso. Isso certamente atrasará qualquer decisão e poderá levar os professores a não retornar às aulas no princípio do ano letivo, caso não recebam o reajuste semestral, retroagindo até o mês de junho passado.

# Unanimidade nacional ao avesso

Em sua essência, o Prev-Saúde mantém a socialização da miséria, da doença e do subemprego médico. (\*)

O que é o Prev-Saúde ou Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde?

Mais um projeto demagógico e autoritário do governo federal que pretende, ao mesmo tempo, conter as crescentes manifestações de insatisfação com relação à saúde em setores cada vez mais amplos da população e entre os profissionais da saúde, mantendo entretanto o "status quo" na área da assistência médica. Em síntese — uma capa nova para um livro arcaico e obsoleto.

Esta a conclusão a que chegou a Associação Médica do IAMES corroborada quase unanimemente por todas as entidades do setor e da sociedade que se detiveram em analisar o misterioso projeto. As exceções à regra são constituídas evidentemente, de um lado, pelos ministros da Saúde e da Previdência Social — autores do plano — e do outro, por empresários e donos de hospitais — seus principais beneficiários.

## Nem o mínimo de atenção a 40 milhões de pobres

Como chegamos a esta conclusão? Ainda que tardiamente (o assunto foi considerado sigiloso até agosto deste ano), tivemos acesso às diferentes versões do anteprojeto, a primeira de uma comissão técnica interministerial a que fora encomendado o plano de reformulação da política nacional de assistência médica e a última de autoria dos próprios Ministérios que o "adaptaram" aos interesses em jogo. Tivemos também em mãos o relatório de "protesto" do Presidente do INAMPS, peça fundamental que intermediou a descaracterização e transformação do documento na última versão, de cunho oficial. A partir daí, e oprimidos por um exíguo prazo de 20 dias, iniciamos os debates sobre o tema. Uma reunião inicial foi feita no Hospital dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo, com a participação de representantes do INAMPS, Secretaria da Saúde, da Universidade de São Paulo e da população, e as subseqüentes em conjunto com o Conselho Regional de Medicina, Sindicato dos Médicos e outras entidades médicas de São Paulo, todas abertas à participação da categoria e dos demais profissionais da saúde. Da discussão e análise deste conjunto surgiu o consenso que se segue.

É necessária uma reformulação na política Nacional de Saúde? Evidente que sim e urgentemente — esta chega a ser uma das unanimidades nacionais. Sua premência tem sido reclamada por todos os setores ligados à área e que consideram a saúde um direito inalienável do cidadão e dever e responsabilidade intransferíveis do Estado. Ora, dentro desta ótica, não é possível mais compactuar com um sistema de saúde que se omite a prestar assistência adequada a um enorme contingente da população e, sequer, um mínimo de atenção primária a 40 milhões de desassistidos. Por outro lado, carece de qualquer justificativa lógica, econômica ou política, o tratamento salarial e condições de trabalho impostos pelo governo nos últimos anos aos profissionais que prestam assistência médica no país, sejam eles médicos ou de outras categorias.

Qual a responsabilidade do INAMPS pelo caos vigente? O INPS foi um organismo criado em 1967 com o objetivo teó-



rico de unificar os diversos Institutos de Assistência e Previdência às categorias profissionais existentes, centralizar os recursos e, deste modo, melhorar o padrão de assistência médica e previdenciária da população trabalhadora e de seus dependentes. As ações de saúde para as parcelas economicamente privilegiadas continuariam, dentro desta filosofia, entregues aos profissionais liberais, assim como as destinadas às camadas de menor poder aquisitivo e não incluídas nas categorias abrangidas pelo INPS, seriam prestadas pelos Serviços Médicos do Estados e Municípios, pelas Santas Casas e outros hospitais filantrópicos. Ao mesmo tempo — e coincidindo com o agravamento das condições econômicas que reduzia cada vez mais a parcela daqueles que podiam financiar sua própria assistência, com o crescimento da população previdenciária, com a criação indiscriminada de escolas médicas e com as dificuldades que os médicos começavam a enfrentar para sobreviver como profissionais exclusivamente autônomos — transforma-se o INPS no maior empregador da mão-de-obra médica no país. Em 1977 ele foi redefinido para duas ações distintas e surge o INAMPS como responsável pelo setor da assistência médica.

Porém, o que se verificou com o INPS desde o princípio e mais recentemente com o INAMPS, foi o completo desvirtuamento dos seus objetivos iniciais; embora centralizando em seu poder o maior orçamento da União, não ampliou os seus serviços próprios como seria necessário; pelo contrário, desativou-os em grande parte e passou a contratar serviços de terceiros, estabelecendo convênios com empresas médicas

emergentes e hospitais da rede privada, dando ensejo, assim, ao surgimento e fortalecimento das empresas de medicina de grupo. Também as Santas Casas e outros hospitais filantrópicos sem a necessária subvenção do poder público, foram obrigados a estabelecer convênios com o INAMPS, afastando-se igualmente dos seus objetivos.

## INAMPS: maior orçamento menor benefício

Esta transferência indiscriminada de responsabilidades e principalmente de recursos públicos para o setor privado que visa prioritariamente o lucro, trouxe três principais conseqüências desastrosas para a saúde: a) a queda vertiginosa do padrão geral de assistência médica, escamoteada às vezes por convênios discriminatórios de classe A, exclusivos para executivos; b) o assalariamento cada vez mais amplo da categoria, que passou a ser empregada e explorada também pelos próprios colegas empresários; c) o aviltamento do salário médico e de outros profissionais que, transformados em mão-de-obra barata, ficaram submetidos às contingências e leis que regem o mercado de trabalho, tanto no setor privado como no público. As principais conseqüências indretas desta situação foram o aumento assustador da população desassistida e a queda do nível de vida e de trabalho dos profissionais da saúde, obrigados a uma jornada de trabalho desumana para compensar o seu orçamento mensal através da multiplicidade de empregos.

Constitui o Prev-Saúde uma solução?

Certamente não. O documento de julho da Comissão Técnica continha uma proposta que, embora sujeita a críticas, era passível de discussão; baseado nas recomendações da Conferência de Alma Ata e da XXXII Assembléia Mundial da Saúde, ele propunha corrigir importantes distorções do sistema de saúde vigente. As consideradas mais graves são: a) a desproporção entre o valor dos recursos aplicados às ações de saúde pública (8% do global) e os destinados à assistência curativa; b) o des-caso com o setor primário, gerando uma demanda excessiva para os níveis ambulatorial e hospitalar; c) o altíssimo custo do atendimento curativo com elevação dos gastos públicos; d) a hegemonia do setor privado na prestação de serviços médicos, elevando ainda mais os custos já que, neste sistema, eles incluem por definição, o lucro.

## Planos audaciosos mas utópicos na execução.

A partir destes elementos, o documento preconizava: 1 - a racionalização na utilização e distribuição dos recursos; 2 - a expansão dos serviços básicos a toda a população, garantindo o acesso aos demais níveis de atendimento; 3 - a participação da comunidade no planejamento, execução ou fiscalização das ações prestadas; 4 - a incorporação da rede privada ao programa, limitando, porém, o seu caráter expansionista; 5 - a geração de aproximadamente 370 mil novos empregos até sua implantação plena em 1987.

Em princípio, o anteprojeto parecia correto, embora duvidássemos da sua viabilidade, por não definir os mecanismos através dos quais seriam alcançados os objetivos; é nossa convicção que propostas como esta só serão viáveis se acompanhadas de medidas que modifiquem em profundidade as características sociais, políticas e econômicas vigentes. O primeiro documento pode ser definido como um plano audacioso em suas metas, porém, utópico na execução e, por vezes, contraditório na abordagem de questões fundamentais, como as que se referem ao planejamento familiar, à absorção do trabalho médico e à política de recursos humanos.

Trata-se de um projeto estatizante? Este foi o argumento utilizado pelo presidente do INAMPS, e em seguida encampado por representantes de empresas de medicina de grupo, de hospitais da rede privada e de outras áreas conservadoras. A reação do setor empresarial era previsível porque, questionando o lucro indiscriminado e subordinando a expansão futura do setor privado às necessidades definidas pelo Programa, a proposta atingia a essência do sistema atual, não sendo surpreendente que a manutenção dos privilégios fosse defendida com unhas e dentes por quem os detém. O que é de estarrecer é a sem-cerimônia com que o presidente de um órgão estatal, arrecador de recursos públicos e responsável pela assistência médica à população, defende a permanência deste sistema, comprovadamente ineficiente e anti-social, denunciado por quantos exercem a medicina seriamente no país. Entre eles Jaime Landman e Clementino Fraga, ambos professores titulares de escolas médicas tradicionais (UERJ e UFRJ), diretores de hospitais universitários, ligados ao ensino médico — ambos praticantes da medicina liberal e, mais recentemente, Jorge Dodsworth Martins, diretor demitido do Hospital do Servidor Público do Rio de Janeiro.

(\*) Este documento, que publicamos na íntegra, foi produzido pela Associação Médica do Instituto de Assistência Médica dos Servidores do Estado de São Paulo.

**“A prática médica só deve gerar benefícios aos que a exercem e aos que a recebem.”**

Como se vê, o argumento além de frágil é capcioso; pretende, através do rótulo, dar uma conotação pejorativa à responsabilidade indissolúvel do Estado para com a saúde pública ou insinuar, como fez o sr. Pedro Kassab em recente artigo, que um sistema nacional de saúde como o proposto inicialmente seria incompatível com o exercício liberal da medicina. Nada mais falso. A prática liberal depende de uma parcela que pode e prefere financiar sua própria assistência médica e cuja inclusão em qualquer sistema de saúde será sempre opcional. O que a acusação de “estatizante” procura esconder, isto sim, é a defesa da intermediação do lucro na medicina, da exploração do trabalho médico e dos interesses das multinacionais de medicamentos e equipamentos médicos.

### Exploração da saúde e do trabalho médico.

Qual a posição oficial dos ministérios da Saúde e Previdência Social? De absoluta cumplicidade com os setores conservadores a que nos referimos, absorvendo todas as suas “críticas” e acatando as sugestões. O resultado é o que será implantado, à revelia dos demais interessados, a partir de 1981 — uma versão descaracterizada por pressões dos setores lucrativos e destituída de sentido social; na realidade foram rejeitadas as propostas válidas do documento técnico e mantidos e ampliados os pontos falhos. Merecem destaque os que tornam o Prev-Saúde, em nossa opinião, inviável economicamente e inaceitável para a categoria e pela população: 1 - Mantém os privilégios e o caráter expansionista do setor médico-empresarial e não propõe alterações na atual política do INAMPS, perpetuando e oficializando a transferência de recursos públicos para a rede privada; 2 - não define uma política de recursos humanos adequada com níveis salariais e carreiras funcionais compatíveis com a absorção do trabalho médico e de outros profissionais; 3 - exclui a participação da comunidade como elemento de decisão, seja na proposta de alternativas ou na fiscalização das ações prestadas; 4 - reforça o caráter centralizador na administração dos recursos, reduzindo a autonomia estadual e regional na utilização dos mesmos; 5 - coloca a questão do planejamento familiar em termos ambíguos de modo a permitir o controle da natalidade, contra o qual a sociedade vem se manifestando sistematicamente.

Após o curtíssimo prazo concedido para discussão e centenas de sugestões apresentadas por 95 entidades médicas e de saúde, apenas 22 foram acatadas pelos srs. ministros, nenhuma das quais lhe altera substancialmente o conteúdo.

Os médicos têm um compromisso ético e social com a comunidade e com sua própria categoria. A prática médica só deve gerar benefícios aos que a exercem e aos que a recebem; é inaceitável que recursos arrecadados dos que trabalham e que deveriam reverter em benefício social da comunidade, continuem a ser desviados para favorecer um sistema gerador de corrupção, enriquecimento de grupos empresariais, exploração do trabalho médico e da saúde da população.

Para finalizar, definimos o Prev-Saúde usando a expressão de Carlos Gentile de Mello, ex-assessor do ministério da Saúde: “um modelo de estatização privatizante”. Em sua essência, oficializa a privatização dos lucros e mantém inalteradas a socialização da miséria, da doença e do subemprego médico.

## AMÉRICA ESPANHOLA

# As duas heranças e o sonho utópico de Simon Bolívar

Há 150 anos morria Simon Bolívar, o “libertador” das colônias espanholas

Maria Lígia Coelho Prado

*As comemorações do sesquicentenário da morte do “Libertador” Simon Bolívar foram particularmente brilhantes tanto pela presença como pela ausência às festividades. O mais notável ausente à festa foi o general boliviano Luiz Garcia Meza, que não foi convidado para as solenidades realizadas em Santa Marta, na Colômbia, porque seu governo “não é democrático”. Mesmo assim Garcia Meza, que chegou ao poder num violento golpe de Estado contra um governo democraticamente eleito, tentou de toda maneira penetrar na festa, no que não foi bem sucedido. Compareceram presidentes e chefes de Estado da Colômbia, Costa Rica, El Salvador, República Dominicana, Panamá, Equador, Venezuela, Peru e Espanha.*

Há exatamente 150 anos morria na ilha de Santa Marta, na Colômbia, aquele que foi, talvez, a mais conhecida e mais romanticamente idealizada personagem das lutas pela independência política da América Espanhola: Simon Bolívar.

Protótipo do herói romântico do século XIX, estuda na Europa, entra em contato direto com algumas regiões politicamente efervescentes, onde se debatem e se põem em prática muitas das novas idéias liberais, revolucionárias para a época. Bolívar se apaixona pela idéia de liberdade, admira Napoleão e jura lutar pela independência da América, quando voltasse à sua terra, a Venezuela.

Creio não ser necessário discutir aqui, detalhadamente, o caráter da independência da América Latina. Todos sabem que tal independência significa apenas a ruptura dos laços políticos entre as antigas metrópoles — Portugal e Espanha — e as colônias americanas. Do ponto de vista econômico, simplificadoramente, acontece uma substituição de metrópoles, pois no século XIX, a Inglaterra surge como potência mundial hegemônica, exercendo sobre as nascentes nações uma dominação extraordinária. Através de leoninos acordos comerciais, empréstimos para os novos Estados Nacionais exige, por parte dos recém-libertados Estados, uma subordinação de fato.

### A independência feita pelas classes dominantes

No plano interno, quer na América Portuguesa, quer na América Espanhola, o processo de independência é dirigido pela classe dominante nacional; a vitória cabe àqueles que têm nas mãos algum poder econômico, ainda que, em várias regiões da América Espanhola, houvesse efetiva participação popular nos exércitos libertadores.

Bolívar não foge à regra; como digno representante da classe dominante creolla, não vê com bons olhos a participação do “populacho” nas lutas pela emancipação e apenas se aproxima das classes dominadas — escravos negros das fazendas da costa ou llaneros, vaqueiros das planícies — depois que estas tinham engrossado as fileiras dos exércitos realistas. Oferecendo algumas concessões aos despossuídos, promessa de libertação dos escravos que combatessem nos exércitos libertadores.



**Bolívar: independência creolla**

promessa de terras aos que lhe fossem fiéis, organização de vilas destruídas pelos espanhóis, construção de hospitais — consegue seu apoio e, assim, alcança as vitórias finais sobre as tropas realistas.

### Liberdade do Novo Mundo, “esperança do Universo”.

É inegável que Bolívar se entrega inteiramente à luta pela conquista da libertação, gasta toda sua fortuna a serviço da causa, sonha com a unidade da América e morre aos 47 anos, pobre, tuberculoso, desesperançado e amargurado.

Em 1822, ainda esperançado e confiante nas transformações pelas quais passaria a América, dizia: “Expulsamos nossos opressores, rompemos as travas de suas leis tirânicas e fundamos instituições legítimas: mas, todavia, nos falta assentar o fundamento do pacto social, que deve formar deste mundo uma nação de Repúblicas... Esta união enara um colossal campeão da liberdade... Quem resistirá à América, reunida de coração, submissa a uma lei e guiada pela tocha da liberdade?” E ainda: “A liberdade do Novo Mundo é a esperança do Universo.”

Para Bolívar, a América representa algo novo, onde a liberdade, como um deus ex machina, seria capaz de recriar o homem, alimentado por uma esperança sempre rejuvenescida de um mundo exemplar e não viciado, ao contrário da velha Europa. A liberdade, que fora conquistada a tão duras penas, teria a propriedade de tudo regenerar; conquistada a liberdade, os demais problemas se resolveriam naturalmente. Este o sonho utópico de Bolívar: a reunião de uma América una, forte, coesa, unida para fazer frente à Europa e, ao mesmo tempo, constituir-se em modelo inspirador da ação que pudessem libertar outras terras e outros homens como os de Ásia e África.

No Panamá, em 1826, reúne-se o Primeiro Congresso Continental para firmar as bases dessa unidade. No entanto seu projeto nunca se realizou; Bolívar nem ao menos vai ao Panamá e o Congresso não passa de uma apresentação de propostas jamais postas em prática.

As lutas internas pelo poder, os divergentes interesses econômicos e políticos desgastam intensamente o Libertador. Inconformado com a situação, depois de sofrer atentados de morte, abandona toda

esperança na América para, assumindo posição diametralmente oposta, afirmar que para a América não haveria futuro: “... Onde se imaginou que um mundo inteiro cairia em frenesi e devoraria sua própria raça como antropófagos?... Este é o único nos anais do crime e, o que é pior, irremediável.”

### Sandino, o herdeiro progressista de Bolívar

Depois do assassinato de Sucre, seu amigo e general comandante das forças libertadoras em Ayacucho, última grande e decisiva batalha pela emancipação, seu pessimismo cresce. Em 1830, pouco antes de sua morte, em uma carta ao General Juan José Flores, escrevia: “Primeiro, a América é ingovernável; segundo, aquele que serve a uma revolução, ara no mar; terceiro, a única coisa que se pode fazer na América, é emigrar; quarto, este país cairá infalivelmente nas mãos de uma multidão desenfreada e depois passará às mãos de tiranetes... de todas as cores e raças; quinto, devorada por todos os crimes e abatida pela ferocidade, os europeus não se dignarão ao menos (re) conquistar-nos; sexto, se for possível que uma parte do mundo volte ao caos primitivo, esta será a América.”

Bolívar pensa a América sempre em termos absolutos: da glória universal à desgraça eterna. Não pôde entender a América na complexidade de seus problemas, na intrincada herança das estruturas coloniais: apenas via homens lutando por suas ambições pessoais, em detrimento de valores maiores. A liberdade, este ideal demiúrgico, teria, a princípio, o dom de tudo conseguir para depois se transformar em algo inócuo, incapaz de produzir qualquer transformação política ou social.

Bolívar acreditava que os ideais a tudo sobrelevam; quando tal não ocorre, sente-se traído; os homens, agentes da História, são os responsáveis por essa traição, na medida em que não foram capazes de se transformar e de transformar o mundo em que vivem, a partir de seu novo estado — o de liberdade.

Do ponto de vista ideológico, Bolívar, homem da classe dominante latino-americana, que jamais conseguiu entender a realidade concreta da América, vivendo-a sempre através de sua idealização, deixou notável herança. Correm duas vertentes a partir de seu pensamento. Uma, mais progressista, fundada na esperança, com um projeto de união da América Latina para fazer frente a seus inimigos externos mais ferrenhos — das antigas metrópoles aos E.U.A., passando pela Inglaterra. Francisco Bilbao, Eugenio Maria de Hostos, Augusto César Sandino inserem-se nessa perspectiva e leram Bolívar com entusiasmo. Outra corrente, fundada na desilusão e amargura, conseguiu também muitos seguidores — bem mais conservadores e com nítidos interesses de classe dominante — responsáveis por alguns preconceitos vigentes até hoje, como a crença em nossa inferioridade e em nossa incapacidade de viabilizar um projeto político autônomo para a América Latina independente.

## Hua: prestes a cair?

O presidente chinês Hua Guofeng está sumido desde o dia 27 de novembro, dando origem a uma série de boatos referentes à sua situação política e à sua próxima substituição por Hu Yaobang, próximo do atual homem forte do país, o vice-primeiro ministro e secretário do Partido Comunista, Deng Xiaoping.

Até recentemente, as informações de Pequim consideravam que Hua Guofeng permaneceria na presidência do país até o próximo Congresso do PCCh (talvez em março de 81). Agora se supõe que ele teria sido obrigado a renunciar ainda este mês na reunião do Comitê Central do Partido. Outros insistem em que ele teria sido preso, apesar dos desmentidos oficiais. A força de Hua, um centrista próximo das idéias do ex-presidente Mao, começou a decrescer há um ano, quando Deng forçou sua demissão do cargo de primeiro ministro. Depois, Hua passou a "figurar" apenas na equipe governamental, com sua substituição na presidência se aproximando. Agora um dos boatos diz que esta teria sido precipitada porque Hua tentou se aproximar de grupos centristas e reverter os desígnios de Deng.

## A ficha suja de Haig

"É uma ficha assustadora", comentou o jornalista Anthony Lewis, do *The New Times*, aconselhando o presidente Ronald Reagan a rever sua indicação para a secretaria de Estado de seu futuro governo, que ficará a cargo do general Alexander Haig, ex-comandante da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e ex-assessor do presidente Nixon. Lewis referia-se ao trabalho de Haig, exortando Nixon a iniciar o terrível bombardeio de Hanói em 72, ameaçando cortar toda ajuda ao testa-de-ferro americano no antigo Vietnã do Sul. Van Thieu, se este aceitasse a paz proposta por Kissinger (então secretário de Estado) e aceita pelo Vietnã do Norte. Haig, que é proprietário da United Technologies Corp., com interesses de US\$ 228 bilhões no Brasil (dados de 77), teria aconselhado Nixon a se defender no caso Watergate: "é só dizer que não se lembra". Teria também justificado o escandaloso arrombamento do consultório do psiquiatra Daniel Ellsberg. Espera-se que o militarismo de Haig endureça ainda mais a política externa dos EUA.

## A ONU condena Israel

As Nações Unidas trabalham contra a paz, concluiu na semana passada o governo israelense, em face de uma dura condenação da Assembleia Geral da ONU à sua política expansionista na Palestina. A reunião confirmou os direitos dos palestinos sobre os territórios ocupados à força por Israel, levando o governo israelense a dizer agora que as resoluções "implicam a criação de um Estado palestino; a invalidação dos acordos de Camp David (a paz em separado negociada pelo presidente Carter dos EUA entre Israel e Egito, sem que fossem reconhecidos os direitos palestinos); e a invalidação da resolução 242 (que trata os palestinos como refugiados e não como uma população exilada à força); assim como questiona o estatuto de Jerusalém como capital de Israel, além do judaísmo. (quando cristãos e ortodoxos reclamam a cidade como centro importante de suas fés, devendo ser administrada pelas três comunidades)". Não há dúvida: as resoluções da ONU condenam a "paz" israelense, que já custou, impunemente, milhares de vítimas entre palestinos e árabes.

## Os montoneros e a OEA

O Movimento Peronista Montonero (MPM) divulgou um memorando em seu Informe Especial desta quinzena, se dirigindo à próxima Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), onde será tratado o informe da Comissão de Direitos Humanos da organização sobre sua visita à Argentina em setembro de 79. Primeiro, reitera "a gravidade e a persistência da violação dos direitos mais elementares por parte da Junta militar oligárquica" do país. Aqui a nota salienta o fato de que "a prática sistemática da tortura e dos seqüestros" não estava dirigido apenas contra uma "minoría supostamente subversiva", mas "afetou todos os setores nacionais".

Segundo, se denuncia a "exportação do terrorismo de Estado" para fora das fronteiras argentinas, assim como "a agressividade da política externa da Junta e a extensão de sua ingerência em assuntos internos e violações" contra outros povos do continente, "particularmente a Bolívia". O memorando cita uma série de seqüestros realizados com ajuda das forças de segurança argentinas no Brasil, Uruguai, Paraguai e Chile. Lembra a ajuda do exército argentino ao golpe do general Meza na Bolívia, este ano, assim como o seqüestro de cinco militantes argentinos no Peru, também este ano. Finalmente, o documento pede a condenação da Junta na OEA, diante destes fatos.

EL SALVADOR

## Mais perto da guerra civil

A Frente Democrática Revolucionária (FDR), organismo que reúne as 18 principais forças de oposição de El Salvador — da guerrilha a empresários — anunciou na última sexta-feira que o ex-membro da Junta de Governo do país, coronel Adolfo Majano, teria "passado para a clandestinidade". A nota oficial sugere que o coronel, deposto no dia 13 "por um golpe de direita", (segundo o próprio embaixador americano), venha a se unir à Frente.

Essa possibilidade aponta para um recrudescimento ainda maior da crise salvadorenha, se é que se pode falar nestes termos de um país onde a violência política, comandada pela ala conservadora dentro dos quartéis e pelos grupos terroristas de extrema direita, já causou cerca de nove mil mortos. Para a própria FDR a queda do último membro "reformista" da Junta afasta qualquer possibilidade de diálogo e mostra que a "luta armada continuará e se intensificará". Mas além disso, alguns oficiais exilados e próximos a Majano afirmaram que se estes se unirem à Frente, eles seguirão seu caminho.

Há notícias de que o próprio exército salvadorenho sofrerá divisões sérias devido à "reestruturação" do governo do país, onde predominam os militares mais conservadores, liderados pelo atual vice-presidente, coronel Jaime Abdul Gutierrez, e pelos civis anti-reformistas ligados aos latifundiários, comandados pelo democrata-cristão Napoleón Duarte (antigo militante da oposição, vencedor das eleições presidenciais em 72, mas não empossado por ordem dos militares). No último dia 17 surgiu um comunicado dos "jovens oficiais" do exército, apoiando "incondicionalmente" o coronel deposto. Essa nota levantou a hipótese de um confronto direto entre as facções "conservadora" e "moderada" do exército.

Se há um fato positivo na remodelação do governo salvadorenho foi a definição mais clara das posições políticas no país. A Junta de governo empossada em fins de 78, após a destituição da equipe fascista do general Humberto Romero, é uma criação do presidente Carter dos EUA. A deposição de Romero foi levada a efeito por "jovens oficiais" que acreditam na necessidade de reformas profundas em seu país: os EUA encamparam esta tese, dispostos a "esvaziar" as propostas da esquerda com reformas mais ou menos tímidas visando à nacionalização dos bancos e do comércio externo, e implantação de uma reforma agrária parcial.

Carter afirmava estar apoiando uma ala "centrista" composta pelos oficiais revoltosos e mais alguns líderes social-democratas, mas as reformas não incluíram o controle da extrema direita totalmente avessa a reformas, sob a justificativa de que era preciso "conter" a esquerda. O resultado foi que o terror de direita, bem armado e treinado com dinheiro americano passou a boicotar a aplicação das reformas, iniciando uma série de massacres contra a esquerda e principalmente de camponeses. O próprio Napoleón Duarte reconhece que não é possível "controlar um esquema de violência que não é novo no país, pois tem 50 anos de existência (desde 1931 o país é governado pelos militares), mas os EUA mantiveram sua ajuda militar (US\$ 5 milhões) e econômica (cerca de US\$ 20 milhões).

Os social-democratas foram os primeiros a desistir desse projeto, sendo substituídos por democratas-cristãos. Majano persistiu, fazendo denúncias crescentes contra a impunidade do terror de direita. Na semana passada um grupo de 300 oficiais conservadores tramou e conseguiu sua demissão da Junta, e sua nomeação para adido militar na embaixada salvadorenha em Madrid. Majano se recusou a obedecer, dizendo que "não poderia servir a um governo ilegítimo", mais forte agora devido ao apoio já prometido do futuro presidente americano, Ronald Reagan, que não quer saber de reformas de espécie alguma. Em vista disso, não é impossível que Majano se una ao programa "pluralista" da FDR, que propõe uma economia mista, altamente nacionalizada, com o apoio da Social Democracia Europeia e da Internacional Socialista. (F.D.).



Walesa: contra as greves, agora.

POLÔNIA

## O "diálogo secreto" da URSS e o Vaticano pacificará a Polônia?

A Igreja polonesa estaria se comprometendo com a União Soviética a "controlar" os trabalhadores de seu país em troca de uma garantia de que Moscou não acionará seus tanques numa suposta invasão da Polônia. Essa sugestão feita na semana passada pelo jornal *La Stampa* de Turim, citando como indício a existência de um "diálogo secreto" entre a URSS e o Vaticano, cujo objetivo seria chegar a um acordo do tipo mencionado.

Há duas semanas, segundo o jornal, teria havido um encontro reservado entre o vice-secretário de Exterior soviético, Vadim Zagladin, com uma alta autoridade da Santa Sé, onde o acordo teria sido proposto. Teria ainda sido confirmado, também por altas fontes do Vaticano, segundo a agência UPI, um encontro no dia nove de dezembro, entre o secretário de Estado do Vaticano, cardeal Casaroli, e o mesmo Zagladin. Estes encontros foram precedidos, segundo o porta-voz do Vaticano, Romeo Panciroli, de uma entrevista secreta em setembro, reunindo Casaroli e o diplomata soviético Anatoly Adamishin.

Há poucas evidências diretas da existência desse acordo, mas as insinuações do *La Stampa* ganharam repercussão devido às posições tomadas recentemente pelo episcopado polonês, principalmente a partir do comunicado emitido após a reunião de dois dias da Conferência Episcopal realizada na semana passada. O porta-voz dos bispos, padre Aluísio Orszulik, condenou pela primeira vez — e abertamente, citando nomes — os "grupos dissidentes e extremistas" cuja atuação poderia acabar provocando uma intervenção soviética na Polónia. O comunicado lido por ele, acusava Jacek Kuron, líder do KOR, de causar "mal-estar em todo o bloco socialista" com sua suposta afirmação de que o objetivo de sua organização seria tomar o poder "gradualmente" na Polónia e outros países do Leste Europeu.

Junto com o KOR, os bispos poloneses atacaram também outro grupo ligado ao sindicato Solidariedade, liderado por Lech Walesa, a Confederação da Polónia Independente (KPN), cujo presidente e vários membros estão atualmente presos. Estas condenações parecem ter provocado, ou salientado, uma crise interna de grande importância no Solidariedade, já que ele é composto de três grandes forças: o grupo de Walesa, os membros do KOR e o episcopado.

Tanto Walesa quanto a igreja têm tomado posições de extrema moderação, alertando que o país e a população, segundo seus pontos de vista, querem a ordem interna e não suportariam mais greves agora.

Walesa está sendo acusado de apoiar as posições do episcopado, embora sua posição seja ligeiramente diferente. O padre Orszulik e o cardeal Wyszyński, primaz polonês, argumentam, por exemplo, que, sob o risco de uma invasão soviética, os poloneses devem se entregar exclusivamente à tarefa de consolidar o "pacto social" firmado em agosto após as greves operárias. Walesa afirma pelo contrário que não teme a invasão, dizendo que os poloneses devem saber enfrentá-la, e embora também afirmem que uma greve agora seria insuportável, preferem salientar a luta "pelo direito do povo polonês falar", "seja ou não do agrado de quem for". Ele considera agora que Kuron "foi longe demais", mas foram suas declarações, elogiando o trabalho de Kuron e outros setores do Solidariedade acusados de "anarquistas e anti-sociais", pelo governo polonês, que teriam impedido uma punição imediata contra eles.

As "novas" posições da Igreja, ao contrário, foram tão longe, que chegaram a desagradar mesmo personalidades ligadas a ela, como o historiador da Universidade Católica de Lublin, professor Bartoszewicz, que classificou a declaração do episcopado de "desavergonhada" por dividir os sindicalistas do Solidariedade.

Para o correspondente do jornal *Le Monde* (em matéria transcrita pela *Folha de S. Paulo*, 18/12/80), Bernardo Guetta, a Igreja teria recuperado na última semana apenas seu papel como "interlocutora do poder", perdido desde o nascimento do Solidariedade. Ela teria sido derrotada "pela vitória operária, na qual não tinha acreditado". Ela demonstrou sua nova força na homenagem aos trabalhadores mortos nas rebeliões trabalhistas de 1970, realizada no último dia 16 e "banalizada" pelo clero, segundo Guetta, apesar da presença de cem mil pessoas. No discurso de Walesa, preparado pelo padre Jankowski, muito ligado ao Secretariado da Conferência Episcopal, "não havia nenhuma alusão ao Solidariedade, nem às suas lutas e finalidades", ficando nas mensagens de "paz e boa vontade" de João Paulo II, e no comunicado do Episcopado: "não se deve empreender nenhuma ação que possa prejudicar os interesses da Pátria". (F.D.)

MÚSICOS

## "A acusação a Movimento é injusta"

Não conheço o sr. Jorge Ramos. Sei que é radialista e presidente da ASA - (Associação dos Atores), (representante dos atores e dubladores no ECAD - Escritório Central de Arrecadação de Direitos). Li sua carta em Movimento n.º 285, acusando o jornal e os músicos da UBM - (União Brasileira dos Músicos). Sou sócia da UBM, compositora, cantora, violonista, de família de músicos e assinante de Movimento. Não me compete julgar o sindicalista Jorge Ramos, isso é tarefa para atores, radialistas e dubladores. Mas, por seu espírito, compete-me julgar o teor de sua carta.

É injusto acusar Movimento de utilizar-se de censura. É absurdo! Qualquer pessoa que acompanha a trajetória do jornal sabe que isso é absurdo. É levandade aludir a "correntadas" para tentar caracterizar a União Brasileira dos Músicos, pois a UBM é uma entidade ampla, democrática, não sendo porta-voz de nenhuma linha de pensamento "fechada", mas aberta a todo tipo de pensamento e buscando sempre representar a maioria dos seus sócios. Basta ver a participação da UBM no I Encontro Nacional do Música e em sua continuidade.

Outra coisa, sr. Ramos: em que a UBM "desinforma"? Quando diz que no CNDA (Conselho Nacional de Direito Autoral), e no ECAD, há golpismos e corrupção? A SBAT (Sociedade Brasileira de Autores Teatrais), não ganhou na Justiça contra um golpe do CNDA? Jair Amorim, do ECAD e do CNDA, não está envolvido em processo de desfalque? São essas as "entidades prejudicadas pelos unionistas"? Sentimos muito, mas acontece que a UBM não alisa corruptos.

Sr. Ramos, a presença dos músicos no direito autoral não é um passeio. É a luta do explorado contra o explorador. É uma questão de vida e morte, não só para nós, para a cultura musical do país. Não somos contra as multinacionais "por uma questão de tática", mas porque elas estão nos matando. Essas mesmas multinacionais do disco a quem, no âmbito do ECAD, o sr. se alia. E ainda tem a coragem de pedir aos músicos que "acreditem na boa vontade delas" (no ECAD são representadas pela sociedade chamada Socimpro) - Sociedade de Intérpretes e Produtores Fonográficos). Não, sr. Ramos. Nem creio que o sr. receba bem a quem lhe aconselhe a "acreditar na boa vontade" da TV Globo quanto ao pagamento dos direitos dos atores, como os músicos conscientes têm que olhar com desconfiança os sindicalistas equivocados que assinam convênio reconhecendo que os músicos não têm direito nenhum a receber, recebendo para isso uns "tostões" para seus cofres à guisa de "doação", como fazem os diretores atuais dos sindicatos de músicos do Rio e de São Paulo.

A posição da UBM é clara: ao músico o que é do músico (inclusive o Sindicato) e, na questão dos direitos autorais, é botar a Socimpro pra fora, bem como expulsar ou ensinar uma boa lição aos seus aliados.

E mais uma coisa: mostre uma cópia de texto da sua reportagem que, censurada por Movimento, esteja sendo distribuída entre os membros da União. Ou pelo menos seja menos leviano em suas críticas.

Tereza Lemos Souza (Teresa Souza), Capital, SP.



ALAGAMAR/I

## Gado é solto na roça dos posseiros

Nós, agricultores de Urna da Grande Alagamar, no interior da Paraíba, denunciemos a destruição de nossas lavouras pelo gado do proprietário, e ameaças de morte da parte do proprietário, seus capangas e policiais. Somos 23 famílias, todos nascidos e criados nesta fazenda, e estamos sendo prejudicados pelo gado do proprietário, o sr. Enildo Rodrigues Jordão, que foi solto nas nossas lavouras no dia 1.º de dezembro, com cobertura de 10 policiais do destacamento de Itabaiana, e 15 capangas acompanhados pelo proprietário.

Quando nos juntamos para nos defender do gado, vieram o proprietário com um rifle, os capangas com espingardas e dois deles a cavalo, armados de revólver, e espalharam o povo, correndo atrás.

Nós estamos sem aguentar as destruições pelo gado nas bananeiras e nos roçados de cada um — onde tem mandioca, milho, feva e algodão para colher — e nos 3 hectares de mandioca da roça comunitária, onde trabalham também nossos companheiros de Alagamar, Piacás e Maria de Melo, que também estão sendo destruídos.

Os capangas, junto com o proprietário, nos ameaçam de morte em nossas casas, trancam as entradas das estradas para nós não passarmos para as outras áreas de Alagamar e ninguém entrar em Urna.

Ficamos presos na nossa terra, junto com o gado. Eles não querem reunião do povo na área, e quando eles vêem duas pessoas num canto, os capangas já ficam roçando. A única reunião que querem é para fazer acordo com eles, para a gente aceitar um dinheiro de indenização ou fazer uma cerca e dividir a terra pelo meio. Nós não queremos dinheiro não, queremos a terra para trabalhar. A gente não quer dividir a terra porque tem roçado e morador de todo lado. Se não chegar a solução para o gado, nós vamos retirá-lo por nossa conta, sem violência alguma.

Queremos a desapropriação de Urna, junto com todas as áreas não desapropriadas da Grande Alagamar, para acabar em definitivo com esses problemas. Só assim haverá paz em Alagamar!

Denunciamos ainda os seguintes fatos:

- Quando o gado foi solto, o major Serpa, delegado de Itabaiana, disse que estava agindo por ordem do Secretário da Segurança Pública da Paraíba, Geraldo Navarro. Os policiais chamam o povo de "bando de imundice", dizem "esse Jesus de vocês é uma pô...". Mandam o dono botar o gado na lavoura. Durante a noite, eles vão nas casas, batendo e dando murros nas portas e janelas, gritando ameaças.

- O proprietário, sr. Enildo Rodrigues Jordão, e seus capangas, também dizem que estão agindo com ordem do Secretário da Segurança Pública. Eles fazem todo tipo de ameaças, até numa criança que foi buscar água na lagoa, que é a única fonte de água para beber, dizendo que a água é para o gado beber.

- O secretário da Segurança negou ter dado qualquer ordem e prometeu aos agricultores, no dia 2 de dezembro, que mandaria retirar o gado que invadiu as plantações de Urna, e que invade também as plantações da área desapropriada de Alagamar, porque o proprietário soltou o gado antes de terminar a cerca. Até hoje ele não cumpriu sua promessa.

- O doutor Gilvan, representante do governo federal na área desapropriada de Alagamar, prometeu buscar uma solução, mas foi se entender com o Secretário da Segurança, e nada foi feito.

Pedimos a todos que reflitam sobre o nosso problema, nos apoiem em nossa luta, exigindo das autoridades que o gado seja afastado, e que o governo federal desaproprie Urna e toda a área de Grande Alagamar.

Comissão de Moradores de Urna (Severino Bernardes Mendes, Aluizio Inácio de Lima, José Carlos Rodrigues, Manoel Bento Correia e Joaquim Andrada Silva), Alagamar, PB

ARQUIVO



Chefes indígenas do Xingu com os irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas

ÍNDIOS

## Megaron conta sua história

"Quem invade nossa terra é o branco", diz o sobrinho de Raoni

Em meados deste ano, o ministro do Interior, Mario Andreazza, prometeu — pelos meios de comunicação — que até o final de 1980 seria atendida a reivindicação de criação do Parque Yanomani, para abrigar os índios dessa nação. Exigindo o cumprimento da promessa, a Comissão Pró-Índio de São Paulo encaminhou moção ao general Figueiredo, assinada por 10.737 pessoas (índios, antropólogos, profissionais liberais, religiosos, parlamentares e cidadãos brasileiros) e 106 entidades democráticas e científicas, reiterando o pedido de criação do Parque.

A Comissão Pró-Índio enviou-nos também, para publicação, a carta abaixo, de Megaron, um índio txukahamãe, da aldeia Kretire, no Parque Nacional do Xingu. Megaron relata a história do parque, os primeiros tempos de sua gente naquela reserva e sua luta para sobreviver e garantir suas terras contra as investidas de fazendeiros e posseiros.

"Orlando Villas Boas era diretor do Parque quando não existia estrada e fazendas. Orlando chegou na nossa aldeia e disse para irmos morar dentro do Parque, e começou a mudar meu povo da terra deles. Viemos para a beira do rio Xingu, e logo depois ele disse outra vez para irmos morar dentro do Parque. Nova mudança. Viemos morar na aldeia antiga dos índios Juruna, chamada Porori. Meu povo morava no Kapoto, que fica a uns 40 ou 50 quilômetros da margem do rio Xingu. Meu povo dominava desde o rio Liberdade até o Rio Iriri; hoje o rio Liberdade está abandonado, não tem ninguém morando naquele local. Não tem gente no Kapoto.

Em 1967, um fazendeiro criou a fazenda Agropeixin, e recebeu ajuda do meu pessoal para isso. Orlando voltou a falar com meu povo, para eles mudarem da aldeia Porori para outro lugar. Fizemos nova aldeia. Em 1970, a estrada BR-80 cortou o Parque, e Orlando voltou a falar com meu povo. A estrada cortou o Parque, disse ele, a terra em que vocês estão morando não é mais de vocês. E disse que o Parque seria da estrada para cima. Meu povo mudou outra vez, com divisão da aldeia. Meu tio Raoni foi para cima da estrada BR-80,

com uma parte do meu pessoal, e meus tios Krumare e Kremoro foram morar no rio Jarina, perto do Kapoto e perto da fazenda Agropeixin. De 1971 a 1975, o Parque não ajudou este pessoal; entre 1973 e 1974, eles pegaram sarampo na estrada, levando a doença para o rio Jarina. O sarampo matou muita gente.

Para o branco a estrada é coisa muito boa, mas para nós não, porque pela estrada chega doença para o índio. Desde que a estrada passou perto do Parque, meu pessoal txucahamãe vem brigando com os brancos, para eles respeitarem a terra e o rio. Quando a estrada cortou o Parque, os fazendeiros invadiram a parte norte da nossa terra, mas meu tio Raoni e os outros brigaram, brigaram e conseguiram mandar os brancos embora. Quando nós brigamos com a fazenda Agropeixin, no ano passado, nós já pedíamos para a Funai ver a margem direita do rio abaixo da estrada. Aliás, quando Olympio estava no Parque, nós pedimos para ele falar com a Funai, e ele fez um pedido por escrito. Como o Chico (1), que também fez um pedido para a Funai, dizendo que nós, meu tio Raoni, Krumare e Kremoro não íamos abrir mão da margem direita do Rio Xingu abaixo da estrada BR-80. Eles escreveram para a Funai. A Funai foi até a nossa aldeia, fez promessas, e nada. Nós estamos pedindo para a Funai demarcar o Kapoto, que é nossa aldeia antiga, é a nossa terra de verdade. Quem chega na nossa terra é o branco, quem invade nossa terra é o branco. Estamos morando naquela terra há muito tempo, estamos aqui há muito mais tempo que o branco. Por isso estamos querendo que o branco reconheça nossos direitos, respeite nossa terra. Por que os fazendeiros não dividem a terra com os posseiros? Por que os posseiros têm que vir morar na terra dos índios?

Índio Megaron (txucahamãe) - Aldeia Kretire (1) Trata-se dos antropólogos Olympio Serra e Francisco de Assis. Olympio foi diretor administrativo do parque, demitido por causa da polêmica levantada em torno da novela Aritana, gravada no Xingu com sua permissão. Chico é o atual diretor administrativo do Parque Nacional do Xingu.

ALAGAMAR/II

## "Lavradores agem em legítima defesa de suas posses"

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana (Paraíba) vem de público manifestar sua solidariedade e apoio aos agricultores da Fazenda Urna, em Alagamar, pelas seguintes razões:

1) No começo de dezembro, uma comissão de agricultores daquela Fazenda, esteve em João Pessoa, onde denunciou às autoridades — mais precisamente ao Secretário da Segurança Pública — o que está ocorrendo na Fazenda Urna, em Alagamar, cujo proprietário vem colocando gado nas plantações dos agricultores, destruindo o seu roçado, fato este inclusive já presenciado pelo próprio Dr. Honório, assessor do Secretário da Segurança Pública.

2) Naquela oportunidade, o sr. secretário prometeu que ordenaria a retirada do gado. No entanto, passados mais de dez dias, nenhuma providência foi tomada, tendo aumentado o número

de animais a destruir aquelas lavouras.

3) Hoje, não restando outra alternativa a tomar, já que as autoridades não cumpriram o prometido, resolveram arrancar as cercas ali colocadas, tangendo o gado para que não acabasse o seu roçado.

Por estas razões, e tendo conhecimento de que agiram dentro do que determina a lei (art. 502 do Código Civil), na legítima defesa de suas posses, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana se coloca ao lado da ação que empreenderam os agricultores da Fazenda Urna.

Aproveitamos a oportunidade para denunciar o clima de total insegurança lá reinante, onde são constantes as tentativas de intimidação e ameaças de morte contra aqueles agricultores.

José Ferreira da Silva (presidente) e Severino Izidro (secretário) - Itabaiana, PB.

## Entre a má intenção e a badalação "odara"

Uma questão levantada por Chico Buarque inaugurou um amplo e saudável debate sobre a função que a crítica vem exercendo depois da Abertura, substituindo a censura no papel castrador à criação artística. Duas reportagens de destaque, publicadas recentemente em órgãos da grande imprensa, ilustram o problema.

No dia seguinte à morte de John Lennon, a **Folha de S. Paulo** trouxe uma matéria de página inteira, assinada por Paulo Francis, onde o artista Lennon é deixado de lado, preferindo-se dar maior destaque a aspectos da vida pessoal do cantor, como sua ligação com uma "aventureira japonesa herdeira da fortuna". A grosseira qualificação é referente à esposa de John, Yoko Ono. A importância da arte do mais criativo dos ex-Beatles, que influenciou toda uma geração de compositores na Música Popular Brasileira (basta citar Caetano Veloso e Milton Nascimento) não é sequer mencionada.

Porém Francis não deixou escapar que Lennon "tenha morrido um milionário egoísta, rancoroso, vivendo no casulo de uma aventureira japonesa". Tais afirmações são tendenciosas e mal-intencionadas, pois Lennon passou boa parte de sua juventude batalhando pela paz,

direitos humanos, contra a segregação e a opressão, o que lhe causou não poucos problemas. Mas o que importa ressaltar é o mau gosto e inoportunidade de trazer aqueles assuntos à baila num momento de profunda consternação geral. Que sentido pode haver em se escrachar John Lennon na hora de sua morte?

No extremo oposto, coloca-se a reportagem de capa da revista **Isto É** (de 10-12-1980), sobre Rita Lee. Rita tem méritos inegáveis mas o sentido da reportagem não parece ser discutir a qualidade do seu trabalho. A preocupação é com o patrulhamento ideológico exercido sobre a cantora supostamente "alienada" e contra o qual **Isto É**, ao investir furiosamente e cegamente, acaba por incorrer num erro igualmente grave: o de colocar Rita Lee como pretensa "unanimidade nacional" e acima de quaisquer críticas, inclusive as corretas e isentas. É certo, por exemplo, que o último disco de Rita Lee está repetitivo e apelativo, mas também é certo que existem aqueles que preferem curtir "baladas de raízes populares" (sou um deles), hipótese tida como improvável pelo autor do artigo, sem dúvida membro ativo da "patrulha odara".

S. Sayeg Capital, SP

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

## A crítica ao partido e os métodos de provocação

Ultimamente, vêm se renovando velhas e carcomidas "críticas", das mais variadas fontes, que se servem — fundamentalmente — das páginas de **Movimento** para condenar a direção ou a linha política do PC do B.

Em que pese os alinhavos e eufemismos, o desejo — expresso ou não — é um só: liquidar com essa combativa e disciplinada organização política. De outra forma a crítica seria encaminhada através e pelo próprio Partido.

Evidentemente a luta contra o Partido, demanda ingente e estrepitosa força, embora quixotesca, de vez que o intento não tem sido alcançado.

A linguagem amorfa ou férula, por inaudita que possa parecer, não é nova; tem quase o dobro da idade do PC do B. Já foi usada contra outros partidos e movimentos comunistas, desde o século passado. A tentativa de liquidar com o PC do B já teve as mais diversas formas e origens: ora a polícia anunciava com estardalhaço, desde os idos de 1920, que "a última palavra em filosofia **suplantaria** por sua vez a doutrina do marxismo-leninismo"; ora a pequena burguesia pretendendo de balde impor-lhe fórmulas "revolucionárias", lutas de "democratização", "aggiornamento" etc; tendo por fim e ao cabo que engrossar as fileiras da burguesia desesperançada.

Sem dúvida alguma, muitas trovoadas e tempestades virão ainda para açoitá-la erva não mais semente. Mas enfim, tememos ou somos avessos às críticas? Não, nada disso. Sabemos que há críticas e críticas, e que sempre devemos discernir a crítica da provocação. Para isso, nada mais interessante do que nos reportarmos ao livro **Contra a Provocação e Espionagem**, de J. Buchner, que trata dos métodos de provocação política. Até parece que foi feito de encomenda aos nossos "bem-intencionados" críticos. O autor diz que "a provocação política procura em primeiro lugar a desorganização do movimento. E procura isto por vários processos. A missão do provocador consiste em desacreditar tanto a linha do Partido como a direção do Partido, utilizando todos os meios.

"Se existe algum descontentamento acerca da linha do Partido, procura exagerá-lo; substitui a crítica honrada dos camaradas desconformes por toda espécie de embustes e calúnias para fazer com que o descontentamento cresça em proporções desmesuradas. Põe em circulação toda espécie de rumores contra a direção do Partido e contra determinados camaradas dirigentes. Desacreditando assim os companheiros que têm ganho uma confiança merecida dentro do movimento operário, trata de os caluniar para que gente nova, inexperiente e não suficientemente provada, ocupe o seu posto. Ao mesmo tempo, os provocadores procuram deter

também com calúnias e manobras de descrédito a carreira política dos jovens destacados na luta revolucionária e que começam a jogar na vida política um papel dirigente.

"Outro método consiste em lançar contra determinados camaradas acusações que os apresentem como suspeitos de estarem relacionados com a polícia e espalhar rumor de que o Partido está cheio de espias. Trata-se deste modo de desanimar os operários fazendo-os conservar-se afastados do Partido. Este procedimento é corrente sobretudo nos países onde o movimento comunista é completamente ilegal".

Finalizando, a história tem provado e comprovado que muitas organizações de "esquerda" têm um derradeiro e infamante papel a cumprir virar suas armas contra o Partido. Não foi nada fortuito que os "socialistas revolucionários", os "trotskistas" e outros "revolucionários" de nomeada assim procedessem contra o Partido de Lênin.

José Aldeão Fonseca — Capital, SP

**Caro leitor:** as cartas para esta seção deverão ser enviadas para "Cartas Abertas", com nome e endereço completos, para eventual comprovação. Aqueles que quiserem publicar cartas sob pseudônimo, poderão indicá-lo, sem prejuízo, no entanto, de sua correta identificação na carta.

Estas normas não devem inibir o leitor de escrever a Movimento sobre qualquer assunto que achar relevante. Pedimos também aos leitores um esforço para limitar suas cartas ao máximo de 60 linhas, em vista da grande quantidade de material recebido.

### EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA

ATENÇÃO! As inscrições para o 14.º Congresso Nacional dos Professores, que se realizará de 24 a 30 de janeiro de 1981, em Fortaleza (CE), encerra-se em São Paulo dia 30/12. Os interessados deverão procurar-nos à Pca. da Sé nº 158, 7.º andar s. 701, ou pelo telefone 32-1635, das 14 às 18 hs. com Eduardo. O Congresso, cujo tema será **Educação e Democracia** e contará com a presença de nomes de destaque no magisterio nacional, está sendo promovido pela Confederação dos Professores do Brasil, executado pela Associação de Professores e Entidades Oficiais do Ceará.

## Aniversário melancólico

Os latifúndios crescem, e a lei é letra morta

Há um ano a Abra - Associação Brasileira de Reforma Agrária — reunia um seminário para debater os 15 anos de não cumprimento do Estatuto da Terra. Decorrido mais um ano, não tivemos ânimo para convocar nova reunião: serviria apenas para constatar que a lei básica da Reforma Agrária continua letra morta, só sendo cumprida naquilo em que beneficia os grandes proprietários, poderosos, ou lembrada para pequenas desapropriações, destinadas apenas a diminuir pressões ou desviar a atenção pública.

Neste intervalo "vazaram" alguns dados do Cadastro de 1978; tais dados vinham sendo mantidos escondidos, no estilo de certos governos, tão criticados mas sempre copiados por nossos governantes. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito forçou uma certa abertura, alguns jornais conseguiram furos, e já se tem uma idéia mais ou menos do aumento da concentração da posse da terra, que os órgãos oficiais tanto procuram esconder. Nota-se, por exemplo, que as propriedades até 100 ha representavam 18,7% da área total em 1967, caíram para 17,5% em 1972 e para 14,8% em 1978; enquanto isso, as propriedades de mais de 1.000 ha, que detinham 48,9% da área em 1967, passaram para 51,4% em 1972 e para 57% em 1978; como sempre, uma reforma agrária ao contrário, aumentando a área de terra em latifúndios improdutivos, antieconômicos e anti-sociais. As propriedades de mais de 100.000 ha passaram de 62 em 1967 para 83 em 1972 e 141 em 1978, aumentando a área em poder desses latifúndios ao espantoso ritmo de 11% ao ano.

Ainda nesse período foram criados os esdrúxulos Grupo Executivo de Terra do Araguaia-Tocantins (GETAT) e GEBAM, que irão "regularizar" a titulação da terra em enormes e mal delimitadas áreas do país, sob a direção do Conselho de Segurança Nacional. Passa-se um atestado de incompetência ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ao Ministério da Agricultura e entrega-se a solução de um problema social e econômico a um órgão de repressão.

Surgiu, ainda uma novidade: o novo Imposto Territorial Rural. Muito mais agressivo contra a grande propriedade (o que seria bom) e reduzindo muito a pressão sobre a propriedade mal explorada (o que é um mal) e nada exigindo quanto às condições sociais da exploração (o que é muito pior), o novo imposto não corrige a principal falha do antigo, que o tornava inoperante: a não cobrança do mesmo. Em 1975 foram arrecadados 68,8% dos impostos lançados sobre as propriedades de menos de 10 ha e, no outro extremo, somente 18,6% do lançado sobre as de mais de 10.000 ha; em 1976, essas porcentagens foram respectivamente de 64,2% e

de 20,2%; do ITR lançado sobre as propriedades de mais de 600 módulos (latifúndios por dimensão), o Governo arrecadou, em cada um daqueles anos, apenas 7,8%. E não há notícias de qualquer ação de cobrança judicial desses "impostos", que vêm caducando desde 1972 (o primeiro lançamento foi em 1967), para gáudio dos latifundiários de todo o país. Como vemos, o grande empresário simplesmente não paga os impostos, não dando a menor "bola" ao Governo, essa entidade tão forte diante de estudantes e operários, e tão estranhamente fraca diante dele. E como não temos evidências de que essa situação tenha mudado, nada de sério mudou no Imposto Territorial Rural.

Como novidade, mesmo sobre a Reforma Agrária, tivemos neste ano apenas a expulsão de um padre que ensinava aos trabalhadores rurais que eles são cidadãos brasileiros, com deveres e direitos iguais aos demais.

E neste final de ano uma revelação, que não é um fato novo mas dá um enfoque novo: um médico do Rio Grande do Sul (Dr. César Gomes Victória) e outro de Santa Catarina (Dr. Nelson Blank) resolveram estudar a situação da mortalidade infantil no primeiro daqueles estados, procurando medir sua correlação com diferentes fatos sociais e econômicos; e foram surpreendidos pelo fato de que existe a mais estreita correlação entre a mortalidade infantil e a estrutura agrária.

O índice de mortalidade infantil é de menos de 40 por mil nascidos vivos em algumas Micro-Regiões Homogêneas e entre 40 e 60 por mil em outras na área da Colônia, no nordeste do Estado, onde as propriedades são altamente divididas; está entre 60 e 80 por mil na região central do Estado; e vai de 80 a 100 por mil em Porto Alegre e arredores, pólo de atração de miséria, como em todas as grandes cidades do país; e ultrapassa os 100 por mil nascidos vivos em toda a faixa da fronteira, na região da campanha, onde se situam os grandes latifúndios, as enormes propriedades de pastoreio.

E com esta constatação, encerramos melancolicamente mais um ano de não cumprimento do Estatuto da Terra, sempre adiando a esperança de qualquer melhoria para os 120 milhões de brasileiros.

Eng.º Agrônomo Carlos Lorena, Diretor-presidente, Campinas, SP

## ERRATA

A matéria "Os réus: próximos de Moscou", publicada na edição 284, saiu com título errado. O título correto é: "Os réus: mais próximos de Mao".

### MOVIMENTO NEGRO

## Uma campanha para defender três condenados

Todos aqueles que condenam o racismo devem levantar suas vozes contra a condenação à morte, no dia 27.11.1980, de três integrantes do movimento anti-racista Conferência Nacional Africana (ANC), organização que luta há mais de uma década pela libertação do povo majoritariamente negro sul-africano, contra uma minoria branca que impôs o bestial regime do apartheid. Outros seis integrantes da heróica ANC foram condenados a longas penas de detenção, acusados de "alta traição".

O Movimento Negro Unificado cobra, do governo brasileiro, que interceda junto ao governo racista da África do Sul. O mais coerente seria a quebra das relações diplomáticas com o foco mundial do racismo!

O MNU convoca, ainda, as consciências democráticas e entidades para enviarem cartas ao Itamaraty e ao Consulado Geral da África do Sul (Praça D. José Gaspar, 134, S. Paulo — telefone (011) 259.9255), fazendo um voto de protesto contra o racismo e pela vida dos três integrantes da ANC.

Secretaria do MNU Capital, SP

## MOVIMENTO

### Mudança de endereço

Caro assinante:

em caso de mudança de endereço, preencha e envie-nos o cupon abaixo:

Nome: \_\_\_\_\_

Novo Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Antigo Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

# Uma só marcha de libertação

*A Missa da terra sem Males foi apresentada pela primeira vez em São Paulo, na Catedral da Sé, em comemoração ao dia do índio, 22 de abril de 1979.*

*Escrita a quatro mãos pelos poetas Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra, a missa foi musicada pelo compositor argentino Martin Coplas.*

*O livro, lançado esta semana de Natal em São Paulo (\*), contém o texto e a música da missa, com arranjos de Pery A. Alves de Souza. A edição é ilustrada com fotos de Cláudia Andujar.*

*D. Pedro Casaldáliga fez um dos prefácios que resumimos abaixo.*

(\*) Editado sob responsabilidade do Cedi-Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
R. Cosme Velho, 98 Fundos  
Rio de Janeiro, RJ — Cr\$ 150,00.

## D. Pedro Casaldáliga

Nós cristãos estamos habituados a reconhecer e a celebrar somente os mártires que outros nos fazem. Ignoramos tranquilamente os muitos mártires que nós fazemos.

As Ruínas de São Miguel, no Rio Grande do Sul, "monumento-ferida em desafio", são o testemunho central do intento missionário das "Reduções Índias" dos Jesuítas, nos séculos XVII e XVIII. Essas ruínas são também o testemunho constrangedor da barbárie dos cristianíssimos colonizadores ocidentais, nossos avós espanhóis e portugueses. Sepé Tiaraju, "São Sepé" para a fé do povo, corregedor da Missão de São Miguel e o mais ilustre chefe guerreiro guarani, foi assassinado, juntamente com outros mil e quinhentos companheiros, pelos exércitos de Espanha e Portugal, irmanados na hora da barbárie. Nos campos de Calboaté, dia 7 de fevereiro de 1756.

Nessas ruínas históricas e nesse Ano dos Mártires da Causa Indígena, nasceu a idéia da Missa da Terra-sem-males.

Os Guarani, filhos da grande Nostalgia, buscadores incansáveis da "Terra-sem-males", deram o utópico tom político e também escatológico. A Terra-sem-males, que a mística guarani secularmente vem procurando, num êxodo comovente, é uma Terra possível, o dever fundamental da História Humana, a tensa alegria de nossa esperança em Jesus Cristo, o Senhor Ressuscitado, o Novo Céu e a Terra Nova que o Pai Deus jurou dar a seus filhos.

O etnocentrismo e o lucro capitalista — e todo tipo de egoísmo pessoal, étnico ou econômico — impedem de entender e assumir não apenas esta Missa, mas toda Missa. Porque toda Missa verdadeira escandaliza necessariamente. A Missa é sempre uma ruptura, um Sacrifício, uma passagem libertadora da morte para a Vida: Páscoa.

Através da missa toda, a morte do Cristo e sua ressurreição, sua Páscoa pessoal já completa, contrasta-se com a Páscoa Ameríndia carregada de mortes mas "ainda sem ressurreição". Toda a missa, entretanto, vem transpassada de uma incógnita esperança, contrariamente ao que alguém quis entender. Transpassada também de um inevitável compromisso político que torne acreditável e eficaz, agora e aqui, essa Esperança, escatológica em última instância.

A Missa invoca seus Santos: do lendário Montezuma até o missionário João Bosco, fuzilado, a meus pés, pela polícia militar, na Delegacia de Ribeirão Bonito. Um canto emocionado à Mãe Padroeira da América define o espírito continental, a vontade de congregar todos os povos do Continente, numa só marcha de Libertação.